

ARIANE BELCAVELO SILVEIRA MARQUES

**DESDOBRAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA
CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DE PIRENÓPOLIS-GO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2019

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

M357d
2019

Marques, Ariane Belcavelo Silveira, 1990-
Os desdobramentos do desenvolvimento do turismo na
configuração espacial de Pirenópolis-GO / Ariane Belcavelo
Silveira Marques. – Viçosa, MG, 2019.
xii, 121 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Wescley Silva Xavier.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 111 -115.

1. Turismo - Pirenópolis (GO). 2. Gentrificação.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em
Administração. II. Título.

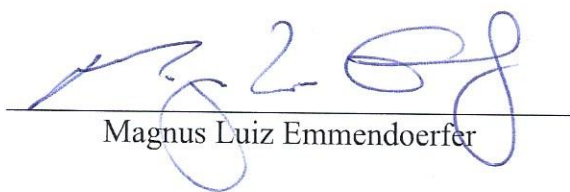
CDD 22. ed. 338.4791

ARIANE BELCAVELO SILVEIRA MARQUES

**DESDOBRAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA
CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DE PIRENÓPOLIS-GO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Aprovada: 29 de março de 2019.



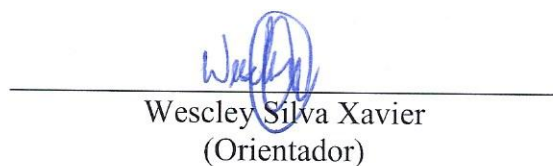
Magnus Luiz Emmendoerfer



Carolina Margarido Moreira



Fernando Luiz Araújo Sobrinho
(Coorientador)



Wescley Silva Xavier
(Orientador)

*A todos que participaram da minha vida,
acreditaram em mim e torceram para que eu
pudesse realizar os meus sonhos.*

AGRADECIMENTO

Agradeço à minha mãe, Rosângela, que sempre me incentivou a estudar e a perseguir os meus sonhos. Você é a melhor mãe do mundo!

Ao meu pai, obrigada por acreditar em mim.

À minha irmã, Elize, minha melhor amiga e confidente. Obrigada pelas críticas construtivas.

Ao meu amor, Tácio, que tolerou minhas ausências, me apoiou nos momentos difíceis e esteve ao meu lado cuidando, carinhosamente de mim.

À minha família, por me acompanhar nas minhas alegrias e tristezas.

Aos meus amigos queridos, que participaram da minha vida e me ensinaram o valor da amizade e do companheirismo.

Em especial, ao meu orientador, Wescley, que me conduziu tão sabiamente, como mestre e como ser humano, para a concretização deste trabalho.

Ao meu coorientador, Fernando, pelos ensinamentos que contribuíram para que eu me norteasse nesta pesquisa.

A todos os professores, que me passaram conhecimentos fundamentais para a minha formação e servidores do DAD que me deram suporte sempre que precisei.

Aos meus colegas de mestrado, parceiros na aprendizagem, na troca de experiências e na amizade sincera.

À UFV que me acolheu desde a infância, realizou a minha formação nos cursos de graduação e pós-graduação e, ainda, me proporcionou um emprego. Aos professores e funcionários do Bioagro pelo convívio respeitoso e pela consideração, o meu reconhecimento.

Em especial, agradeço a Deus, responsável por meu equilíbrio emocional.

*A verdade é que não seríamos o que somos se não
houvéssemos sido o que fomos (JAYME, Jarbas).*

LISTA DE SIGLAS

Agetur/GO	Agência Estadual de Turismo / GO
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
Embratur	Empresa Brasileira de Turismo
ERS	Entrevista com roteiro semiestruturado
INDUR	Instituto de Desenvolvimento Urbano
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOMP	Lei Orgânica do Município de Pirenópolis
PDP	Plano Diretor de Pirenópolis
PMP	Prefeitura Municipal de Pirenópolis
PMNT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Política Nacional de Turismo
PTP	Portal do Turismo de Pirenópolis
Segplan	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Pirenópolis no estado de Goiás e no Brasil	23
Figura 2 – Área tombada e entorno de Pirenópolis – GO.	24
Figura 3 - Esquema da Produção do Espaço de Pirenópolis.	34
Figura 4 – Representação de Pirenópolis em 1727	36
Figura 5 - Igreja Matriz	37
Figura 6 - Igreja do Rosário dos Pretos.....	38
Figura 7 – Representação de Pirenópolis em 1810	41
Figura 8 – Representação espacial de Pirenópolis em 1892	43
Figura 9 - Pousada estilo colonial.	44
Figura 10 - Casa estilo <i>art-déco</i>	45
Figura 11 - Comércio estilo eclético.	45
Figura 12 - Largo do Rosário.	47
Figura 13 - Casa abandonada na Rua Direita.	48
Figura 14 – Representação da urbanização de Pirenópolis-GO por década (de 1970 a 2000).	49
Figura 15 - Igreja Matriz.	53
Figura 16 – Barreiras de madeira na Rua Direita.....	55
Figura 17 - Rua Direita (propriedade privada).....	56
Figura 18 - Rua Direita (Cartório)	57
Figura 19 - Rua Direita (Fórum).	57
Figura 20 - Rua do Lazer (bar).....	58
Figura 21 - Rua do Lazer (estabelecimento comercial - fechado)	58
Figura 22 - Rua do Lazer (estabelecimento comercial).	59
Figura 23 - Rua do Lazer (estabelecimento comercial)	59
Figura 24 - Largo do Rosário (início da Rua do Lazer).	60
Figura 25 - Final da Rua do Lazer.	60
Figura 26 - Esquema do Desenvolvimento do Turismo em Pirenópolis a partir das <i>Politics</i>	62
Figura 27 - Imagem do projeto Quinta Santa Bárbara (Rua do Bonfim, nº 1, Centro Histórico).	84
Figura 28 - Esquema dos Desdobramentos da Urbanização Turística em Pirenópolis...87	
Figura 29 - Resumo dos desdobramentos da urbanização turística	106
Figura 30 – Imagem de satélite de Pirenópolis	121

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Grupos dos entrevistados	27
Tabela 2 - Objetivos específicos e procedimentos da pesquisa	89
Quadro 1 - Lista dos documentos analisados	26
Quadro 2 - Objetivos específicos e procedimentos da pesquisa	32
Quadro 3 - Objetivos específicos e procedimentos da pesquisa	51

RESUMO

MARQUES, Ariane Belcavelo Silveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2019. **Desdobramentos do desenvolvimento do turismo na configuração espacial de Pirenópolis-GO.** Orientador: Wescley Silva Xavier. Coorientador: Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Esse trabalho objetiva compreender os desdobramentos da configuração espacial de Pirenópolis em Goiás, diante do desenvolvimento do turismo, a partir do seu tombamento. A cidade foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1989 como conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico e, a partir desse momento, passou a receber investimentos do poder público, em parceria com instituições privadas, para impulsionar o turismo na região. Para compreensão do contexto atual do município, considerou-se o recorte temporal de 1989 a 2018 e o recorte territorial de análise do Centro Histórico e entorno, uma vez que nesses espaços, o desenvolvimento turístico provocou grandes mudanças na reconfiguração do espaço, assim como a reorganização social devido à valorização do espaço para comercialização do turismo, baseado na essência capitalista. Os procedimentos metodológicos dessa pesquisa foram de abordagem essencialmente qualitativa, classificados como exploratória e descritiva. A coleta de dados ocorreu por meio das pesquisas bibliográfica e documental, entrevistas com roteiro semiestruturado e observação não participante, sendo empregada a técnica da análise de conteúdo. As entrevistas foram aplicadas a cinco tipos de agentes diferentes, sendo: Iphan, poder público municipal, empresários, população local e turistas. Dentre as limitações, destacam-se a dificuldade ao acesso aos documentos solicitados parte do poder público e a negativa de entrevista do Iphan. Historicamente, o espaço urbano de Pirenópolis foi produzido por meio de quatro ciclos, sendo o Ciclo do Ouro; da Agricultura e do Comércio; da Arte e da Pedra e o do Turismo. Nesse contexto, por meio das entrevistas, identificou-se como a forma de resgate às tradições históricas relacionadas ao espaço urbano possui significação identitária para a população pirenopolina, o que caracteriza um dos desdobramentos do processo analisado. Dentre as *politics* (processos políticos que envolvem o turismo e a transformação do espaço), as diretrizes legais e da urbanização turística destacam-se pela dificuldade de regulamentação e pela falta de fiscalização por parte do poder público. A pesquisa de campo possibilitou a compreensão dos desdobramentos que se configuram no caráter relacional da produção do espaço, envolvendo questões de ordem

concreta e simbólica do indivíduo com o próprio espaço onde vivencia. Dentre as modificações causadas pelo espaço-tempo na produção do cenário para o turista, houve processos de gentrificação no Centro Histórico, reconfigurando o espaço e transformando o entorno com a construção de condomínios privados, assim como o afastamento da sociedade para áreas rurais devido à valorização imobiliária. Foi identificado que as ênfases do desenvolvimento econômico sobrepõem as relações sociais, culturais, histórica e ambientais no processo de urbanização turística devido à essência capitalista, reflexo do processo político do desenvolvimento geográfico desigual da produção do espaço que se configura na relação socioespacial. Observa-se a inexistência de governança e de cooperação público-privado-sociedade entre os atores que deveriam participar desse processo. Essa falta de interação pode acabar prejudicando os processos e a elaboração de políticas públicas de planejamento urbano e da atividade turística, assim como as ações de promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

ABSTRACT

MARQUES, Ariane Belcavelo Silveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2019. **Developments in tourism development in the spatial configuration of Pirenópolis-GO.** Adviser: Wesley Silva Xavier. Co-adviser: Fernando Luiz Araújo Sobrinho

This work aims to understand the unfolding of the spatial configuration of Pirenópolis in Goiás, before the development of tourism, from its tipping. The city was listed by the Institute of National Historic and Artistic Heritage in 1989 as an architectural, urban, landscape and historical complex and, from that moment, began to receive investments from public power, in partnership with private institutions, to boost tourism in the region. To understand the current context of the municipality, we considered the time cut from 1989 to 2018 and the territorial cut of analysis of the Historic Center and surroundings, since in these spaces, tourism development caused great changes in the reconfiguration of space, as well as the social reorganization due to the valorization of the space for commercialization of tourism, based on the capitalist essence. The methodological procedures of this research were of essentially qualitative approach, classified as exploratory and descriptive. Data collection was done through bibliographical and documentary research, interviews with semi-structured script and non-participant observation, using the technique of content analysis. The interviews were applied to five different types of agents: Iphan, municipal public power, businessmen, local population and tourists. Among the limitations, the difficulty to access the documents requested is part of the public power and the refusal to interview the Iphan. Historically, the urban space of Pirenópolis was produced by means of four cycles, being the Gold Cycle; Agriculture and Trade; Art and Stone and Tourism. In this context, through the interviews, it was identified how the way of retrieving historical traditions related to urban space produces identity significance for the pirenopolina population, which characterizes one of the unfolding of the analyzed process. Among politics (political processes involving tourism and the transformation of space), the legal guidelines and tourism urbanization stand out due to the difficulty of regulation and the lack of supervision by the public power. The field research allowed the understanding of the unfolding that are configured in the relational character of space production, involving questions of concrete and symbolic order of the individual with the space where he lives. Among the modifications caused by space-time in the production of the

scenery for the tourist, there was a processes of gentrification in the Historic Center, reconfiguring the space and transforming the environment with the construction of private condominiums, as well as the removal of society to rural areas due to the valorization real estate. It was identified that the emphases of economic development overlap social, cultural, historical and environmental relations in the process of tourist urbanization due to the capitalist essence, a reflection of the political process of unequal geographical development of space production that is configured in the socio-spatial relationship. It is observed the lack of governance and public-private-society cooperation among the actors who should participate in this process. This lack of interaction could end up hampering the processes and the elaboration of public policies of urban planning and of the tourist activity, as well as the actions of promotion and support to the commercialization of integrated form.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	1
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	5
2.1	Espaço, Lugar e Território.....	5
2.2	A Produção do Espaço Urbano	8
2.3	As <i>Politics</i> e as Transformações no Espaço pelo Turismo.....	11
2.3.1	Os Desdobramentos Socioespaciais Provocados pelo Turismo	18
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
3.1	A escolha do <i>locus</i>	22
3.2	Técnicas de coleta dos dados.....	25
3.3	Técnica de análise dos dados.....	30
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	34
4.1	A Produção do Espaço de Pirenópolis	34
4.1.1	O Ciclo do Ouro (1727 – 1800).....	36
4.1.2	O Ciclo da Agricultura e do Comércio (1800 – 1930)	41
4.1.3	O Ciclo da Pedra e da Arte (1930 - 1989).....	43
4.1.4	O Ciclo do Turismo (1989 - 2018).....	50
4.2	O Desenvolvimento do Turismo em Pirenópolis a partir das <i>Politics</i>	61
4.2.1	Diretrizes legais da configuração espacial: entre a apropriação e a regulação.....	62
4.2.2	Diretrizes do turismo para produção da urbanização turística de Pirenópolis	72
4.3	Desdobramentos da Urbanização Turística em Pirenópolis.....	87
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
	APÊNDICES E ANEXO.....	116
	APÊNDICE A - ERS1: Iphan	116
	APÊNDICE B - ERS2: PODER PÚBLICO LOCAL	117
	APÊNDICE C - ERS3: EMPRESÁRIOS	118
	APÊNDICE D - ERS4: POPULAÇÃO LOCAL	119
	APÊNDICE E - ERS5: TURISTAS	120
	ANEXO F – Imagem de Pirenópolis.....	121

1. INTRODUÇÃO

Estudos sobre o desenvolvimento do turismo têm se intensificado devido às diversas transformações na dinâmica socioespacial das cidades. O espaço produzido para a atividade turística, decorrente dos ciclos de desenvolvimento econômico do país, intensificou os desafios de governança e reestruturação territorial, principalmente os que dizem respeito às disparidades sociais. Isso acontece devido aos conflitos gerados em razão dos diferentes interesses e significações no uso do território, que muito além do seu valor de troca, no sentido estritamente funcional, proporciona um conjunto de significados e memórias acerca do seu uso.

O turismo vem produzindo, consumindo e organizando os espaços e, por envolver diversas atividades, é importante para a economia local regional e nacional. O fluxo de pessoas aumenta o consumo, incentiva a necessidade de aumentar a produção, os serviços, gerando emprego e renda para a cidade. Mas o turismo vai muito além da atividade econômica, envolve práticas sociais e culturais, valores da natureza, todos estes transformadores do território e que fazem parte de um fenômeno global. Esses sistemas produtivos globais são dominados por macro atores, sob uma lógica organizacional cada vez mais competitiva e tecnificada (RODRIGUES, 2001).

O turismo passou a ser debatido a nível mundial devido à influência da *New Public Governance* dos anos de 1990, a qual buscava a potencialização da atividade turística para formação de parcerias com o setor privado para o desenvolvimento local (PADDISON, WALMSLEY, 2018). Seguindo as ênfases econômicas da essência capitalista, algumas cidades passaram a ser planejadas e geridas como empreendimentos, sob a ótica de uma racionalidade para homogeneização dos espaços, priorizando a estética e utilizando a força das imagens para construção de cenários turísticos que atraíssem visitantes.

No Brasil, as primeiras diretrizes do turismo surgiram em 1966 por meio da criação da Política Nacional de Turismo (PNT), do Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Até 1980, havia pouca participação dos estados e municípios nas ações PNT, cuja implementação acontecia de forma centralizada, sem participação das esferas subnacionais (sobretudo as locais, onde o turismo efetivamente ocorre) (SILVA, 2015).

A partir de 1990, o governo priorizou o turismo como estratégia econômica com foco na descentralização dos municípios, por meio da implementação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e estabelecendo a nova Política

Nacional do Turismo (1996 - 1999), que institucionalizava a gestão participativa do turismo municipal. Nos anos 2000, criou o Ministério do Turismo (MTur), o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) e definiu 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, sendo este atualizado em 2015 para 3.265 destinos (MTur, 2018).

Devido a esse desenvolvimento do turismo, alguns consumidores dessa atividade passaram a diversificar seus interesses e desejos em viagens, tornando-se mais exigentes na busca pelos destinos que ofertassem experiências turísticas culturais. Dentre esses novos produtos turísticos, destacaram-se as cidades históricas e as atividades de ecoturismo. Essas últimas surgiram em meio à discussão sobre a necessidade de preservação da natureza, ganhando notoriedade mundial a partir dos anos 1980. Rodrigues (2003) aponta que são atividades econômicas orientadas para áreas de significativo valor natural, social e cultural.

O turismo foi inserido nas cidades históricas na década de 1970, através do Programa Integrado de Cidades Históricas, que representa o primeiro documento nacional para recuperação do patrimônio cultural urbano para turismo (TROITIÑO, 2003). O patrimônio cultural, assim como o patrimônio natural (ecoturismo), passou a ser considerado importante recurso na configuração do espaço turístico. Entretanto, Troitiño (2003) alerta que, enquanto potencialidade e/ou atrativo turístico, somente pode ser considerado estratégico para o desenvolvimento, a partir do momento em que a localidade apresenta adequados instrumentos de cooperação e gestão que permitam resolver problemas inerentes à turistificação dos bens patrimoniais.

O desenvolvimento econômico de cidades a partir da atividade turística tem provocado, inevitavelmente, transformações espaciais. A configuração espacial envolve a relação entre o espaço físico e social que concorrem simultaneamente enquanto produto e produtor das práticas sociais. O espaço representa um conjunto relacional dos processos e ações que formam significações concretas (materiais) e simbólicas (valores, significados, identidades). Essas significações associam-se à maneira como os indivíduos percebem, interpretam e se identificam com o lugar. Por isso, o espaço só pode ser considerado lugar se existir reciprocidade do caráter histórico e social quando comparado a outros lugares (AUGÈ, 2010).

Nesse cenário, o turismo representa uma dinâmica capaz de criar, reproduzir e reconfigurar elementos espaciais, incidindo de maneira direta em aspectos identitários na sociedade e de territorialidade ao longo dos anos. De acordo com Steinberger (2009),

a atividade turística pode ser entendida como o uso do território no espaço. Nessa perspectiva, o território refere-se à apropriação, uso e dominação por grupos sociais que possuem poder (econômico, cultural, político) para construção, modificação e fortalecimento dessas relações que formam a identidade social de um espaço geográfico delimitado. Tudo isso parte da dinâmica do uso do território que relaciona a coexistência, em cooperação ou em conflito.

Dessa forma, o turismo transforma o espaço trazendo novos significados, personificando as formas e os conteúdos pré-existentes e deixando suas marcas no espaço e no tempo. Assim, os espaços turísticos são produzidos de acordo com as relações de poder, por meio de políticas públicas, revelando as contradições do modo de produção capitalista na disputa territorial. Por meio da especulação imobiliária, empresários e investidores (geralmente apoiados pelos governantes), apostam em práticas turísticas sob o viés do retorno financeiro, não dando a devida importância aos desdobramentos da gentrificação (STEINBERGER, 2009; HARVEY, 2014).

O desenvolvimento do turismo evidencia a extensão das transformações socioespaciais caracterizando-se pelo: crescimento populacional e força de trabalho, impulsionados por fluxos migratórios; favorecimento da formação de uma elite local que passa a ter poder na política local; valorização estética na paisagem natural e artificial; aumento do custo de vida da população local, principalmente nas épocas de temporadas; e intensificação da especulação imobiliária que revaloriza o solo urbano gerando segregação e enclaves.

Nesse contexto, os empresários (proprietários das agências de viagens/passeios, hotéis/pousadas, restaurantes/bares, comércios/lojas) divulgam seus atrativos, apropriando-se dos espaços e transformando-os em territórios turísticos para obtenção de lucro e acumulação do capital, visando ampliação dos seus negócios. Os residentes, por sua vez, acabam não participando dos ganhos oriundos da atividade, tornando-se apenas mão de obra pouco qualificada e mal remunerada dos recursos turísticos e sofrendo os impactos dos processos de gentrificação ao se afastarem para áreas periféricas da cidade (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2012).

Essa dinâmica foi identificada na cidade de pequeno porte do interior do estado de Goiás, Pirenópolis. Em 1989, o Centro Histórico e o entorno de Pirenópolis foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico. O tombamento representa

um importante instrumento para preservação das características históricas e culturais dos bens materiais e imateriais (IPHAN, 2018).

A partir do tombamento, a cidade passou a receber investimentos do governo federal, estadual e municipal para o desenvolvimento dos atrativos do patrimônio histórico, cultural e natural da localidade. Desde 2003, o município integra o quadro dos Destinos Indutores do Programa de Regionalização do Turismo. Com o aumento do fluxo de turistas, dos meios de hospedagens e dos empregos gerados pelo setor, em 2015, o município recebeu categoria A no Mapa do Turismo Brasileiro (MTUR, 2018). Diante dessa dinâmica de expansão da atividade turística e consequente desenvolvimento do município, é fundamental identificar o processo de transformação do espaço a partir das *politics* do desenvolvimento do turismo para compreender os desdobramentos socioespaciais configuradas ao longo dos anos. As *politics*, segundo Rua (2014), são os processos políticos do conjunto de procedimentos formais e informais que expressam as relações de poder resolução pacífica de conflitos quanto aos bens públicos.

Frente a esse contexto, parecem legítimos questionamentos a respeito das ações do poder público para o desenvolvimento do turismo e sobre os impactos na configuração espacial em cidades turísticas. Impactos estes que abarcam questões de ordem concreta e simbólica do indivíduo no espaço.

Com base no exposto, esse trabalho busca compreender os desdobramentos do desenvolvimento do turismo em Pirenópolis-GO, a partir da configuração espacial. Especificamente, pretende-se:

- I. Caracterizar os ciclos da produção do espaço em Pirenópolis a partir de seu desenvolvimento econômico.
- II. Caracterizar o desenvolvimento de Pirenópolis a partir das *politics* do turismo.
- III. Analisar os principais desdobramentos das *politics* do turismo na configuração espacial de Pirenópolis.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O embasamento teórico para compreensão do objeto de pesquisa, alcance dos objetivos específicos e execução metodológica, foi dividido em três tópicos. No primeiro, discorre-se sobre as categorias de análise que compõem a configuração das cidades: espaço, lugar e território. O segundo tópico apresenta a produção do espaço urbano para sua valorização, pautada na racionalidade do capitalismo e apresenta alguns conceitos relacionados ao empresariamento urbano como a urbanização turística. O terceiro e último tópico evidencia as transformações e os desdobramentos do espaço pelo turismo.

2.1 Espaço, Lugar e Território

Formados por relações, processos e ações, o espaço, o lugar e o território são categorias de difíceis definições conceituais devido às especificidades que cada um apresenta. O estudo das cidades é interdisciplinar, envolvendo os campos da Geografia e Arquitetura que dialogam com os demais campos das ciências sociais, como Administração, Sociologia e Antropologia. Isso ocorre porque os conceitos abarcam elementos de ordem concreta (materializados através de objetos) e simbólica (representados por meio de valores, significados, identidades, entre outras questões materiais e intersubjetivas, as quais os indivíduos se apropriam na dimensão espacial) (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2014; SANTOS, 2008). Por esse motivo, inicialmente, serão elucidadas breves concepções sobre espaço, lugar e território.

De acordo com Santos (1978), o espaço geográfico representa basicamente um fato e um fator social. Deste modo, não é somente um reflexo, um meio para ação da sociedade e sim um condicionante e um condicionador da formação histórica da sociedade. O espaço é formado pelo conjunto de configurações espaciais e pelas dinâmicas formadas, ou seja: é a dialética entre a inércia e a dinâmica, a forma e o conteúdo, o espaço material e o espaço social.

O espaço constitui uma das quatro instâncias da totalidade social, sendo as outras três a econômica, a jurídico-política e a ideológica. Assim, se uma sociedade é desigual, o seu espaço será desigualmente ocupado, distribuído e significado. Nessa dinâmica, os espaços são produzidos de acordo com as relações de poder, revelando as contradições existentes do modo de produção capitalista na disputa pelo território

(SANTOS, 2008). No espaço existe uma interseção entre o espaço público e o social. O espaço público representa a vida urbana e o social é um meio de análise da apropriação e identificação desse espaço pelas pessoas que o frequentam. Os espaços públicos envolvem a relação entre o espaço físico e a construção social que concorrem simultaneamente enquanto produto e produtor de práticas sociais (LEITE, 2007).

A significação, consoante com as demais experiências do indivíduo, vai além da sua identificação com o espaço, mostrando que existe uma construção social que influencia continuamente o processo de disputa territorial. Essa disputa pelo território acontece devido à significação construída pelo indivíduo em relação ao lugar. A realidade do cotidiano da cidade e a convivência das pessoas nos espaços públicos, comércios e praças reforçam o conflito e a cooperação que estão presentes no dia a dia dessas pessoas e na significação de cada uma delas com o lugar, pois,

o lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que seja aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida (CARLOS, 2017, p. 29).

Nesse sentido, a construção do lugar é um ponto de representação de uma lógica de vida que, por ser intrínseca, é subjetiva. O lugar depende da criação de um vínculo afetivo entre a pessoa e o ambiente e, para que isso aconteça, o espaço precisa ser vivido através da experimentação desse lugar. O lugar é o resultado de interação social repleto de símbolos, valores e significados.

Partindo do entendimento de que o espaço revela as relações sociais nele presentes, as transformações e significações reveladas por Lefebvre (1991) formam-se no próprio espaço. O autor retoma Marx e Engels diferenciando o processo de criação e de produção. O processo de criação relaciona-se ao valor de uso, a uma essência natural; já o de produção do espaço é vinculado aos interesses dos indivíduos ou grupos que se apropriam, transformando os espaços em produtos e, dessa forma, usam seus elementos como forças produtivas.

Formado por relações de propriedade e territorialidade, o espaço é um complexo resultado de inúmeras atividades e relações de convivência, podendo ser transformado por meio da construção social (LEFEBVRE, 1991). As formas de apropriação dos espaços devem ser consideradas nos debates sobre áreas produzidas que visam o espaço concebido por causarem estranhamento socioespacial. O autor esclarece que a forma de

uso do espaço acontece devido à diferença entre o que é vivido e o que é concebido. O espaço concebido representa uma forma abstrata traduzida pela lógica capitalista, pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante da realidade. Por isso é concebido pelo saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico da racionalidade geral. Já o espaço vivido denota as diferenças em relação ao modo de vida concebido, expondo-as através da subversão de usos contextuais que são irracionais e subjetivos. Como não existe uma imutabilidade entre as dimensões espaciais, nada impede que o espaço concebido absorva o espaço vivido (LEFEBVRE, 1991).

O entendimento da produção espacial requer uma reflexão sobre a complexidade das dinâmicas relacionais à experiência cotidiana, principalmente as que incorrem de forma subjacente pela sociedade. Um determinado espaço só é considerado lugar se existir uma reciprocidade do caráter histórico social quando comparado a outros (AUGÈ, 2010). De acordo com Leite (2007), a configuração espacial envolve a análise temporal e o modo de apropriação da sociedade. Nesse sentido, Augè (2010) mostra que a sociedade pode ser entendida como o resultado da relação territorial e a apropriação composta pela significação espacial em seu sentido inscrito e simbolizado em ação. E, para compreender a produção espacial, é preciso considerar a dimensão tempo-espaço em relação à expressão coletiva ou individual, simbólica e ideológica, de acordo com as diversas forças que disputam pelo estabelecimento do espaço devido ao uso do território (STEINBERGER, 2009).

Uma vez que as formas de apropriação de objetos naturais e artificiais configurados no espaço ao longo do tempo envolvem ações políticas, culturais, econômicas e sociais decorrentes do uso do território, apreender a formação do território requer entender como, onde, por quem e para quê o espaço é usado. Os espaços são modernizados sob a lógica de produção capitalista, troca ou outras relações de interesses unilaterais (SANTOS, 2008), influenciados por indivíduos, grupos e agentes detentores de poder, que disputam suas territorialidades de acordo com diferentes formas de apropriação e interesses (SARAIVA, 2009).

Essa relação territorial e apropriação permitem o entendimento do que é o território: refere-se ao uso e dominação por grupos sociais que constroem, modificam, apropriam e fortalecem relações de poder e identidade em determinado e delimitado espaço geográfico. Devido à pluralidade de grupos e classes sociais e à diversidade e divergência de interesses, existem conflitos espaciais e políticas econômicas que

materializam territorialidades pelas racionalidades hegemônicas, em conflito com interesses contra hegemônicos (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2012).

Associando essas ideias do espaço, lugar e território ao turismo, é possível perceber que a atividade turística faz parte da dinâmica sociedade-espaço-tempo expressa na inseparabilidade espaço geográfico-território usado (STEINBERGER, 2009). O turismo, assim como as demais atividades econômicas, seleciona e promove a produção dos espaços de acordo com o jogo de interesses e classes sociais (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2012). Nesse jogo, existem disputas formadas por conflitos entre os atores que querem construir um novo lugar e os que lutam para manter suas origens e não serem marginalizados. Todavia, a governança pública, em parceria com organizações privadas, exerce maior influência na produção do espaço que constitui a configuração territorial.

2.2 A Produção do Espaço Urbano

A disputa pelo espaço constitui elemento central da problemática do mundo moderno devido à complexidade das relações sociais, uma vez que o espaço retrata essas relações construídas ao longo do tempo, materializadas de forma concreta e simbólica. O espaço é produzido socialmente e, ao mesmo tempo em que revela o comportamento e a identidade de indivíduos e grupos, pode ser que moldado por agentes detentores de poder (político, econômico e cultural).

Assim, um espaço urbano pode ser produzido por meio da valorização de determinada área quando há apropriação de um grupo de força sobre a população local. Este grupo incorpora suas perspectivas às características da população local, materializando e produzindo as transformações. Segundo Corrêa (2004), os produtores do espaço podem ser os proprietários dos meios de produção, os produtores fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Isso ocorre tanto do ponto de vista da realização do processo de acumulação capitalista, por consequência da justificativa das ações do Estado em direção à criação do desenvolvimento econômico, quanto da concepção da vida, que se realiza em espaços-tempos delimitados, reais e concretos (CARLOS, 2017). Essa prática acontece desde o início de 1960, período em que envolveu a redefinição da cidade e urbanização, mas somente foi determinada no Brasil a partir de 1980, quando surgiram estudos de

gestão urbana e territorial (SOUZA, 2010). A partir daí, iniciaram-se as reconstruções das cidades gerando um redesenho das formas de produção no espaço urbano.

De acordo com Botelho (2004), perante essa concepção progressista, as políticas públicas municipais foram articuladas no caráter redistributivista e universalista, objetivando maior democratização do planejamento e da gestão das cidades. Pautados no desenvolvimento econômico, gestores públicos dos municípios, apoiados pelas organizações privadas, apostaram em práticas de desenvolvimento urbano para especulação imobiliária, reabilitação, requalificação, repovoamento, revitalização, renovação, regeneração urbanas e enobrecimento da área urbana.

Diante do enfrentamento de crise econômica do século XIX, foi preciso novo desenho com nova função, diferente da regulação pública. A tarefa administrativa consistia na produção de um espaço urbano para atração altamente flexível, além dos fluxos financeiros e de consumo, sendo que esta flexibilidade, como atributo do poder estratégico, remeteria à noção de eficiência e à capacidade para aproveitar as oportunidades.

Segundo Vainer (2011), visualizar a cidade como um negócio, baseada nos ideais mercantilistas, representa um urbanismo *ad hoc*. Nessa perspectiva, além de atuarem no sentido de facilitar os investimentos privados no âmbito local, os administradores públicos buscaram maior competitividade internacional explorando as vantagens locais e reforçando a construção de pontos atrativos nas cidades para valorizá-las (BOTELHO, 2004).

Goulart, Terci e Otero (2016) destacam que, diante de um ideário neoliberal, os gestores públicos regionais deveriam ser empreendedores na busca do desenvolvimento, inclusive o urbano,

a adesão ao empresariamento das cidades não requer a adoção formal do “Planejamento Estratégico das Cidades” e de suas técnicas e ferramentas metodológicas - embora essa combinação aconteça em alguns casos-, mas sua disseminação foi uma reação para que os municípios assumissem uma postura proativa na dinamização econômica, cujas implicações são múltiplas: urbanísticas na medida em que (re)orientam e impactam as decisões relativas à produção do espaço urbano, e políticas porque modelam e limitam os correspondentes processos decisórios de desenvolvimento urbano (GOULART; TERCI; OTERO, 2016, p. 465).

Dentre os fatores que podem explicar a opção pelo empresariamento por parte dos governos locais com diferentes conotações políticas, o autor cita a desindustrialização, o desemprego, a austeridade fiscal, o neoconservadorismo, e o forte

apelo à racionalidade do mercado e da privatização e declínio do Estado-Nação no controle do fluxo monetário multinacional. Os investimentos tomam cada vez mais a forma de negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais, “os quais fazem o melhor possível para maximizar a atratividade local para o desenvolvimento capitalista” (BOTELHO, 2004, p. 3).

Harvey (2005, p. 165) defende avanço conceitual do empresariamento para o empreendedorismo urbano: “do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio”. Por empreendedorismo urbano, o geógrafo caracteriza como:

padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (locais, metropolitano, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupos comunitários, ONGs, etc.) e interesses privados (empresariais e individuais), formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro (HARVEY, 2005, p. 230).

A função desse empreendedorismo urbano em relação à forma neoliberal de globalização foi analisada, segundo Harvey (2005), sob a rubrica das relações local-global e da dialética espaço-lugar, em que a maior parte dos geógrafos concluiu que é um erro considerar a globalização uma força casual com respeito ao desenvolvimento local. Ou seja, a globalização deve ser vista como uma padronização geograficamente articulada das atividades e das relações capitalistas globais, sendo essa articulação evidência do desenvolvimento geográfico desigual “(uma variedade de escalas) e, ao menos, alguma teorização convincente para entender sua lógica capitalista” (HARVEY, 2005, p. 231).

De acordo com Steinberger (2009), o desenvolvimento do turismo promove a produção do espaço e, conseqüentemente, antes de tudo, o uso do território nas cidades. A autora relaciona recortes da teoria espacial de Milton Santos (2008) associando à ideia de que o turismo faz parte da dinâmica sociedade-espaço-tempo expressa na inseparabilidade espaço geográfico-território usado. Com isso, evidencia o turismo como espaço social, construído historicamente e que potencializa a atividade econômica produzida no próprio espaço.

A atividade turística vem sendo impulsionada pelos gestores urbanos desde 1990. Segundo Luchiari (2004, p. 105),

a “urbanização turística” é um vetor de transformação do lugar provocada pelo uso do território, que não se restringe somente a efeitos locais e nem a atores específicos, mas para a atividade turística em si. Espalha-se por todo o território da cidade envolvendo todos os atores, desde os que possuem um enraizamento territorial permanente, como os moradores, empresários, governos locais, assim como os turistas, empresários, investidores e agentes de viagens.

Então, produz-se um espaço com novo cenário, fruto das relações de poder entre os atores permanentes e transitórios que usam o território da cidade (LUCHIARI, 2004).

Quando o espaço é produzido, é artificialmente refeito para valorização e, consequentemente, fragmentado e pulverizado para incentivar sua comercialização. Por isso, as análises acerca das dinâmicas socioespaciais não devem ser interpretadas através de uma lente específica, pois pode acabar estigmatizando pontos positivos ou negativos. Ponderar a lógica dos planejamentos e projetos urbanos é fundamental, uma vez que as dinâmicas sociais acabam sendo excluídas pelas diretrizes e ações tomadas pelos gestores públicos (HARVEY, 2014).

Nessa dinâmica, é preciso considerar todos os atores envolvidos e suas arenas de modo que identifique para quem e por quem os espaços são produzidos (LEITE, 2007). Lefebvre (1991) ressalta a importância de se investigar os impactos da produção do espaço urbano, pontuando a forma como os agentes produtores colaboram para ocultar essa decodificação e a situação crítica da fragmentação técnica, social do trabalho da população.

A partir disso, é possível compreender como cada ator/agente vivencia e se envolve na dinâmica espacial de acordo com o jogo de interesses, considerando que cada um atua em um cenário de competição e cooptação no estabelecimento do território. A produção e o consumo do espaço por diferentes agentes sociais resultam na intensa reorganização do espaço. E, a cada transformação, o espaço se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, sendo reflexo condicionante dos desdobramentos das dinâmicas socioespaciais.

2.3 As *Politics* e as Transformações no Espaço pelo Turismo

A essência conceitual da política e da política pública baseia-se na resolução de conflitos e problemas públicos. Uma definição simples oferecida por Schmitter (1965) sobre a função da política é a de resolver conflitos entre indivíduos e grupos, sem que este conflito destrua um dos partidos em conflito, ou seja, resolver de forma pacífica. Todavia, este conceito amplo é restrito. A fim de delimitar esse conceito, Rua (2014)

estabelece que a política “consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica de conflitos quanto a bens públicos”.

A política pública é “uma diretriz para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2014, p. 5), por isso, seus elementos fundamentais podem ser intencionalidade pública e resposta a um problema público. Nesse sentido, o que determina se uma política é pública ou não é a sua intenção em responder a esse problema público, e não um problema político. Secchi (2014) define que um problema expressa a diferença entre a situação atual (um status quo inadequado) e uma situação ideal possível para a realidade pública.

Nesse sentido, Rua (2004) destaca a importância de diferenciar política de política pública que geralmente envolve mais do que uma decisão e requer ações estrategicamente selecionadas para a tomada de decisões. Uma decisão política corresponde a uma escolha diante várias alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando a adequação necessária entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Logo, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política constitui uma política pública. Para facilitar a compreensão desses conceitos, é preciso recorrer à língua inglesa em que são utilizados nas dimensões *polity* para denominar as instituições políticas ou sistema político; *politics* para os processos políticos; e *policy* para os conteúdos da política (RUA, 2014).

De acordo com a Easton (1970), a dinâmica do sistema político pode ser definida como *withinputs* (demandas originadas no interior do próprio sistema político) e é composta por um conjunto das organizações públicas e atores políticos que funciona de acordo com os inputs (apoios e demandas) e *outputs* (decisões e ações). As demandas podem ser as reivindicações de bens e serviços como, por exemplo, saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, etc. O suporte ou apoio nem sempre estão diretamente vinculados a cada demanda ou política específica, sendo que, geralmente direcionam-se ao sistema político.

De modo simplificado, Rua (2014) considera que grande parte da atividade política dos governos tenta satisfazer as demandas originadas pelos atores sociais ou formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao mesmo tempo em que articula os apoios necessários. Por meio desse sentido da tentativa de processar as demandas é que se desenvolvem os procedimentos formais e informais para resolução pacífica dos conflitos. Ainda assim, a autora destaca que os atores políticos distinguem-se entre

atores públicos e privados. Os atores públicos exercem funções públicas mobilizando recursos associados a essas funções. Dentre os atores privados, os empresários possuem destaque devido à capacidade de influir nas políticas públicas, uma vez que afetam a economia do país controlando as atividades de produção, parcelas de mercado e ofertas de emprego. Os empresários podem manifestar como atores individuais isolados ou coletivos (RUA, 2014). Outros atores importantes são os trabalhadores que atuam através da organização de sindicatos, eventualmente ligados a partidos, ONGs e até os atores podem ser identificados em uma política pública de acordo com o jogo de interesses que possuem em relação à política em questão. Segundo Rua (2014), devido à esse jogo de interesses que envolvem expectativas de resultados (vantagens e desvantagens) de cada alternativa na resolução de um problema, os atores formam alianças entre si para entrarem nas disputas. Com isso são formadas as arenas políticas, sendo, grosso modo, as relações entre os atores padronizada na dinâmica de lutas, jogos e debates.

Diante dessa breve contextualização, seguindo a Abordagem Sistêmica, o processo político produz as políticas públicas. Logo, a *politics*, em sentido abrangente, é uma variável independente ou uma causa, ficando a políticas públicas (*policy*) como variável dependente ou efeito (RUA, 2014). Essa é a corrente dominante do *mainstream*, isso acontece, segundo Rua (2014), pelo fato do sistema político produzir não somente políticas públicas, mas também, tomar decisões isoladas.

Conforme mencionado na seção anterior, a partir de 1980, as práticas da produção do espaço intensificadas no Brasil tiveram suas bases no contexto econômico do desenvolvimento capitalista. Entre 1970 e 1980, a administração pública burocrática estava sendo substituída a nível mundial pela *New Public Management*, para a consolidação do Estado por meio de uma reforma gerencial que previa a aproximação entre organizações públicas e privadas para formação de parcerias. Na década de 1990, com o advento do *New Public Governance*, houve a substituição do Estado gerencial para o Estado democrático em defesa de uma gestão descentralizada com foco em uma administração mais ágil, eficaz e eficiente das cidades (SILVA, 2015; PADDISON; WALMSLEY, 2018).

Nos anos 2000, *politics* de a privatização e a terceirização dos serviços públicos avançaram nas comunidades municipais, cuja onda de parcerias público-privadas era uma tendência cada vez mais forte (KISSLER; HEIDEMANN, 2006). A economização do setor público fortalece a perspectiva da governança pública estimulando novos

arranjos institucionais entre atores estatais e sociais demarcando espaços para testar a cooperação e parcerias estratégicas em diferentes campos políticos.

No Brasil, o desenvolvimento da atividade turística teve início na década de 1960, por meio da implementação de políticas públicas de turismo. O turismo é considerado multidisciplinar por envolver áreas do conhecimento como Administração, Economia, Arquitetura, Geografia, Biologia, entre outras. Segundo a Organização Mundial do Turismo (1994), o turismo compreende atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estradas em diferentes lugares do seu entorno habitual, por um período consecutivo, inferior a um ano, com a finalidade de lazer, diversão, negócios ou outras.

O Decreto-Lei nº 55 de 1966 define o turismo como uma atividade produtiva para contribuição e redução dos desníveis socioeconômicos regionais que caracterizavam a nação. O governo estabeleceu as primeiras diretrizes da Política Nacional de Turismo (PNT) e criou os primeiros instrumentos de regulamentação da atividade com a definição dos dois órgãos para a execução das políticas e coordenação do setor, que permanecem ativos até o momento atual, sendo esses o CNTur e a Embratur (SILVA, 2015).

Em 1971 foi promulgado o Decreto-Lei nº 1.191 para a criação do Fundo Geral do Turismo para o financiamento de obras, serviços e atividades turísticas de interesse nacional. O Decreto-Lei n.º 1.376 de 1974 definiu o Fundo de Investimentos Setoriais destinados ao turismo, pesca, reflorestamento e hospedagem, sendo este último para investimentos em infraestrutura (SILVA, 2015).

As cidades históricas passaram a se destacar devido ao surgimento de novas ofertas de produtos turísticos, resultando em mudanças do perfil do consumidor. Coriolano (2012) enfatiza que isso só foi possível graças às diversas formas de turismo que se materializaram no espaço urbano, consolidando expressões da prática turística e oferecendo experiências que captaram um fluxo significativo de visitantes. Por isso, o patrimônio cultural passou a ser considerado importante recurso na configuração do espaço a partir da década de 1970, por se converter a um aliado no desenvolvimento turístico, favorecendo a criação de empregos e a coesão social de uma localidade (CORIOLANO, 2012).

Por meio da iniciativa da Secretaria de Planejamento em parceria com a Embratur, foi implementado o Programa Integrado de Cidades Históricas (1973 – 1979). Este foi o primeiro programa federal de investimentos para recuperação do

patrimônio cultural urbano, marcando a inserção do desenvolvimento do turismo nas cidades históricas. O programa atuou, inicialmente, nas cidades do Nordeste e, posteriormente, foi disseminado para as demais cidades brasileiras para recuperação do patrimônio cultural urbano (RIBEIRO, 2005).

O Iphan, criado em 1937 (Lei nº 378/1937), é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura para proteção e promoção dos bens culturais do país e atualmente possui 27 superintendências. O Art. 216 da Constituição Federal define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver reconhecendo criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. O Art. 215 reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial (IPHAN, 2018).

A atuação do Iphan em Goiás teve início em 1960, por meio da 14ª Coordenação Regional, sediada em Brasília, Distrito Federal. A partir de 2009, a Coordenação foi transformada na 14ª Superintendência Regional e promove a proteção de cinco conjuntos urbanos tombados (Cidades Históricas) e 43 bens tombados individualmente. Os escritórios técnicos de Goiás e Pirenópolis funcionam como casas do patrimônio, reconhecidos como espaços de promoção da educação patrimonial (IPHAN/GO, 2018).

O Iphan, através da Portaria nº 10/86, define algumas regras para uniformização dos procedimentos adotados pelas prefeituras municipais no que se refere à expedição de licenças para construção em áreas tombadas, tendo destaque:

Artigo 2º - As obras e atividades a serem realizadas em bens tombados pelo Poder Público Federal ou nas áreas de seus respectivos entornos, que estejam sujeitas a licenciamento municipal, deverão ser precedidas de aprovação da SPHAN.

Parágrafo 2º - Caberá às Prefeituras Municipais, previamente à concessão das licenças, bem como à de suas prorrogações, enviar à competente Diretoria Regional da SPHAN, para análise e aprovação, os respectivos pedidos formulados pelos requerentes, preferencialmente já com as informações sobre a viabilidade de sua aprovação ou não pelas leis municipais.

Além das cidades históricas, o patrimônio natural foi desenvolvido dentre os novos produtos turísticos, a partir dos anos 1980, apresentando significativo cultural. Segundo Rodrigues (2003), representa uma atividade econômica de baixo impacto ambiental e, através das atividades recepcionais e educativas, contribui para a

conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, resultando em benefícios para as comunidades receptoras.

Segundo Nuryanti (1996), existem relações entre o turismo e o patrimônio que são reveladas na contradição entre a modernidade e o tradicional, uma vez que, envolve interpretação, patrimônio construído em marketing, planejamento para o patrimônio, e interdependências entre o turismo patrimonial e a comunidade local. O turismo de patrimônio, particularmente o patrimônio construído, é uma forma de turismo de interesse espacial caracterizada por dois fenômenos aparentemente contraditórios (único e universal) cada um com seus atributos específicos.

Todavia, a herança não deve ser abandonada. Ela é reinterpretada e recriada, é compartilhada por todos e construída em um contexto de valores sociais e culturais. Para que o turismo de patrimônio seja bem desenvolvido, é preciso uma boa governança, um bom planejamento para a gestão e a comercialização que atenda às necessidades dos visitantes, sem ferir a herança e o patrimônio local da população (NURYANTI, 1996).

A década de 1980 marcou a transição da Constituição Federal de 1988 e redemocratização do país. Em 2001, foi promulgado o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição com o intuito de estabelecer normas de ordem pública e interesse social sobre o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, segurança, bem estar dos cidadãos e equilíbrio ambiental. O Art. 2º do estatuto define a política urbana de promoção do ordenamento do desenvolvimento das funções sociais e propriedade urbana. Segundo Luz (2005), para que isso ocorra, foram estabelecidas 16 diretrizes:

Sustentabilidade das cidades; direito à terra urbana e à moradia; gestão democrática; cooperação entre governos; planejamento envolvendo o desenvolvimento das cidades e distribuição espacial da população; oferta de equipamentos urbanos; ordenação e controle do uso do solo; integração campo/cidade; compatibilidade entre expansão urbana e sustentabilidade ambiental, social e econômica; adequação fiscal; proteção e preservação tanto do meio ambiente natural quanto do meio ambiente construído; diálogo entre o poder público municipal e a população; regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas pela população de baixa renda; simplificação da legislação no que toca ao uso, ocupação e edificação; tratamento igual entre o público e o privado nos empreendimentos voltados para a urbanização (LUZ, 2005, p. 54).

No contexto do desenvolvimento do turismo, vigoraram somente planos econômicos com objetivos de curto prazo (HENZ; LEITE; ANJOS, 2010) e, até então, havia pouca participação dos estados e municípios nas ações da política nacional do

turismo, cuja implementação acontecia de forma centralizada sem participação das esferas subnacionais (SILVA, 2015). Adotando um enfoque territorial, o governo institucionalizou o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, em 1994, visando o planejamento participativo e a gestão local do turismo para que os municípios tivessem a responsabilidade de desenvolver suas localidades, enquanto o governo federal agiria organizando e tomando decisões (CRUZ, 2000).

Em 2003, o governo criou o Ministério do Turismo para o planejamento das ações do desenvolvimento turístico regional e o Política Nacional do Turismo (2003-2007), do qual fazia parte o Programa de Regionalização do Turismo. O objetivo principal da regionalização é promover o desenvolvimento turístico sustentável, diversificando a oferta turística nos municípios, dando continuidade às estratégias de ordenamento territoriais implementadas pelo PNMT e extrapolando a lógica territorial do turismo do município para a região (MTur, 2018).

Seguindo a Constituição Federal de proteção patrimonial histórica e cultural e responsabilização pelos bens de valor histórico, os objetivos e as diretrizes foram definidos na Política Nacional do Turismo (PNT) de 1992. Todavia, Ribeiro (2005) destaca que a PNT de 1996 não mencionou esse assunto e o mesmo aconteceu na PNT de 2003, que desconsiderou a questão patrimonial nos seus objetivos e metas do programa. Em 2007, o Ministério do Turismo lançou o Plano Nacional do Turismo (2007-2010) para a estruturação de 65 destinos com padrão de qualidade internacional. A proposta e o número, segundo o Governo federal, partiram dos dados da PNT anterior do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, sendo que a ação estabelecida a estruturação dos roteiros nas regiões turísticas basearam-se nos princípios de cooperação, integração e sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional (MTur, 2007). Em 2015, fora os Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, foram atualizados e definidos para 3.265 (MTur, 2018).

O Ministério do Turismo passou a ser o órgão responsável pelo estabelecimento da PNT no Brasil (Lei nº 11.771/2008). O PRT foi relançado em 2013 com o objetivo de apoiar a gestão, estruturar e promover o turismo de forma regional e descentralizada. No mesmo ano, o governo lançou o Plano Nacional do Turismo (2013 - 2016) para, juntamente com o PRT, promover diretrizes e ações permitindo a participação das regiões e municípios na construção das políticas públicas nacionais, além das próprias políticas locais que já existiam (SILVA, 2015).

Em 2013, o Ministério do Planejamento autorizou a criação de uma linha de crédito destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan, dando origem ao Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas. Os projetos e as obras de infraestrutura foram executados sob a coordenação do Ministério do Planejamento em cooperação com o Iphan e parcerias com municípios, universidades e instituições federais e governos estaduais (IPHAN, 2018).

2.3.1 Os Desdobramentos Socioespaciais Provocados pelo Turismo

O turismo pode ser promovido por meio de políticas públicas de incentivos fiscais e de marketing, por exemplo, aos micro e macros empresários do turismo, viabilizando a instalação de equipamentos, infraestruturas e condições necessárias ao atendimento, em especial aos visitantes e investidores privados, aspirando interesses políticos e dinamização da economia local para atividade turística (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2012).

As atividades turísticas incidem de maneira direta ao uso e ocupação do espaço, envolvendo a gestão do território, conforme afirma Steinberger (2009). O espaço social é construído historicamente, já o turismo é uma das atividades da sociedade contemporânea que potencializa a economia e constantemente atua na produção da história e do próprio espaço. Assim, a produção turística é materializada no espaço ao longo do tempo por meio de objetos ou formas e, por isso, é preciso considerar os desdobramentos das dinâmicas socioespaciais.

Essa produção turística é materializada no espaço por meio de objetos geográficos naturais ou artificiais (atrativos e equipamentos), de onde são gerados os fluxos (deslocamentos que constituem a vida e impulsionam essa materialidade). Esses objetos podem ser moldados, ao longo do tempo, por meio de técnicas. Assim, o turismo se apropria das “rugosidades”, marcas deixadas no espaço pelo tempo, e vai atualizando, produzindo formas e conteúdos, atribuindo o significado da atividade turística (STEINBERGER, 2009, p. 44).

No turismo, a desigualdade socioespacial ao território usado é nítida,

os decididores, atores hegemônicos, representantes do mercado, comandam de longe e verticalmente o turismo de toda e qualquer fração do território, por meio de redes de hotelaria, de transporte e de agências de viagem. Em síntese, empacotam os turistas, enquanto os homens comuns, moradores, originais donos dessas frações, muitas vezes considerados representantes menores da sociedade, atuam horizontalmente (STEINBERGER, 2009, p. 298).

Considerado essa perspectiva do território usado, em princípio, o turismo não é somente uma atividade econômica. Compreende reflexões como, por exemplo, a apropriação dos objetos naturais e artificiais que, reconfigurados ao longo dos anos, envolvem ações políticas decorrentes do uso turístico do território. Dentre essas ações, Luchiari (2004, p. 105), define esse processo como “urbanização turística” que “reinventa e cria novas funções”, estabelecendo uma nova organização socioespacial.

A compreensão do território perpassa a multiplicidade de formas de apropriação e transformação do espaço por grupos e classes sociais distintas. Funcionalidades diversas atribuem-se a lugares apropriados, territorializados, em diferentes temporalidades, assumindo uma diversidade de significações dos agentes produtores da territorialização no espaço (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2012). Essa territorialização é conceito-chave de compreensão das ações atuais do Estado e de elaboração de políticas públicas, urbanas, econômicas ou de turismo, nas quais incidem ações públicas e de empreendedores privados da sociedade.

De acordo com Cruz (2000), a apropriação territorial pode acontecer, por exemplo, através do direcionamento de uma política pública do turismo em determinado lugar. Nesse caso, os gestores públicos traçam metas e diretrizes dessas políticas que norteiam o desenvolvimento socioespacial da atividade no que se refere à esfera pública e privada. Por isso, a territorialização da sociedade por diferentes condições e interesses, muitas vezes conflitivos, mostra a relação entre território, política e turismo.

O Estado pode promover a atividade turística em parceria com empresas privadas, apropriando-se dos espaços, transformando-os em espaços concebidos para os turistas para o acúmulo de capital. Essa tendência segue uma racionalidade econômica de desenvolver o turismo como oportunidade de emprego e possível empreendimento para os moradores da cidade. Por outro lado, desencadeia em consequências como formação dos processos de gentrificação e a não identificação do novo espaço concebido como um espaço vivido pela própria população local.

O termo *gentrification* foi usado pela primeira vez no início dos anos 60 por Ruth Glass (1963), ao descrever o processo de enobrecimento de uma área de Londres. A partir daí, esse termo foi disseminado por diversos autores fazendo surgir novas

interpretações sobre a gentrificação. De modo mais amplo, Hamnet (1984) definiu a gentrificação como um fenômeno, ao mesmo tempo físico, econômico, social e cultural que implica mudanças sociais, físicas (do estoque de moradias na escala de bairros) e econômicas (mercados fundiário e imobiliário).

Segundo Smith (2007), a linguagem do renascimento urbano não é nova e foi empregada com liberalidade nos Estados Unidos em um sentido diferente do poético evocado por Ruth Glass, pois a linguagem atual corrente do renascimento urbano é a prova da generalização da gentrificação (SMITH, 2007). Apesar do fenômeno da gentrificação ser uma boa estratégia para preservação do tecido físico da cidade, apresentando casas e ruas bonitas, cafés, pequenas lojas, praças, como foi apresentado o caso de Nova Iorque, os gentrificadores alteram a economia local de modo a beneficiá-los em relação à maioria dos habitantes da cidade (ZUKIN, 2010). A autora critica o fato desses agentes apoiarem os mercados de consumo que visam públicos específicos e de desconsiderarem pequenas lojas e feiras livres as quais os residentes de menor renda dependem.

Especificamente, Savage e Warde (1993) apresentam quatro processos decorrentes da gentrificação: 1- reorganização da geografia social da cidade nas áreas para substituição por um grupo social de classe mais elevada; 2- reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares; 3- transformação do ambiente construído, com a criação de novos serviços e requalificação residencial que prevê melhorias arquitetônicas; 4- mudança da ordem fundiária, que, na maioria dos casos, determina a elevação dos valores, aumentando a quota das habitações.

Ao comparar dois bairros do Brasil e dois de Portugal gentrificados, Leite (2007) identificou que os locais sofreram intervenções específicas pela alteração da arquitetura urbanística com a utilização do forte apelo visual construído para os turistas. A ideia é que esse novo cenário chame a atenção dos turistas e atenda suas demandas, além da valorização imobiliária, segurança e limpeza urbana para a reapropriação por parte das classes médias e altas, que consigam sustentar-se nesses locais enobrecidos.

Essas políticas gentrificadoras guardam em si um interesse de mercado que se formulam pela construção de uma imagem da cidade que atraia investimentos, públicos e privados, principalmente sob o discurso da restauração cultural do espaço (LEITE, 2007; BOTELHO, 2004). Por isso, determinados espaços passaram a ser visados pelo poder público como oportunidades para geração de atividades e aumento das receitas de alguns municípios.

Leite (2007) ressalta que a tendência da homogeneização decorrente da gentrificação promove a perda dos elementos identitários do seu povo. Quando esses espaços são reproduzidos, há desdobramentos como perda de significação socioespacial. Isso ocorre devido à coexistência do uso do território, à complexidade das dinâmicas socioespaciais e à intensificação da promoção do turismo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por visar compreender os desdobramentos do desenvolvimento do turismo diante da configuração espacial de Pirenópolis - GO, esta pesquisa pode ser classificada como descritiva. Segundo Vieira (2002), a pesquisa descritiva busca conhecer e interpretar a realidade estudada, sem nela interferir ou modificar, para descobrir, descrever, classificar e interpretar os fenômenos. Por isso, necessita de um conjunto de informações sobre a produção do espaço para o turismo objeto e objetivo (OLIVEIRA, 1997), que foram identificadas por meio da coleta de dados para interpretação dos fenômenos de desdobramentos à gestão.

Quanto à abordagem, caracteriza-se por uma pesquisa essencialmente qualitativa por preocupar-se com aspectos da realidade que são difíceis de serem quantificados, focando na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Segundo André (1983), a pesquisa qualitativa consegue apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto.

A coleta de dados compreende pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas com roteiro semiestruturado, observação não participante como anotações em diário de campo. Com relação à interpretação dos dados, a técnica empregada foi a análise de conteúdo baseada na perspectiva de Bardin (2011), que, assim como os demais métodos, foram detalhadas no tópico 3.2. A seguir, o tópico 3.1 caracteriza Pirenópolis definindo o recorte temporal e territorial a ser estudado.

3.1 A escolha do *locus*

O objeto de pesquisa foi caracterizado na cidade Pirenópolis, situada no Estado de Goiás. O município integra uma das 21 regiões do entorno do Distrito Federal, estando sua sede localizada a 150 km de Brasília - DF e a 130 km de Goiânia - GO, como pode ser observado na Figura 1 seguir:

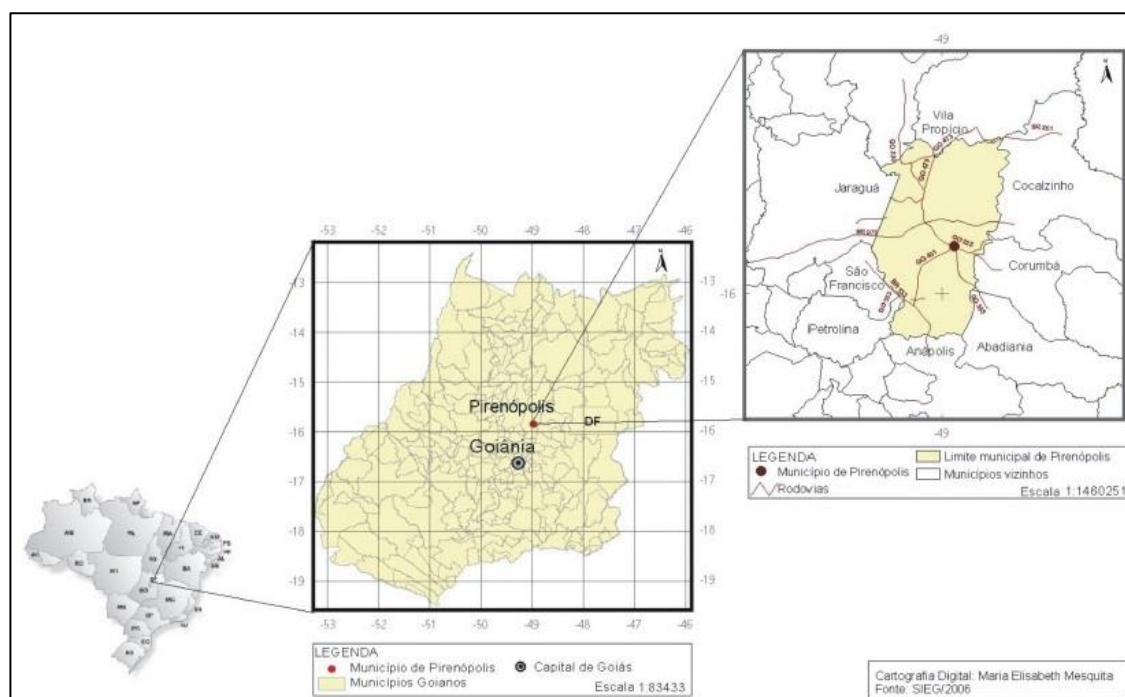


Figura 1 - Localização de Pirenópolis no estado de Goiás e no Brasil

Fonte: IESA - Observatório Geográfico do Goiás (2010).

Desde a sua fundação em 1727, até os dias de hoje, a cidade é caracterizada por quatro ciclos, de acordo com o Portal do Turismo de Pirenópolis (PTP), e que foram adaptados nesta pesquisa e assim divididos: Ciclo do Ouro (1727 – 1800); Ciclo da Agricultura e do Comércio (1800 – 1930); Ciclo da Pedra e da Arte (1930 - 1989) e Ciclo do Turismo (1989 - 2018). No dia 22 de novembro de 1989, Pirenópolis foi tombada pelo Iphan como conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico, e a partir de 1997, foram iniciados projetos de refuncionalizações no Centro Histórico. Desde então, o turismo passou a ser fortemente impulsionado pelos governos estadual e municipal e, atualmente, representa a principal atividade econômica do município (PTP, 2018).

De acordo com o IBGE (2017), Pirenópolis possui uma área da unidade territorial de 2.205,010 km² do Planalto Central. O recorte territorial escolhido nesta pesquisa foi o Centro Histórico e o entorno¹ da cidade, destacados na Figura 2 abaixo.

¹ A Portaria nº 02, de 1º de junho de 1995, emitida pela 14ª Coordenadoria Regional do Iphan define as áreas do tombamento e do entorno, assim como regulamenta o tratamento sobre o bem tombado. As ruas que fazem parte da área tombada são as: Aurora, do Bonfim, Rui Barbosa, do Carmo, Direita, Pireneus, Matutina, Nova, da Prata, Santa Cruz, 24 de Outubro, do Rosário e Avenida Neco Mendonça. Além de praças, becos, travessas, casas, muros e quintas que estão dentro do polígono do tombamento (Centro Histórico).

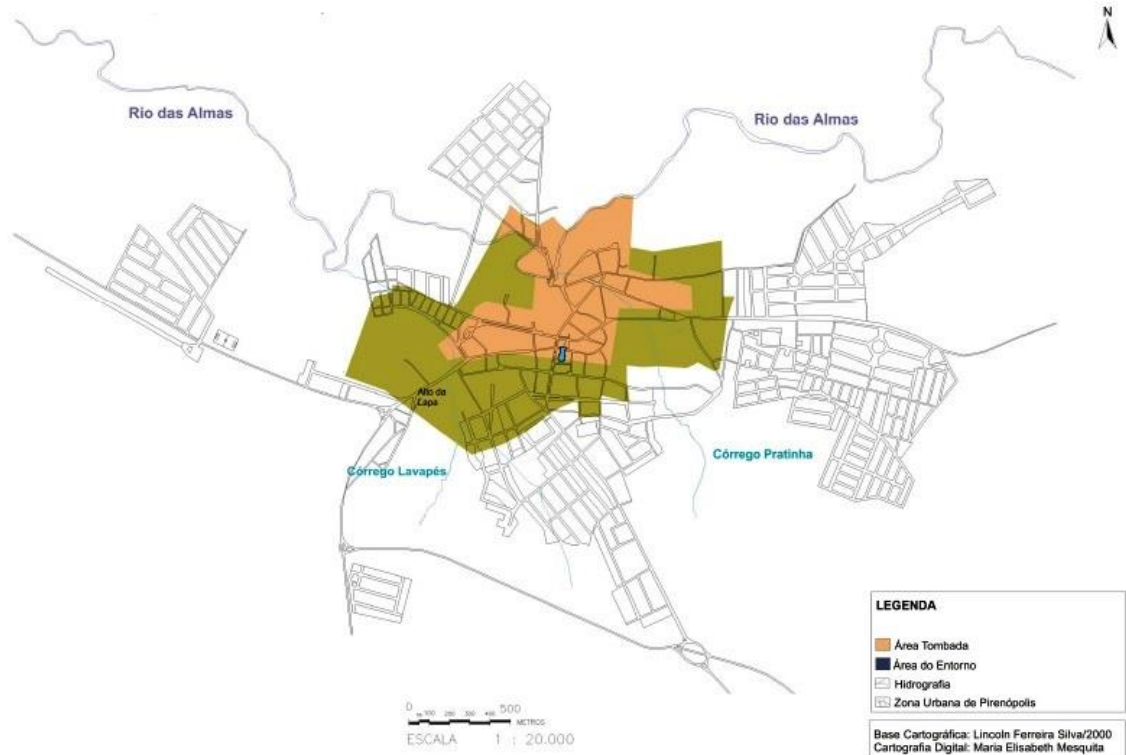


Figura 2 – Área tombada e entorno de Pirenópolis – GO.

Fonte: IESA - Observatório Geográfico do Goiás (2010).

Uma vez que o estudo visa identificar os desdobramentos do desenvolvimento do turismo e sua dinâmica espacial, a análise do entorno da cidade foi fundamental, pois os processos de gentrificação resultam na movimentação da população local para áreas mais afastadas da cidade, ocasionando uma perda simbólica e material para a sociedade (LEITE, 2007; LEFEBVRE, 1999).

A população o município é de 24.749 habitantes (IBGE, 2018) que se constitui não somente de pirenopolinos vindos da zona rural, mas também de migrantes de variadas localidades (LÔBO; LÔBO, 2013). De acordo com as autoras, devido às atrações turísticas existentes na cidade, o fluxo de pessoas aumenta nos finais de semana, feriados e períodos de festas tradicionais, representados pelos moradores temporários, que são os proprietários de casas em Pirenópolis, os visitantes e os turistas. Nesse sentido, escolheu-se o Ciclo do Turismo (de 1989 a 2018) como recorte temporal para esta pesquisa, por corresponder ao momento de movimentação da população para as áreas do entorno, o tombamento do Centro Histórico e intensificação do desenvolvimento turístico regional e nacional.

Diante do exposto, esta pesquisa se sustenta na compreensão dos desdobramentos do desenvolvimento do turismo na configuração do espaço urbano, que provocaram consequentes mudanças nas relações sociais, e no modo de ser da

população pirenopolina. Acredita-se que nas cidades de pequeno porte, os indivíduos e grupos interagem de forma mais evidente nos espaços, construindo identidades e valores repletos de significações.

3.2 Técnicas de coleta dos dados

A coleta de dados foi elaborada a partir de dados bibliográficos, documentais, entrevistas com roteiro semiestruturado (ERS) e observação não participante. Para fundamentação teórica e metodológica deste estudo, a pesquisa bibliográfica foi utilizada por permitir análise direta de fontes científicas sem a necessidade de recorrer diretamente aos fatos e fenômenos da realidade empírica (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado e visa à compreensão de documentos de domínio científico. A fonte dos dados bibliográficos utilizados foram matérias anunciadas nos jornais e revistas da cidade, além dos sítios eletrônicos como o *Portal do Turismo de Pirenópolis*, *Prefeitura Municipal*, *Observatório Geográfico de Goiás*, *Iphan-GO*, *IBGE*, dentre outros relacionados ao desenvolvimento do turismo e à configuração do espaço urbano de Pirenópolis.

Além disso, foram coletados dados em trabalhos científicos relacionados ao tema da pesquisa, como: Lôbo e Lôbo (2013), que estudaram o turismo como vetor das transformações urbanas de Pirenópolis; Araújo Sobrinho (2008), sobre o turismo e dinâmica territorial no eixo Brasília-Goiânia, apontando Pirenópolis como o principal destino turístico da região; Almeida (2006), sobre o impacto do tombamento em Pirenópolis; e Luz (2005), que analisou a (re)produção do espaço urbano de Pirenópolis segundo a materialidade tangível expressa através dos objetos, situando o turismo com a questão do tombamento. Os demais trabalhos científicos foram dispostos ao final deste estudo em referências bibliográficas.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da bibliográfica, mas analisa materiais que ainda não foram editados ou que ainda não receberam tratamento analítico recorrendo a fontes mais diversificadas e dispersas (GIL, 2008). Essa técnica é essencial para estudos das ciências sociais e humanas, pois a maior parte das fontes escritas (ou não) serve de base para a investigação por realizar apreensão, compreensão e análise a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, cientificamente autênticos (FONSECA, 2002). Segundo Cellard (2008), a elaboração de uma pesquisa documental requer um exame crítico dos documentos a serem analisados. Por ser uma técnica

exploratória, a análise documental inicia-se por uma avaliação preliminar de cada documento na qual se deve examinar os seguintes elementos cumprindo as cinco etapas: contexto, autores, autenticidade e confiabilidade do texto, natureza do texto e conceitos-chave. Esses elementos podem variar de acordo com a necessidade do que se está pesquisando e segundo os resultados esperados.

No processo de análise documental do presente trabalho, realizou-se uma análise preliminar de seleção dos documentos com base nas cinco etapas citadas. Nesse sentido, observou-se que os documentos necessários para a pesquisa deveriam ser resgatados da fonte primária e de registros textuais (leis, decretos, portarias) e oficiais (atas de reuniões, relatórios, figuras, tabelas, fotografias) que tiveram alguma influência no processo político de transformação do espaço (*politics*) do turismo e na formação do espaço urbano da cidade.

O Quadro 1 apresenta a relação destes documentos e a referência do local em que foram procurados pela pesquisadora.

Tipo	Documentos	Referência	Observação
Lei	Lei Orgânica do Município de 1990	PTP (2018)	
Lei	Portaria nº 02 de 1995, da 14ª Coordenadoria Regional do Iphan	Iphan	
Lei	Lei Complementar nº 02/2002: Plano Diretor	PTP (2018)	
Ata	Atas das reuniões sobre a revisão do Plano Diretor.	Prefeitura	Inexistente
Tabela	População urbana por setor atual	-Prefeitura -Cadastro imobiliário -FUNASA ²	Inexistente
Relatório	Tempo médio de permanência dos hóspedes	Pousadas (e-mail)	
Projeto	Revisão do Plano Diretor	Prefeitura	
Figura	Representação espacial de 2018 contendo as bases cartográficas	-Prefeitura Programador	Inexistente
Figura	Representação espacial do entorno e áreas periféricas	-Prefeitura	Inexistente
Figura	Evolução urbana das décadas de 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2018.	-Prefeitura	Inexistente -Plantas arquitetônicas

Quadro 1 - Lista dos documentos analisados

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

É válido destacar a ausência de dados referentes à coleta nos órgãos públicos referenciados. Ao solicitar informações (via telefone e presencialmente) como atas de reunião, relatórios, dados sobre a expansão da área urbana, mapas, etc., funcionários da Prefeitura Municipal de Pirenópolis, que iniciaram a gestão em 2016, informaram que

² Registro mais atual: 2010, segundo a base de dados do IBGE (CARVALHO, 2010).

não os possuem, pois receberam os “computadores zerados” da gestão anterior. Isso representou uma dificuldade na execução da pesquisa e na obtenção dos dados.

A entrevista pode ser considerada um dos principais instrumentos para a coleta de dados para obtenção de informações deste estudo nesta perspectiva qualitativa. O método da entrevista semiestruturada fornece informações de forma mais livre, uma vez que as respostas não foram condicionadas por uma padronização de alternativas (MANZINI, 2003). Segundo o autor, o pesquisador deve planejar as questões para adequar a coleta de informações de acordo com: a necessidade de atingir os objetivos pretendidos, a adequação de sequência de perguntas, a elaboração de roteiros e a realização de projeto piloto para, dentre outros aspectos, adequar o roteiro e a linguagem a ser utilizada.

A presente pesquisa definiu um método de entrevista com roteiro semiestruturado (ERS) para atingir os objetivos específicos descritos. Nesse sentido, foram definidos cinco grupos de acordo com os diferentes atores que envolvem o turismo e o espaço urbano de Pirenópolis: Iphan, poder público local, empresários, população local e os turistas. Estes grupos totalizaram uma amostra de 55 atores, conforme a Tabela 1:

Tabela 1 - Grupos dos entrevistados

Roteiro	Identificação	Nº de sujeitos
ERS1	Iphan	02
ERS2	Poder público local	04
ERS3	Empresários	10
ERS4	População local (idade mínima: 40 anos)	30
ERS5	Turistas	09
		Total: 55

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

O número total de entrevistados foi definido durante a pesquisa de campo, uma vez que foram necessários ajustes no momento da coleta. Isso ocorreu porque o número de sujeitos para compor a amostra foi feita por meio do processo de amostragem por saturação, no qual foram interrompidas as anotações das observações da pesquisadora e o recrutamento de novos participantes no momento em que houve a saturação das categorias definidas na análise. Durante a coleta, os participantes foram abordados de forma aleatória e, especificamente alguns, por indicação dos próprios entrevistados. A coleta de dados ocorreu em períodos e locais diferentes da cidade para que fosse possível captar perspectivas distintas sobre o assunto estudado.

Para a condução da conversa, foi proposto um roteiro-guia específico para cada grupo. É válido citar que esta pesquisa foi submetida à apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, que emitiu parecer favorável para execução da coleta de dados por meio das entrevistas. Durante a abordagem aos entrevistados, garantiu-se o anonimato aos participantes e a ponderação sobre o conteúdo das perguntas para que os mesmos pudessem se sentir confortáveis em expressar livremente suas opiniões.

A ERS1 (Apêndice A) foi elaborada para os agentes do Iphan com o intuito de identificar qual é a relação com o poder público municipal e se o órgão percebe a existência de um processo de gentrificação no Centro Histórico. É válido ressaltar que a chefia do Iphan de Pirenópolis exigiu que a solicitação para a entrevista fosse realizada via e-mail. Porém, o pedido foi negado sob a justificativa dos funcionários do Iphan não serem autorizados a concederem entrevistas orais. Diante da minha insistência, foi solicitado um ofício (protocolo 0115.000037/201917), direcionado pelo escritório de Pirenópolis à Superintendência de Goiânia, o qual não obteve resposta. Apesar de dois ex-funcionários do Iphan colaborarem respondendo a ERS1, baseados na época em que trabalharam como gestores do órgão, esses dados não correspondem ao funcionamento e à visão da atual gestão do Iphan.

Vale destacar que, inserindo a perspectiva de Rua (2014) sobre *politics* no contexto desta pesquisa, entende-se *politics* como processo político de transformação do espaço e processo político de desenvolvimento do turismo. Por isso, não foram analisadas *policys* especificamente devido à dificuldade no acesso às informações por parte da pesquisadora.

O poder público local (ERS2, Apêndice B) representa os servidores da Prefeitura Municipal, Secretarias Municipais: do Turismo e Desenvolvimento Econômico; da Cultura, Esporte, Lazer e Juventude; e da Educação. O intuito foi tentar compreender as *politics* local de incentivo ao turismo no âmbito municipal e estadual e os principais problemas relacionados à gestão do turismo em Pirenópolis. Por fim, questionou-se aos gestores sobre o conhecimento do processo de gentrificação na cidade.

Os empresários (ERS3, Apêndice C) são representados pela classe dos agentes do turismo, de pousadas, bares, lanchonetes, restaurantes, lojas, construtores, estabelecimentos comerciais em geral, etc.. Buscou-se identificar, inicialmente, a naturalidade do proprietário e, logo após, tentar identificar se o empreendimento recebeu algum tipo de incentivo de política pública seja municipal, estadual ou federal.

Além disso, perguntou-se sobre associação de empreendedores do turismo em Pirenópolis.

Uma vez que o estudo visou identificar os desdobramentos do desenvolvimento do turismo na configuração espacial ao longo dos anos, o maior foco das entrevistas foi a população, pois é quem de fato sofre os impactos desses desdobramentos e a perda da identidade socioespacial (LEFEBVRE, 1991). A ERS4 (Apêndice D) foi definida para a população local e os representantes de organizações não governamentais locais. Após conversas informais com alguns moradores da cidade, identificou-se a necessidade de restringir a idade desta amostra (ERS4) para no mínimo quarenta anos, considerando que uma população mais jovem pode não entender ou ter sofrido todo o processo de gentrificação, considerando-se o recorte temporal do fenômeno estudado que é desde 1989.

Por fim, a ERS5 (Apêndice E) direcionada aos turistas, foi uma tentativa de saber as razões da escolha de Pirenópolis como destino. Buscou-se, com isso, identificar qual a relação de reciprocidade do sujeito com o lugar, seguindo a abordagem de Augè (2010) para compreender a relação do visitante com o espaço e a sociedade pirenopolina.

A observação é uma das técnicas que permitiu complementar a coleta de dados durante a aplicação das entrevistas e conversas com os habitantes de Pirenópolis. Apesar de a entrevista ser um dos métodos mais utilizados para coleta de dados em pesquisas qualitativas, a observação é uma das abordagens que favorece a compreensão de alguns fenômenos não facilmente explicados por outras técnicas e que ajuda a expor novas características e informações. Por isso, essa técnica é muito utilizada em conjunto com a entrevista (FERREIRA; TORRECILHA; MACHADO, 2012). Nesta pesquisa, utilizou-se a técnica de observação não participante, com a permanência da pesquisadora enquanto espectadora do objeto observado, segundo a perspectiva de Gil (2008). Durante a aplicação da técnica, o observador não interage com o objeto da observação, por isso, os sujeitos não sabem que estão sendo observados.

O instrumento de registro dos dados durante a observação não participante foi o diário de campo no qual foram realizadas anotações durante as entrevistas, conversas e andanças pelas ruas da cidade. Essa técnica de anotar permite descrever e analisar a dinâmica estudada, além de compreender os lugares que foram relacionados pelos observados ao observador e esclarecer a atitude deste nas interações com aqueles (WEBER, 2009). Como a tarefa do pesquisador é buscar uma leitura do texto em termos

dos seus símbolos (MAY, 2004), registros fotográficos foram realizados para apreensão da materialidade no espaço.

3.3 Técnica de análise dos dados

Para análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, permitindo a leitura, descrição e interpretação do conteúdo de documentos e textos. Segundo Bardin (2009), a análise de conteúdo compõe um conjunto de técnicas de análise de comunicação que visa, através de procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens para obtenção de indicadores, quantitativos ou qualitativos, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. A mensagem expressa um significado, um sentido, que é captado em sua vertente qualitativa.

Por ser uma técnica que conduz a descrições sistemáticas, ajudando a reinterpretar as mensagens e a compreender seus significados, em um nível que vai além de uma leitura comum, acredita-se que seja a mais adequada para analisar as informações que estão além da mensagem. O significado de um objeto pode ser compreendido a partir de suas características. Assim, a interpretação do contexto é indispensável para entender o sentido da mensagem, já que os valores e a linguagem cultural do emissor e do receptor influenciam os dados (MORAES, 1999).

A análise de conteúdo é uma interpretação pessoal que o pesquisador tem do seu próprio processo de decodificação e, por meio dele, analisa, infere e interpreta acerca do processo de codificação de produtos. Dentre as diferentes formas de análise, como a experimentação e a categorização, Bardin (2009), sugere três polos cronológicos para a execução do método:

- I. A pré-análise: organização;
- II. A exploração do material: codificação e categorização;
- III. O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação: informações fornecidas pela análise.

A primeira fase tem por objetivo a organização, embora seja composta por atividades não estruturadas, por oposição à exploração sistemática dos documentos. Corresponde a um período de intuições em que se operacionaliza e sistematiza as ideias iniciais de maneira a conduzir um esquema do desenvolvimento em um plano de

análise. Esta fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação dos objetivos e a elaboração dos indicadores que fundamentem a interpretação final (BARDIN, 2001).

Na de exploração do material, é feita a conclusão da preparação do material em termos de operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. Trata-se de operações aplicadas automaticamente (operações efetuadas por computador) ou manualmente. Na terceira fase, da análise propriamente dita, “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (‘falantes’) e válidos” (BARDIN, 2001, p. 131).

Seguindo a perspectiva de Bardin (2001), na primeira fase buscou-se constituir o *corpus* da pesquisa através da pré-análise. Na segunda, explorou-se todo o material selecionado e, posteriormente, os dados foram tratados na última fase da pesquisa. Como forma de analisar o conteúdo e esquematizar as informações para dar suporte à condução deste estudo, a Tabela 3, a seguir, alinha cada objetivo específico à categoria de análise, apontando seus indicadores às técnicas de coleta de dados adotadas.

Objetivos específicos	Categorias de análise	Indicador de categoria	Coleta de dados	Análise dos dados
I- Caracterizar os ciclos da produção do espaço em Pirenópolis a partir de seu desenvolvimento econômico.	Espaço	Historicidade	-Pesquisas bibliográfica e documental -ERS	-Análise de conteúdo -Técnica: análise categorial
		Espacialidade		
	Território	Territorialidade		
	Lugar	Sociabilidade		
II- Caracterizar o desenvolvimento de Pirenópolis a partir das <i>políticas</i> do turismo	Instrumentos legais	Plano Diretor	-Pesquisas bibliográfica e documental -ERS	-Análise de conteúdo -Técnica: análise categorial
		Tombamento		
		Regulamentação		
	Instrumentos turísticos	Atrativos (naturais, culturais, eventos)		
		Serviços e equipamentos		
		Para perfis dos diferentes visitantes		
	Governança	Grau de cooperação público-privado-sociedade		
		Planejamento para a cidade e para a atividade turística		
		Promoção e apoio à comercialização de forma integrada		
III- Analisar os principais desdobramentos das políticas públicas do turismo na configuração espacial de Pirenópolis.	Aspectos concretos da gentrificação	Reconfiguração do espaço	-Pesquisas bibliográfica e documental -ERS	-Análise de conteúdo -Técnica: análise categorial
		Reagrupamento social		
		Cenário		
	Aspectos simbólicos relacionados ao espaço	Identidade	ERS	-Categoria emergente: Reciprocidade com o lugar.
		Significação		
		Valor		

Quadro 2 - Objetivos específicos e procedimentos da pesquisa

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Ao sumarizar os objetivos de acordo com os procedimentos da pesquisa, evidenciaram-se as categorias de análise, os indicadores, as técnicas de coleta de dados, assim como a análise de conteúdo baseada em Bardin (2011) e as categorias emergentes. Segundo Campos (2004), as categorias podem ser definidas previamente (apriorísticas) ou não (não apriorísticas), sendo estas as que emergem do contexto das respostas dos sujeitos da pesquisa. Nesta pesquisa, as categorias foram definidas a priori, embasadas no referencial teórico, e ajustadas à realidade de Pirenópolis. A técnica da análise categorial definida funciona por operações de desmembramento do texto em unidades – categorias, segundo reagrupamentos por analogia. Segundo Bardin (2011, p. 201), “entre as diversas possibilidades de categorização, a investigação dos temas é rápida e eficaz na condição de se aplicar a significações manifestas e simples”.

Mediante estas considerações, a partir dos métodos propostos, foi possível alcançar o objetivo central do estudo de compreender os desdobramentos da configuração espacial de Pirenópolis, diante do desenvolvimento do turismo considerando seu tombamento e, com isso, atingir os resultados esperados de elaboração dos tópicos da dissertação: 4.1 A Produção do Espaço de Pirenópolis Elaboração do tópico; 4.2 O Desenvolvimento do Turismo em Pirenópolis a partir da *politics*; 4.3 Os Desdobramentos da Urbanização Turística em Pirenópolis.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A Produção do Espaço de Pirenópolis

Historicamente, Pirenópolis foi um dos primeiros municípios do estado de Goiás, tendo o Ciclo do Ouro como uma das formas iniciais de apropriação do espaço pelos mineradores em 1727. Os demais ciclos representam as transformações do uso do espaço (LEFEBVRE, 1991) ao longo de 291 anos, tendo enfoque neste estudo as produções desenvolvidas no espaço para o ciclo atual da atividade turística. Associando as categorias de análise (configuração do espaço, território e lugar), os indicadores de análise (historicidade, espacialidade territorialidade e sociabilidade) ao embasamento teórico, elaborou-se o esquema a seguir, representado pela Figura 3, sobre o que será percorrido neste capítulo referente à produção do espaço urbano de Pirenópolis.

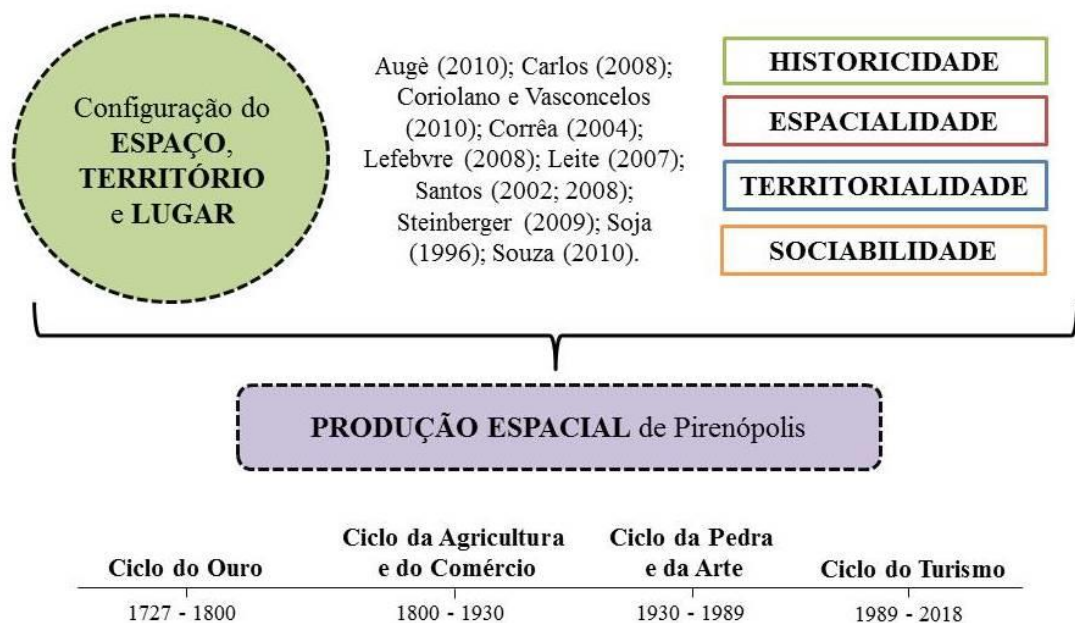


Figura 3 - Esquema da Produção do Espaço de Pirenópolis.

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Os ciclos propostos em quatro tópicos revelam como a dinâmica da cidade foi modificada de 1727 até 2018, evidenciando as formas/objetos e ações/comportamentos do processo de produção espacial de Pirenópolis. Isso estabelece a necessidade de captar a historicidade do que é mais característico do sistema de objetos e práticas vigentes de cada período da formação cidade.

O Ciclo do Ouro (1727 - 1800) foi marcado pela exploração do minério às margens do Rio das Almas, onde foi instalado o primeiro aldeamento de portugueses “abastados” (CARVALHO, 2010) e pela constituição de uma configuração urbana inicial com a construção de ruas, casarões, igrejas e monumentos. Com a decadência do ouro, iniciou-se o Ciclo da Agricultura e do Comércio (1800 - 1930), tendo destaque o engenho do Comendador Joaquim Alves de Oliveira. Após a sua morte, em 1851, a cidade foi perdendo expressão e novas rotas comerciais foram desviadas para outras localidades.

O Ciclo da Pedra e da Arte (1930 - 1989) iniciou-se com a construção da estrada de ferro para Anápolis e a criação da capital de Goiás, Goiânia, em 1934, em que Pirenópolis passou a desenvolver a exploração da pedra quartzito-micáceo, movimentando a economia local e promovendo crescimento urbano. Em 1989, Pirenópolis foi tombada pelo Iphan e houve intensa divulgação da atividade turística, desenvolvendo o turismo histórico e ecológico, dando início ao Ciclo do Turismo (1989 - 2018) (CARVALHO, 2010; PTP, 2018).

Nesse sentido, foi possível identificar a formação socioespacial que reúne, ao mesmo tempo, as questões concretas (objetos) e simbólicas (ações, conteúdos, valores) na concepção do tempo passado com a realidade social e material, assim como as do tempo presente no processo de construção do contexto atual. Esta relação constitui-se de objetos e materiais distribuídos na espacialidade entre objetos e suas funções, trazendo significação em relação aos próprios objetos e à sociabilidade (SANTOS, 2002; 2008; SOJA, 1993). Entende-se sociabilidade como um elemento fundamental repleto de significados que ocorre no cotidiano dos indivíduos, nas idas e vindas ao trabalho, na vivência e nas práticas sociais em que se constrói a ressignificação por meio do espaço (LEFEBVRE, 1991).

Nesse contexto, a categoria de territorialidade se refere à forma de apropriação dos espaços e lugares, que acontece através de disputas territoriais, construídas ao longo do tempo, envolvendo ações políticas, econômicas, sociais e culturais (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2012). A territorialidade decorre da tendência de determinado grupo social apropriar-se, defender e administrar segmentos territoriais, construindo a sua própria identidade e a dos seus indivíduos, por apresentar um contexto atual de cidade turística, as formas de apropriação dos diferentes atores que atuam na cidade são peculiares e, por isso, representam uma das categorias deste estudo.

4.1.1 O Ciclo do Ouro (1727 – 1800)

A região povoada pelos índios seminômades e coletoras da nação Caiapó, que habitavam o vale da parte alta do Rio das Almas e as encostas dos montes Pireneus, foi fundada em 1727 pelo minerador vindo de Portugal, Manoel Rodrigues Tomar. O arraial recebeu o primeiro nome de Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, fazendo menção a uma santa devotada pelos garimpeiros (Nossa Senhora do Rosário), e também à Meia Ponte devido a uma enchente que provocou a derrubada de parte da ponte principal do rio (PTP, 2018).

A urbanização ainda incipiente passou a ser formada com a demarcação de terrenos nas áreas auríferas, concentradas às margens do Rio das Almas e concedias aos mineradores conforme o número de escravos que dispunham. A planta da Figura 4 mostra o início da configuração urbana de Meia Ponte nesta época:

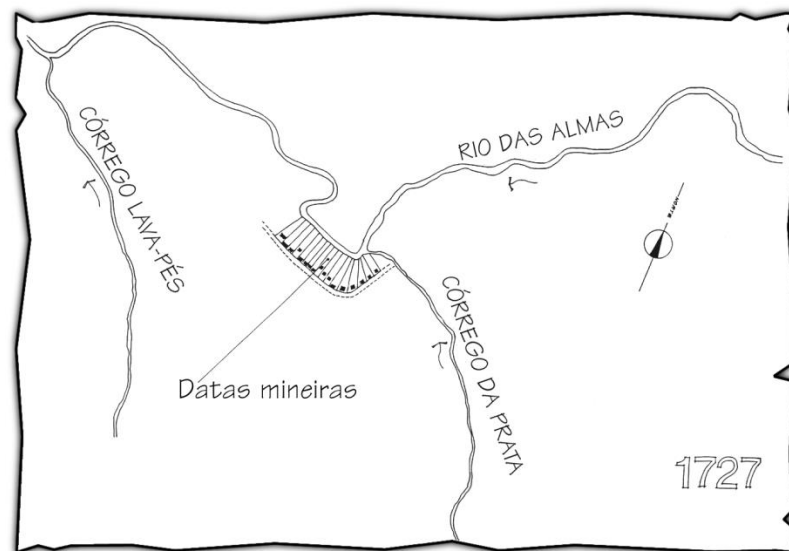


Figura 4 – Representação de Pirenópolis em 1727

Fonte: CARVALHO, 2010.

Com o aumento da demanda de mão de obra, houve a tentativa de escravizar os índios Caiapós, resultando, porém, em massacres devido a não submissão à dominação dos mineradores. Por isso, os bandeirantes negociaram a vinda de alguns escravos da região Sudeste do Brasil (PTP, 2018) e, com a chegada de mais pessoas, o espaço urbano começou a ser produzido e materializado na cidade por meio da instalação de uma pousada para acomodar os garimpeiros e os visitantes.

De acordo com Santos (2008), à medida que os grupos se apropriam de um espaço, produzem a materialização dos fixos (no solo, estradas, pontes e demais

construções humanas) e dos fluxos (promovendo deslocamentos, movimentos, informações). Relacionando essa perspectiva com a seguinte descrição de Carvalho (2010) sobre a forma de apropriação dos portugueses do arraial de Meia Ponte, é possível compreender como ocorreu a materialização dos fixos e fluxos nesta época:

De riqueza imensurável, os portugueses ergueram suntuosa igreja, que para a região figurava mais como uma catedral, e casarões de várias janelas, amplos quintais e largas ruas [...]. Com grande expressão econômica para a época, Meia Ponte era o centro comercial para onde confluíam todas as estradas oficiais. Quem viesse para Goiás, passava necessariamente por Meia Ponte (CARVALHO, 2010, p. 12).

A Igreja referida é a Matriz de Nossa Senhora do Rosário, construída em 1728 e representa até hoje a maior igreja do Centro Oeste brasileiro (IPHAN, 2018), vide Figura 5:

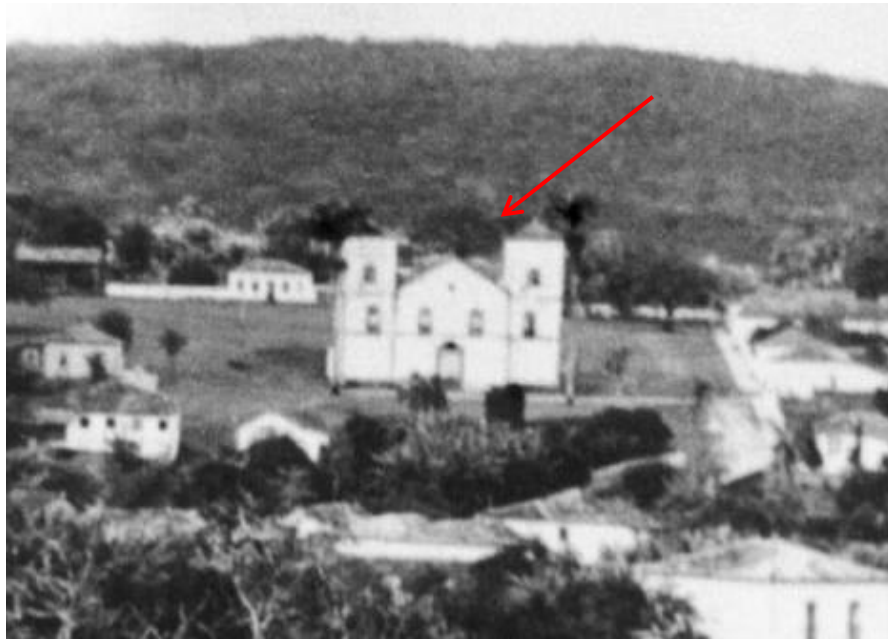


Figura 5 - Igreja Matriz

Fonte: PTP, 2018.

A primeira rua construída no arraial foi a Direita que constituía o primeiro povoado, integrando um eixo que fazia ligação com a entrada da cidade. A Rua Direita era conhecida como a rua das bestas devido à passagem das tropas de mulas que vinham dos sertões rumo ao litoral, São Paulo e Cuiabá, e que trocavam mercadorias nos vários comércios ali estabelecidos. Sobre o Rio das Almas havia uma ponte precária construída pelos garimpeiros, mas uma nova ponte foi construída entre 1750 e 1760, por Luciano Nunes Teixeira e Antônio Rodrigues Frota (CARVALHO, 2010).

No auge da produção aurífera, o crescimento urbano promoveu a divisão da cidade em três bairros que faziam ligação com a Rua Direita: Nosso Senhor do Bonfim, Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. A partir dessa configuração territorial, a prefeitura construiu em 1733, em um terreno na nova Rua do Rosário com a atual Neco Mendonça (dando frente para a Igreja Matriz), a Casa da Câmara e Cadeia. Trata-se de um prédio com dois pavimentos, onde na parte superior funcionava a Câmara Municipal e na parte térrea o policiamento local e cadeia. A partir disso, a Igreja Matriz passou a ser um lugar de desenvolvimento do povoado, e uma nova diretriz de crescimento foi produzida com o prolongamento da Rua da Rosário para além do córrego da Prata.

Segundo Carvalho (2010), em 1747, nesta zona foi edificada pelos garimpeiros a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, conforme Figura 6, local ocupado pelos escravos e negros empregados no garimpo, constituindo uma zona periférica em relação ao núcleo principal. A igreja, que pertenceu aos escravos, foi reformada em 1940, mas, como não havia mais o vínculo dos significados do lugar com o indivíduo (CARLOS, 2008), ruiu em 1950.



Figura 6 - Igreja do Rosário dos Pretos

Fonte: PTP, 2018.

Parte do acervo que sobrou foi distribuído entre as outras igrejas e atualmente no local existe a Praça do Rosário, com um coreto. Segundo Jayme (1971), a Igreja do Rosário dos Pretos é hoje uma triste e dolorosa lembrança:

Nada mais que um dos últimos sopros de uma era de suntuosidade e de grandeza. Após sua ruína completa, pairará no ar, sobre seus escombros, algo de solene, como se o espírito de sua soberba arquitetura se houvera diluído no espaço e o das gerações passadas clamasse contra os dirigentes da Pirenópolis de hoje, brancos e abastados, que não souberam ou não quiseram conservar o vetusto edifício que tanto custou aos pretos pobres da Meia Ponte de antanho, seja por grande apego aos bens terrenos, que lhes ofuscam o ideal de deixar seus nomes estereotipados nas páginas de nossa história, seja por desamor às antigas que testemunharam os primeiros passos de nossa civilização (JAYME, 1971, p. 530).

Foram também edificadas as Igrejas Nosso Senhor do Bonfim, particular do Sr. Antônio José de Campos, e a Igreja Nossa Senhora do Carmo, particular do Sr. Antônio Rodrigues Frota (ambas construídas no período de 1750-1754). A Rua do Bonfim pode ser considerada um prolongamento estruturador da malha urbana a partir da construção da Igreja do Bonfim (CARVALHO, 2010). Logo depois, em 1760, foi construída a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte da Lapa, destinada à população mestiça e, posteriormente destruída, em 1860 (JAYME, 1971).

As praças começaram a ser formadas próximas às suas igrejas, como Largo da Matriz e Largo do Rosário, ambas localizadas no Centro Histórico, e as praças da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte no alto da Lapa e da Igreja do Bonfim. As praças possuem papel fundamental na caracterização das cidades coloniais por originarem a partir da estrutura física topográfica (natural) e das ações de planejamento (artificial). Segundo Almeida (2006), em Meia Ponte, as praças do Centro Histórico tiveram origem vernacular e acompanharam a estrutura física do terreno. As praças da cidade representavam lugares simbólicos de trocas de valores entre as pessoas.

No geral, a arquitetura de Pirenópolis foi configurada representando a característica do estilo colonial onde as construções, ruas e becos mostram os traços de significação dos exploradores. De acordo com Santos (2008), essa materialidade se constitui por meio de técnicas, podendo ser moldada pela sociedade no tempo, construindo objetos geográficos naturais ou artificiais.

Essa dinâmica da configuração espacial envolve elementos de ordem concreta e simbólica, representados por meio de valores, significados, identidades, entre outras questões subjetivas, as quais as pessoas se apropriam do espaço (LEVEBvre, 1991). O naturalista francês Saint-Hilaire (1819) relatou sua percepção de forma resumida sobre as casas, ruas e igrejas.

Cada uma delas conforme o uso em todos os arraiais do interior tem um quintal onde se veem bananeiras, laranjeiras e cafeeiros plantados desordenadamente. As ruas são largas, perfeitamente retas e com calçadas dos dois lados. Cinco igrejas contribuem para enfeitar o arraial. A igreja paroquial, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, é bastante ampla e fica localizada numa praça quadrangular (SAINT-HILAIRE, 1819).

Segundo o autor, as casas foram construídas em lotes estreitos com grande profundidade, geralmente atingindo outra rua. Isso permitia que as pessoas pudessem ter em suas casas espaços com quintais autossustentáveis, onde criavam galinhas, porcos, e plantavam seus próprios alimentos. Outra característica foi a instalação de bancos (assentos), por parte dos moradores, do lado de fora das casas o que permitia a interação entre os vizinhos. Segundo Santos (2008), esse processo de interação é incessante por construir valores que são intersubjetivos. A vizinhança não define somente à distância física, pois tem a ver com a relação entre os indivíduos de uma mesma extensão espacial, convivendo com intensidades e inter-relações (SANTOS, 2008).

Com isso, os bancos, assim como a convivência das pessoas nas praças, nas Igrejas, no banho do Rio das Almas e nos demais espaços, proporcionam o inter-relacionamento dos grupos que acontecem através do espaço vivido. O espaço é vivido pela sociedade através da realidade do cotidiano da cidade e da convivência das pessoas. É onde acontecem o conflito e a cooperação que estão presentes no dia a dia dessas pessoas e na significação de cada uma delas com o lugar (LEFEBVRE, 1991).

Segundo a perspectiva de Augè (2010), esta convivência pode representar o lugar de trocas de valores, pois lugar depende da criação de um vínculo afetivo entre o indivíduo e o ambiente. Para que isso aconteça, o espaço precisa ser vivido através da experimentação desse lugar, que é permeado por ações e significações, associadas à maneira como as pessoas percebem, interpretam e se identificam com os símbolos contidos nesses lugares (AUGÈ, 2010).

Na segunda metade do século XVIII, houve uma crise da exploração do ouro e consequente estagnação do seu desenvolvimento (SOBRINHO, 2008), representando o fim do Ciclo do Ouro. A partir de 1800, em busca de novas alternativas de crescimento, os gestores públicos e as famílias mais influentes do município, reativaram a economia fortalecendo a agropecuária, principalmente com a produção do algodão e cana-de-açúcar, marcado pelo êxodo da população urbana (PTP, 2018). Assim, iniciava-se o Ciclo da Agricultura e do Comércio apresentada no tópico seguinte.

4.1.2 O Ciclo da Agricultura e do Comércio (1800 – 1930)

O precursor da produção agrícola em Pirenópolis foi o Comendador Joaquim Alves de Oliveira, que vislumbrou a construção do Engenho São Joaquim, conhecido como Fazenda Babilônia. Em 1800, a fazenda já contava com atividades pecuaristas e produção de mandioca e cana de açúcar e, principalmente de algodão, que era exportado para a Inglaterra (PTP, 2018). A Figura 7, a seguir, representa a planta urbana do início do período do Ciclo da Agricultura e do Comércio.

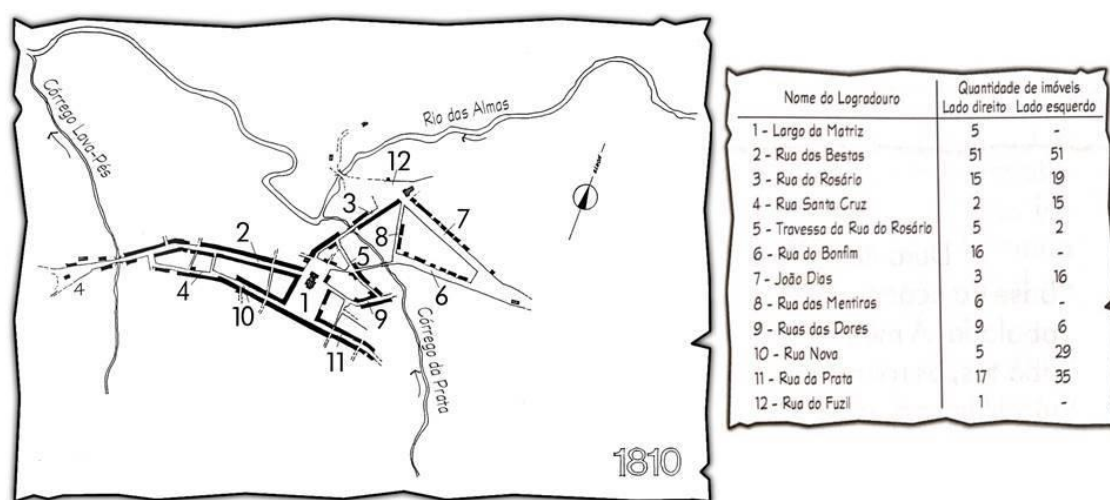


Figura 7 – Representação de Pirenópolis em 1810

Fonte: CARVALHO, 2010.

Um marco na configuração espacial no período imperial foi a promulgação da Lei das Terras (Lei nº 601/1850), que dispõe sobre o direito dos indivíduos em relação aos lotes urbanos. Antes dessa lei, as pessoas não eram proprietárias das terras e a utilização era por meio de posse e usufruto, já que tudo pertencia à Coroa. Após o surgimento dessa lei, iniciou-se um período de comercialização das terras e registros nos cartórios. Em 1853, a vila foi promovida à cidade de Meia Ponte.

Após a morte do Comendador Joaquim Oliveira, em 1851, houve queda em toda a produção da fazenda, resultando na retração do comércio. Com a queda da produção agrícola, a cidade foi perdendo expressão e novas rotas foram surgindo, desviando tropas e contingentes populacionais para outras localidades. Vale ressaltar que, em 1965, a Fazenda Babilônia foi tombada pelo Iphan e, a partir de 1997 foi aberta à visitação, sendo hoje um dos maiores atrativos histórico-culturais da cidade.

Em 1881, diante do cenário de estagnação do comércio, o empreendedor francês, Bernard Alfred Amblard D'Arena, arrendou as Minas do Abade para exploração do

ouro na fazenda Cabeceiras, situada a 10 quilômetros de Pirenópolis, próxima à Cachoeira do Abade, na Serra dos Pirineus (JAYME, 1971). Essa forma de apropriação do espaço e do lugar que ocorreu por parte do empreendedor para a mineração representa uma forma de territorialidade nessa região (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2012). Todavia, a atividade de exploração do ouro gerava resíduos no Rio das Almas, principal rio que era utilizado pela população da região para fins domésticos, o que acabou gerando conflitos entre os mineradores e a população devido ao uso do território. Em 1885, foi constituído o povoado de Santana das Antas (atual Anápolis), fundado pelos comerciantes meiapontenses, que se apropriaram do local. Esse grupo de comerciantes modificou e fortaleceu as relações de poder e identidade nesse espaço geográfico constituindo e demarcando território (CARLOS, 2017) na região. Porém, outro grupo de meiapontenses, não satisfeitos com a dominação da região devido ao comércio da mineração, em uma disputa territorial em 1887, destruíram as Minas do Abade (JAYME, 1971).

Devido à proximidade com a Serra dos Pirineus, em 1890, a cidade passou a ser chamada de Pirenópolis, a cidade dos Pirineus. O intuito da mudança do nome. A serra caracteriza-se como principal acidente geográfico da região (cujo pico atinge 1385 metros de altitude, ponto mais alto do Estado), atua como divisora das bacias dos rios Tocantins e Paraná e possui paisagens com cadeias de montanhas e cachoeiras (IPHAN, 2018).

Durante a segunda metade do século XIX, a economia da cidade estava abalada devido à abertura de novas estradas pelas quais as tropas comerciais da província de Goiás modificavam seu traçado. Com a decadência da agricultura e do comércio, a rota mercantil foi transferida para Santana das Antas (atual Anápolis), resultando no isolamento de Pirenópolis (SOBRINHO, 2008).

Pirenópolis passou a sediar a Comissão Cruls, composta por engenheiros, geógrafos e militares, responsável pela exploração do Planalto Central do Brasil, que visava demarcar os limites do Distrito Federal, em 1892. Nesse período, a expansão da configuração urbana foi pouco significativa, e a cidade “cristalizou-se num imobilismo que duraria mais de um século, tendo as alterações ocorridas apenas de maneira localizada” (CARVALHO, 2010, p. 24), conforme Figura 8.

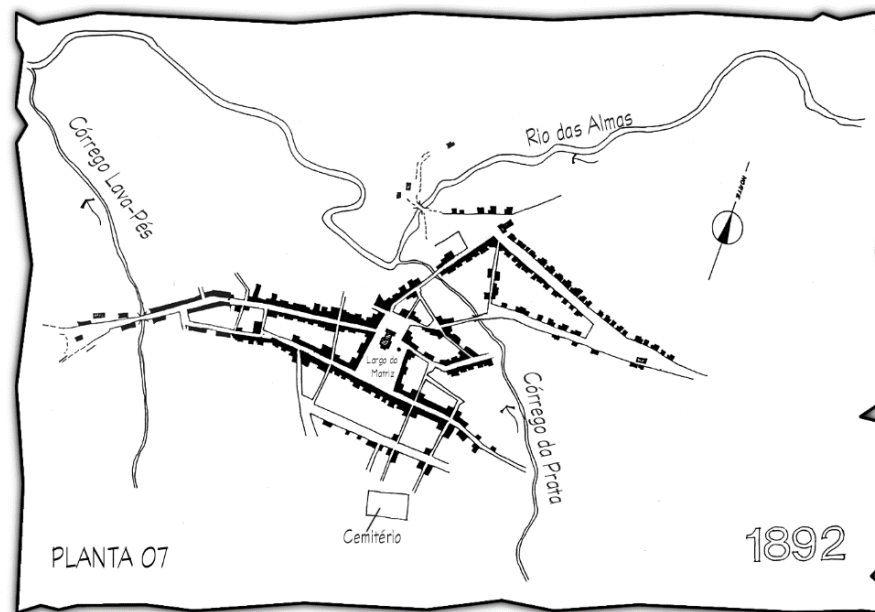


Figura 8 – Representação espacial de Pirenópolis em 1892

Fonte: CARVALHO, 2010.

Em 1899, o governo municipal, em parceria com o governo estadual, investiu na configuração do espaço urbano promovendo melhorias nos sistemas de iluminação e saneamento, além da ampliação de escolas e equipamentos. O novo Theatro foi construído perto da Igreja Matriz em um estilo neoclássico e colonial. Pirenópolis caminhava lentamente nas reformas de revitalização e avanços urbanos, definido por PTP (2018) como um período de isolamento econômico.

O Ciclo da Pedra e da Arte foi marcado pelo início da construção de Goiânia que propiciou um ligeiro desenvolvimento na economia local com a exploração da pedra de Pirenópolis, assim como o desenvolvimento da arte trazida pelo conhecimento dos pesquisadores da expedição Cruls.

4.1.3 O Ciclo da Pedra e da Arte (1930 - 1989)

Em 1933, a condução automotiva chegou à região e os caminhões substituíram o lombo dos burros nos transportes das cargas (SOBRINHO, 2008). A obra realizada pelo governo estadual da construção da estrada de ferro Rio-Goiás-Corumbá foi iniciada em 1910 e concluída em 1935, quando o trem chegou a Anápolis, representando grande importância para a região devido à intensificação do fluxo migratório e do crescimento econômico.

Impulsionado pela política nacional das grandes reformas da Revolução de 1930 e pelas disputas políticas, o Estado do Goiás promoveu a construção da sua capital, a

cidade de Goiânia (1930 - 1934). Devido ao aquecimento da economia local, Pirenópolis desenvolveu a exploração do quartzito-micáceo, conhecida como pedra de Pirenópolis.

Em 1937, foi construída a Usina Velha, que permitiu o fornecimento de energia elétrica à população da cidade (PTP, 2018). Em 1930, o Cine Theatro Pireneus foi reformado em um estilo neoclássico, funcionando apenas como teatro, e 12 anos depois se tornou estabelecimento comercial. Entretanto, em 1948, foi reinaugurado neste local o Cine-Pireneus para exibição de filmes de cinema, alterando sua fachada para um estilo *art-déco*. Além do cinema, outras casas adquiriram estilos diferentes do colonial (JAYME, 1971).

Nessa época, havia forte influência do estilo *art-déco* e eclético vindos das construções de Goiânia, que inspirou, por exemplo, a reforma do cinema de Pirenópolis (PTP, 2018). A escolha dos estilos pode ser reflexo da identidade do lugar. Segundo Carlos (2017), o lugar é o produto das relações humanas, da vivência, da construção dos significados e sentidos que historicamente e culturalmente são criados pela identidade. Porém, é válido destacar que em Pirenópolis a arquitetura conservou suas origens no estilo colonial (Figura 9), sendo poucas as casas que aderiram ao estilo inovador, conforme as Figuras 10 e 11 que possuem estilo *art-déco* e eclético, respectivamente:



Figura 9 - Pousada estilo colonial.

Fonte: Acervo da autora (2018).



Figura 10 - Casa estilo *art-déco*

Fonte: Acervo da autora (2018).



Figura 11 - Comércio estilo eclético.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Devido à importância da Igreja Nossa Senhora do Rosário para o Centro Oeste, em 1941 sua edificação foi tombada pelo Iphan como patrimônio histórico nacional (nº Processo: 0241-T-41), funcionando até hoje como espaço religioso. A primeira Igreja Cristã Evangélica surgiu em 1944.

Em 1946 foi inaugurada a nova Ponte sobre o Rio das Almas com alicerce de pedra de quartzito-micáceo, garantindo suas características históricas e a travessia de pedestres. A Prefeitura Municipal instaurou o sistema de abastecimento de água com adução e distribuição de água bruta, em 1951, melhorando as condições de vida dos moradores.

A intensificação do desenvolvimento regional ocorreu após a inauguração da cidade de Brasília, em 1960, que se situa a 150 quilômetros de Pirenópolis. Aproveitando os atrativos históricos, culturais e naturais, os gestores pirenopolinos melhoraram a infraestrutura de acesso à região, incentivando modificações nos costumes e tradições com a criação de fluxos intra-regionais de pessoas para o desenvolvimento da cidade.

A construção de Brasília promoveu a abertura de estradas, como Brasília-Belém e Brasília-Cuiabá, facilitando a interiorização. Isso impulsionou o desenvolvimento na região Centro-Oeste da exploração da pedra quartzito-micáceo. A pedra Pirenópolis, que já estava sendo utilizada nas edificações da região, passou a ser fornecida nacionalmente, demandando aumento da mão de obra na extração e comercialização do produto. Segundo Carvalho (2010, p. 25), “a cidade passou a expandir-se com relativa rapidez. Os trechos urbanos construídos durante essa arrancada constituem extensões que ultrapassam o perímetro original e nada têm em comum com a cidade tradicional”.

Além do progresso, a inauguração da Capital Federal trouxe tendências do Rio de Janeiro que influenciaram a população local. As mudanças mais significativas na arquitetura das casas do Centro Histórico de Pirenópolis foram as construções das garagens e platibandas – espécie de moldura na parede externa para proteger e ornamentar a fachada (ALMEIDA, 2006).

Durante a década de 1960, algumas alterações na configuração urbana foram feitas em Pirenópolis. No lugar vivenciado e explorado pelos trabalhadores da pedreira foi criado o bairro popular Alto do Bonfim, situado na zona leste da cidade. Segundo o portal do turismo (2018), com as pedras do comércio, popularmente chamadas de *pé de moleque*, as principais ruas do Centro Histórico foram calçadas.

No Largo da Matriz foram acrescentadas pela comunidade cristã a Casa e a Escola Paroquiais. Os treinamentos das festividades das Cavalhadas, antes encenados na Praça do Largo da Matriz, passaram a acontecer nas proximidades do novo acesso da cidade ao Sudoeste (PTP, 2018). Após a demolição da Igreja dos Pretos, o Largo do Rosário foi ocupado por edificações particulares, onde atualmente existe um Coreto, de acordo com a Figura 12.



Figura 12 - Largo do Rosário.

Fonte: Acervo da autora (2018).

No cenário nacional, a partir de 1970, com as transformações ocorridas na economia e sua relação com o planejamento urbano e reconstrução das cidades, intensificaram-se os estudos sobre gestão urbana e territorial no Brasil. Nessa concepção progressista, políticas públicas foram articuladas visando democratização do planejamento e da gestão das cidades “objetivos auxiliares ou complementares, como a coibição da especulação imobiliária” (SOUZA, 2010, p. 158).

Vale destacar que, o Programa Integrado das Cidades Históricas (1973-1970) de iniciativa da Secretaria de Planejamento em parceria com a Embratur foi um programa federal de investimentos para recuperação do patrimônio cultural urbano com foco no desenvolvimento do turismo nas cidades históricas.

Com isso, em Pirenópolis, o desenvolvimento de políticas públicas de incentivo à construção popular promoveram um redesenho das formas de configuração geográfica do espaço urbano transformando o espaço. Logo, houve migração da população do campo para cidade e, consequente, criação de bairros periféricos, como a Vila Matutina. No fim da década de 1970, o perfil da população, antes predominantemente rural, passou a ser urbano.

Em 1970, foi construído o setor de captação de água do Córrego Barriguda, instalada no bairro do Bonfim a Estação de Tratamento de Água. Em 1980 foi inaugurada a estrada de asfalto que ligada Pirenópolis a Anápolis (atual BR 153). Em 1981, uma comunidade hippie começou a se instalar na cidade, produzindo artesanato de joias em prataria. Inicialmente, os pirenopolinos criaram uma barreira simbólica em relação à aceitação dos hippies. Segundo Leite (2007), quando os espaços são delimitados, a relação de posse e apropriação fica visível ao se tornar pública e, assim, legítima. Ou seja, essa legitimação acontece quando há reconhecimento por parte da

população local, e como esse processo de legitimação não aconteceu de forma evidente e simples, acabou por resultar em disputa pelo uso do espaço.

Esse processo provocou uma forma de territorialização (SANTOS, 2002) a comunidade, na medida em que, aos poucos, os hippies foram conquistando seu espaço e ensinando aos pirenopolinos a produção do artesanato das joias de prata, cuja produção foi se desenvolvendo. Todavia, para divulgação e venda dos produtos, era necessário viajar para o interior de Goiás, sendo grande a dificuldade enfrentada pelos artesãos, pois o investimento necessário era elevado e não apresentava o retorno desejável (PTP, 2018).

O cenário econômico de Pirenópolis no final da década de 1980 estava estagnado com a exploração da pedra e com outras atividades, como o artesanato de joias em prata. No contexto urbano, agentes influentes do poder público de Brasília, que possuíam casas em Pirenópolis, se mudaram da cidade, como o Embaixador Sérgio Amaral. Devido à falta de investimentos, as casas coloniais e igrejas do Centro Histórico estavam em ruínas e ainda permanecem na atualidade devido ao abandono de algumas construções que estão inabitadas ou que não passaram pelo processo de revitalização, conforme a Figura 13 que evidencia uma moradia abandonada na Rua Direita.



Figura 13 - Casa abandonada na Rua Direita.

Fonte: Google Earth (2018).

Como a cidade conta com monumentos do período colonial, iniciou-se um movimento de valorização do patrimônio histórico por parte do poder público estadual e municipal em parceria com o Iphan, desenvolvendo o ciclo do turismo a partir de 1989. O turismo passou a ser uma das principais fontes de renda da população pirenopolina, que prevalece até o presente momento. Isso impulsionou o Ciclo do Turismo,

apresentado no tópico 4.3. A Figura 14 permite visualizar a representação da urbanização de Pirenópolis por década, desde 1970 até 2000.

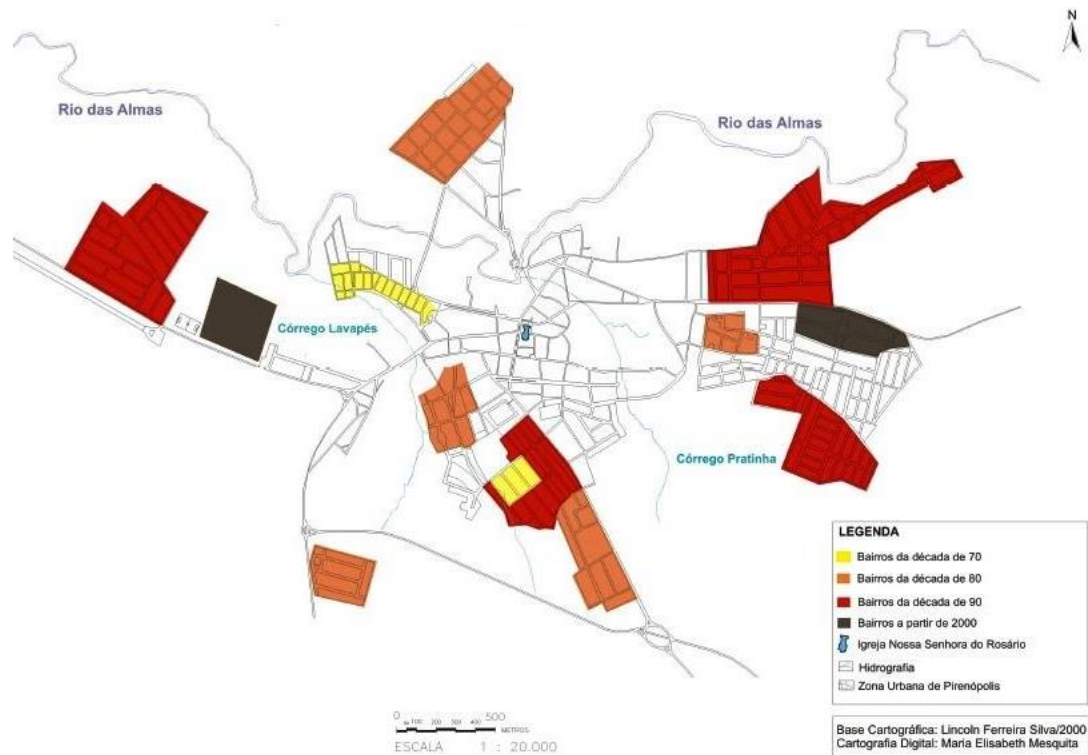


Figura 14 – Representação da urbanização de Pirenópolis-GO por década (de 1970 a 2000).

Fonte: IESA - Observatório Geográfico do Goiás (2010).

Em 1970, Pirenópolis possuía aproximadamente 4.000 habitantes em sua área urbana, tendo triplicado sua população para cerca de 12.000 habitantes em 1999. Na década de 1970 não existiam os bairros do Alto do Bonfim, Vila Matutina, Alto do Carmo, Jardim JK, Alto da Lapa, Vila Zizito Pompeu e outros. Além do aumento da densidade demográfica do próprio Centro e adjacências, “contribuíram para isto, a exemplo de várias cidades goianas, a construção de Brasília, o asfaltamento das rodovias, o incremento do turismo e a desvalorização do setor primário com a consequente migração para os centros urbanos” (CARVALHO, 2010, p. 27). Através do mapa é possível identificar uma expansão da área urbana ao longo dos anos, apesar de faltarem a década de 2010 e o momento atual de 2018, referente ao Ciclo do Turismo, a seguir.

4.1.4 O Ciclo do Turismo (1989 - 2018)

No cenário nacional, é importante destacar a implementação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, criado em 1994, de iniciativa do Governo Federal e cujo enfoque territorial visava o planejamento participativo e a gestão local do turismo dos municípios para que desenvolvessem suas localidades. Em 2003, foi criado o Ministério do Turismo para o desenvolvimento turístico regional, que passou a ser responsável pelo estabelecimento da Política Nacional do Turismo (Lei nº 11.771/2008). Desde 2007, Pirenópolis faz parte dos Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional definidos pelo MTur e, que desde 2015 classifica Pirenópolis dentro da categoria A no Mapa do Ministério do Turismo Brasileiro (MTUR, 2018).

O Ciclo do Turismo foi marcado pelo tombamento de Pirenópolis como conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico, em 1989. A partir do tombamento, o poder público, em parceria com a iniciativa privada, passou a investir na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo. A Tabela 4, a seguir, apresenta os atrativos culturais, destacando os bens materiais do município.

ATRATIVO	DESCRITIVO
Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	Construída no período colonial, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário foi erguida entre os anos de 1728 a 1732 por escravos.
Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Museu de Arte Sacra	Construída entre os anos 1750 e 1754, pelo minerador Luciano Nunes Teixeira, em estilo colonial, localizada à margem direita do Rio das Almas, era usada à época como capela particular da família Frota.
Igreja de Nosso Senhor do Bonfim	Construída pelo sargento-mor Antônio José de Campos, no período de 1750 e 1754, em um dos pontos mais elevados do arraial, com estilo colonial semelhante ao da Igreja Matriz.
Fazenda Babilônia	Antigo Engenho São Joaquim, edificado em 1800 pelo comendador Joaquim Alves de Oliveira, foi um dos maiores engenhos de cana-de-açúcar do Brasil.
Centro Histórico	O Centro Histórico da cidade de Pirenópolis, tombado pelo Iphan em 1989, conserva os traços urbanos e construções da arquitetura colonial.
Theatro de Pirenópolis	O segundo teatro construído em Pirenópolis, no ano de 1889, por Sebastião Pompeu de Pina, de estilo híbrido, entre o colonial e o neoclássico.
Cine Teatro Pireneus	Construído em 1919, por iniciativa do padre Santiago Uchoa, sua fachada é estilo <i>art déco</i> , restaurado em 2000.
Museu das Cavalhadas	O acervo tem peças utilizadas nas Cavalhadas, durante a Festa do Divino
Museu da Família Pompeu	O acervo possui peças com temáticas variadas: jornais, revistas, partituras musicais, roupas, móveis, obras de arte e objetos sacros.
Ponte Velha (Ponte sobre o Rio das Almas)	A ponte sobre o Rio das Almas foi construída entre 1899 e 1903 pelo intendente (denominação dada aos prefeitos da época) Sebastião Pompeu de Pina, e reformada de 1983 a 1984.
Museu do Divino Espírito Santo	O edifício foi a cadeia pública até 2004. Passou por obras de restauração e reforço da estrutura no período de 2004 a 2006. Em dezembro de 2006 passou a sediar o Museu do Divino, abrigando peças relativas à Festa do Divino de Pirenópolis.
Museu Lavras de Ouro	É uma reserva, a 3 km da cidade, com acervo de peças utilizadas pelo garimpo, que conta a história da mineração do ouro em Pirenópolis.
Museu Mariano de Pirenópolis	Acervo de obras sacras e objetos de uso religioso.
Museu Rodas do Tempo	Acervo composto de motocicletas, bicicletas motorizadas, scooters e demais veículos de duas rodas.

Quadro 3 - Objetivos específicos e procedimentos da pesquisa

Fonte: Adaptada de Araújo Sobrinho (2008).

Em 1990, foi inaugurada no entorno do Centro Histórico a Pousada dos Pireneus, que tinha o propósito de ajudar a desenvolver o turismo com a identidade de Pirenópolis, segundo um funcionário ERS3-16.

A Pousada teve uma participação muito grande na história da cidade. Antes não existia um turismo concretizado, a economia girava em torno de garimpo de pedra. As pedras eram uma fonte de renda, começou a cair muito e o pessoal teve que se adaptar. Quando o turismo começou a mudar na cidade e essa empresa começou a surgir e foi através dela que a proprietária de Goiânia (que hoje vive em Brasília) fez um trabalho de divulgação e tudo mais mudando a história na parte de hotelaria da cidade e até mesmo, mudar a visão dos pirenopolinos de que eles precisavam se especializar mais na área de turismo. A Pousada dos Pirineus ajudou a mudar isso na cidade. Tanto é que é o maior empreendimento daqui até hoje. Atualmente, são 160 funcionários (sendo 30% não é da cidade pirenopolinos). O empreendimento existe há 28 anos, mas desde o projeto até a construção foram 40 anos. Houve muito impasse de prefeitura, de meio ambiente, até perceberem que o empreendimento não iria degradar a natureza e seria bom para a cidade (ERS3-16).

Nesta época, alguns projetos de revitalização foram iniciados por meio da restauração dos monumentos mais importantes da cidade, sendo o Iphan o órgão (federal) responsável por orientar e acompanhar as obras de restauro de imóveis localizados nas áreas tombadas, como é o caso do Centro Histórico, para evitar prejuízos aos patrimônios nacionais. Em 1994, foi construída uma nova pista asfaltada para o funcionamento do aeroporto a dois quilômetros de Pirenópolis, com acesso pela GO-338. Antes, a primeira pista de pouso tinha sido construída em 1947, sendo feito no local um assentamento popular chamado setor Aeroporto – Alto Bonfim (CARVALHO, 2010).

Segundo o PTP (2018), a Igreja Matriz foi restaurada no período de 1994 a 1997 por meio do financiamento do Fundo de Pensão da Telebrás. Um incêndio ocorrido em 2002 destruiu parte da igreja, no qual foram queimados altares, o forro, o assoalho e todo o madeiramento existente no prédio. Em 2006, houve a reinauguração após a reparação dos danos realizada com os recursos da CELG, Petrobrás, Caixa Econômica Federal, BNDES e apoio do Iphan, SOAP, IBAMA e Prefeitura Municipal (CARVALHO, 2010). A Figura 15 representa a imagem atual da Igreja:



Figura 15 - Igreja Matriz.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Nos anos 2000, a cidade foi usada como cenário para gravações da novela “Estrela Guia”, da Rede Globo, e do filme “Os dois Filhos de Francisco”, o que a tornou nacionalmente conhecida. Com influência do governo do Estado de Goiás e do município, foram desenvolvidos vários tipos de turismo: histórico, cultural, ecoturismo, gastronômico e de compras. A Agência Estadual de Turismo do Estado de Goiás (Agetur/GO) destaca que, a partir desses investimentos, Pirenópolis passou a ser um dos principais destinos do turismo da região por possuir uma beleza cênica patrimonial (SOBRINHO, 2008). A cidade foi fortemente divulgada em revistas e anúncios, de modo que a atividade turística tornou-se a principal atividade geradora de emprego e renda na cidade (PTP, 2018).

Nesta época, por meio de investimentos do governo federal e estadual, foram restaurados o Cine-Pireneus e o Theatro de Pirenópolis. Em março de 2007, o antigo prédio da Casa de Câmara e Cadeia foi entregue à Prefeitura e restaurado com recursos do Iphan/MINC e com apoio do governo estadual e municipal, sendo, assim, reabilitado para abrigar atividades culturais e o Museu das Artes do Divino, tornando-se uma das atrações turísticas da cidade.

A Ponte do Rio das Almas foi reformada e dividida transversalmente, ficando uma parte para o trânsito de pedestres e a outra para veículos de pequeno porte, inaugurada em 2001. A Ponte Nova foi construída representando um ponto “providencial para a preservação do patrimônio histórico e artístico da cidade”

(CARVALHO, 2010, p. 68), uma vez que se criou uma segunda via de acesso ao bairro do Carmo, permitindo um acesso diferente para passagem de veículos pesados, que antes transitavam pela ponte do Rio das Almas. A Ponte Nova não faz parte do conjunto arquitetônico colonial por estar localizada fora da área do tombamento (entre a Vila Matutina e o Bairro do Carmo).

De acordo com Corrêa (2004), práticas como essas de redefinição da cidade e melhoramento urbano foram comuns neste período em que as cidades turísticas buscavam o desenvolvimento seguindo uma racionalidade de homogeneização dos espaços urbanos para atração dos turistas. Porém, devido a essa tendência de dominação dos planejadores (gestores públicos e de iniciativa privada que possuem influência na cidade), as consequências sociais são relevantes, uma vez que esse processo acaba prejudicando o estímulo à interação, comprometendo a construção de identidades e a produção dos significados individuais.

Através do trecho da fala de uma senhora que mora na Rua Direita desde que nasceu, foi possível notar essa perda do estímulo à interação e identidade com que era formada com o Rio das Almas, pois “antes do turismo, a gente tomava banho no Rio das Almas, hoje não pode mais” (ERS4- 24). A moradora expressa sua falta de liberdade diante do novo público usuário do rio que são os turistas. Como o rio é localizado dentro do Centro Histórico, é área de passagem dos pontos turísticos e, por isso, o fluxo de usuários é intenso, causando um desconforto para os moradores que antes se sentiam praticamente donos daquele local. Além disso, os moradores relataram por meio das entrevistas, o acúmulo de lixo gerado ao redor do rio.

Outra questão importante foi a instalação, em 2002, de barreiras de madeiras nas ruas do Centro Histórico, uma iniciativa do Iphan e da Prefeitura Municipal que tem o intuito de evitar o trânsito de ônibus e caminhões em determinados locais, conforme exemplo da Figura 16 na Rua Direita. A justificativa do Iphan (2018) é que ônibus e caminhões pesados devem evitar transitar no Centro Histórico, pois provocam rachaduras e goteiras nos casarões e monumentos podendo comprometer suas estruturas.



Figura 16 – Barreiras de madeira na Rua Direita

Fonte: Acervo da autora (2018).

Segundo o ERS4-23, esses “tocos”, impostos pelo poder público, representam uma forma de aprisionamento da população (“não somos animais para vivermos no cercado!”). Conforme propõe Soja (1993), a configuração do espaço em si não é algo dado, é produto da transformação e das experiências sociais, ou seja, a sociabilidade. A espacialidade é, na realidade, um constructo da vida social e, por isso, é preciso vincular de uma visão física desse espaço, de algo dado do espaço em si, como Soja expôs, juntamente com as práticas sociais de participação das decisões, que, nesse caso, envolvem questões de identidade, significações e valores.

Além disso, por meio da parceria entre a CELG, Iphan, Brasil Telecom e Prefeitura, foi instalada uma fiação subterrânea de 24 quilômetros das redes de energia elétrica e telefônica de 700 luminárias. Essa mudança, ocorrida, em 2002, resultou em mais segurança, além do embelezamento visual com a retirada dos postes, fios e transformadores do Centro Histórico (IPHAN, 2018). Todavia, de acordo com ERS3-9, os moradores solicitaram a permanência de alguns postes antigos em defesa da identidade das ruas, porém, o pedido não foi atendido.

Vale notar a fala do representante do Iphan, ERS1-2, sobre essas medidas que representaram uma limpeza na cidade.

Foi uma política basicamente do governo do Estado que fizemos o enterramento da fiação foi fantástico e limpou a cidade. Outra medida sutil feita pela Saneago e antiga Celg foi o recuo dos hidrômetros para dentro das casas (isso limpou drasticamente a cidade, ainda mais onde a calçada era estreita). Isso também aconteceu com os padrões de energia. Objetivo: limpeza da fachada e preservação do patrimônio (ERS1-2).

É interessante notar como o Iphan, em parceria com o governo de estado e o município, tenta homogeneizar as cidades que passam por tombamento visando caracterizá-las em um acervo mais representativo. Essa tendência da homogeneização, priorizando a estética, promove a perda dos elementos indenitários do seu povo (LEITE,

2007). Por consequência, essa política sublima os contrastes e assimetrias que são comuns nos espaços em razão de sua própria dinâmica, ou seja, o espaço no tempo.

Isso fez com que o espaço urbano do Centro Histórico fosse revitalizado no estilo colonial para atender uma demanda dos que buscam o lucro com o turismo. A moradora do Centro Histórico, ERS4-12, critica a postura do Iphan em relação a essas transformações que estão ocorrendo: “O Iphan permite o que convém e tá deixando colocar essas casas todas coloridas. Pirenópolis não é Bahia! Pirenópolis tem as cores clarinhas. Estamos perdendo a nossa imagem!” (ERS4-42).

A Rua Direita, por exemplo, é a mais antiga da cidade e teve muitos casarões modificados. Por meio da pesquisa de campo, foi possível identificar que nesta rua existem basicamente três perfis de imóveis: moradias, cuja maioria dos habitantes são idosos que moram sozinhos (Figura 17); imóveis revitalizados que mantiveram a fachada no estilo colonial e que foram modificados internamente (como o Cartório – Figura 18, o Fórum – Figura 19, pousadas) e casas inabilitadas, que estão à venda ou embargadas devido a algum processo judicial.



Figura 17 - Rua Direita (propriedade privada).

Fonte: Google Earth (2018).



Figura 18 - Rua Direita (Cartório)

Fonte: Google Earth (2018).



Figura 19 - Rua Direita (Fórum).

Fonte: Google Earth (2018).

Outro exemplo identificado foi a Rua do Lazer, consagrada um atrativo da cidade e potencial local de comércio, encontros, festas, shows e gastronomia. Vale ressaltar que seu nome original é Rua do Rosário, mas teve um novo uso do seu território que foi sendo ressignificado e transformado material e imaterialmente no espaço ao longo do tempo pelo turismo. De acordo com o morador desta rua, ERS4-33, o início do processo do movimento de transformação do espaço concebido na atualidade foi difícil, pois,

a Rua do Rosário era ótima, calma. Era o local onde as crianças podiam brincar na rua e nós podíamos ficar sentados na porta conversando com nossos vizinhos. Hoje, apesar de o comércio ajudar, o movimento causa muito barulho e lixo, além de não deixar entrar e sair com o carro. Ficamos presos em nossas casas (ERS4-33).

Relatos dos moradores apontam que vários imóveis sofreram modificações, os quais as janelas que antes davam acesso à rua foram substituídas por portas para servirem como entradas nas lojas, restaurantes, bares e lanchonetes, conforme as imagens 20, 21, 22 e 23.



Figura 20 - Rua do Lazer (bar).

Fonte: Acervo da autora (2018).



Figura 21 - Rua do Lazer (estabelecimento comercial - fechado)

Fonte: Acervo da autora (2018).



Figura 22 - Rua do Lazer (estabelecimento comercial).

Fonte: Acervo da autora (2018).



Figura 23 - Rua do Lazer (estabelecimento comercial)

Fonte: Acervo da autora (2018).

Resultados da pesquisa indicam que, aos finais de semana e em períodos de alta temporada, há um estrangulamento da capacidade de carga local relacionada ao estacionamento de veículos e circulação de pessoas. Incômodos negativos e estranhamentos por parte da população podem ser questões relacionadas ao trânsito, por exemplo. Nos locais próximos à Rua do Lazer são utilizados dispositivos para limitar a circulação dos carros, conforme as Figuras 24 e 25.



Figura 24 - Largo do Rosário (início da Rua do Lazer).
Fonte: Acervo da autora (2018).



Figura 25 - Final da Rua do Lazer.
Fonte: Acervo da autora (2018).

Por outro lado, dentre as vantagens da cidade, de acordo com a maioria dos entrevistados, Pirenópolis tem o privilégio de estar geograficamente bem localizada, conforme o agente do poder público ERS2-6 destaca: “Nós estamos entre duas capitais e o maior público de Pirenópolis é de Brasília e, principalmente, nessas datas especiais, a cidade é constantemente visitada por autoridades nacionais, o que acaba trazendo investimento pra cá” (ERS2-6).

Isso favorece a expansão do turismo, o crescimento dos meios de hospedagem e da força da atividade como um todo em Pirenópolis. Vale ressaltar que, segundo Lefebvre (2008), os empresários e investidores que atuam produzindo o espaço para o turismo agem em um cenário de competição e cooptação no estabelecimento do território. Esse processo resulta de uma racionalidade segregadora para ordenar o

espaço, gerando a expulsão dos considerados incômodos, inconvenientes e ameaçadores, que acabam se deslocando para as periferias desurbanizadas.

Há oito anos, Carvalho (2010) já alertava para o crescimento desordenado,

hoje, Pirenópolis, valorizada pelas tradições, turismo e bucolismo preservados à custa de isolamentos passados, é ameaçada por excessos populacionais e crescimento desordenado. Futuro paradoxal para aquela pequena cidade do sertão do Goiás que se destacou pelos feitos culturais e econômicos do Brasil colônia (CARVALHO, 2010, p. 15).

Atualmente, a cidade permanece crescendo e apresentando transformações no entorno com aumento de propriedades privadas e com movimentos da população local para as áreas rurais. Isso pode ser observado da imagem de satélite no Anexo F.

Neste primeiro tópico foi apresentado o processo de formação histórica de Pirenópolis que vai desde o início da exploração aurífera em 1727 até 2018. Esse resgate ao passado tem o propósito de evidenciar como ocorreu o processo de configuração do espaço urbano para a compreensão do funcionamento atual.

A seguir, o tópico 4.2 irá abordar o Ciclo do Turismo tratando especificamente sobre os instrumentos das políticas públicas do turismo que incentivaram o desenvolvimento da cidade e tiveram influência no espaço urbano.

4.2 O Desenvolvimento do Turismo em Pirenópolis a partir das *Politics*

Diante da compreensão da *politics* como processo político de transformação do espaço e como processo político de desenvolvimento do turismo, é possível visualizar a execução das ações tomadas pelos atores políticos, sendo fundamental nesse processo a existência de governança entre o poder público, os empresários e a população. Nesse sentido, as categorias de análise foram associadas aos seus indicadores e ao embasamento teórico na Figura 26 para sintetizar como foi construída a ideia deste capítulo.

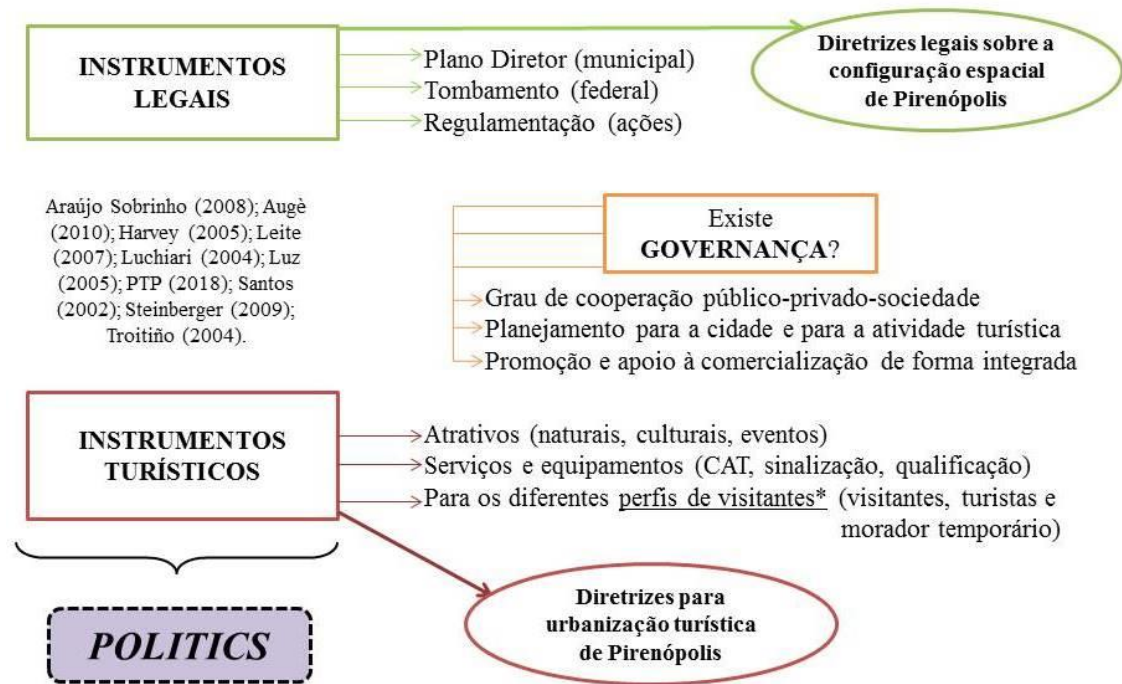


Figura 26 - Esquema do Desenvolvimento do Turismo em Pirenópolis a partir das *Politics*.

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

O conjunto de leis e as formas de regulamentação das mesmas que regem a produção do espaço urbano de Pirenópolis influenciam direta ou indiretamente no desenvolvimento do turismo, por isso, há necessidade de analisá-las. Dentre as categorias de instrumentos turísticos, estão os indicadores dos atrativos, serviços e equipamentos e os tipos de incentivos dos diferentes perfis de indicadores: visitantes (um dia de passeio na cidade), turistas (mais de um dia) e moradores temporários. Além disso, diante das diretrizes analisadas através das entrevistas, identificou-se que não existe governança entre os atores envolvidos na configuração do espaço urbano.

4.2.1 Diretrizes legais da configuração espacial: entre a apropriação e a regulação

Em todas as esferas (municipal, estadual e federal), o poder público é o principal responsável pela regulação, planejamento e gestão do espaço urbano. Ao longo do período proposto no recorte temporal, desde o tombamento, houve inúmeras intervenções na configuração espacial por parte do poder público. Ao relacionar formas geográficas com a lei, Santos (2002) a define como um meio cristalizado em ação. A lei, o costume e a família, acabam conduzindo ou se relacionando a um tipo de organização geográfica como acontece, por exemplo, em uma propriedade, que é, ao mesmo tempo,

uma forma jurídica e espacial, na qual a evolução social cria de um lado formas espaciais e do outro, formas não espaciais. Porém, no momento seguinte, estas formas não espaciais se transformam em formas geográficas que surgem como uma condição da ação, meios de existência que devem ser considerados pela ação social (SANTOS, 2002).

Pesquisar a configuração espacial de Pirenópolis visa considerar a importância do processo de apropriação (no sentido de dominação) e de regulação em que esse espaço foi sendo produzido para o turismo. Essas ações ocorrem por meio dos diversos atores sociais controladas pelas normas e/ou costumes. Nesse sentido, o poder público age em função da racionalidade seguindo a legislação, por isso, as leis desempenham um papel fundamental na condução da sociedade por estabelecerem padrões.

Considerando a importância do marco legal, foi feita uma pesquisa junto ao poder público municipal sobre o conjunto de leis que rege o espaço urbano de Pirenópolis, o qual influencia a produção espacial e o consequente desenvolvimento do turismo. Algumas leis reguladoras e estruturadoras do uso e ocupação do solo urbano de Pirenópolis referem-se ao período anterior ao recorte temporal da presente pesquisa (1989 – 2018). Por isso, houve a necessidade de utilizar a categoria instrumento legal referente ao período anterior e durante o Ciclo do Turismo. Dentre as principais legislações, teve-se como foco: o Plano Diretor, a Lei Federal do Tombamento de Pirenópolis e as demais leis municipais relacionadas, assim como as formas de regulamentação destas.

A Constituição Federal, em seu artigo 29, estabelece que o município rege-se por lei orgânica. Apesar da autonomia política designada aos municípios, o artigo 30 define as competências que devem ser respeitadas, de modo a exigir um padrão nacional entre as leis orgânicas. Dentre as competências, cabe citar: legislar sobre assuntos de interesse local; promover ordenamento territorial, de modo a planejar e controlar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo urbano; promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local em observância à fiscalização federal e estadual.

O poder público municipal não se restringe ao Poder Executivo, podendo atuar no Legislativo como na criação da Lei Orgânica. Além de criar as leis e fiscalizá-las, o poder público municipal possui autonomia para intervir no espaço construindo, destruindo, produzindo, transformando, revitalizando, e/ou desdobrando em novos sentidos aos lugares.

A Lei Orgânica do Município de Pirenópolis (LOMP), de 05 de abril de 1990, permite autonomia política, administrativa e financeira (Art. 1º) ao município para sua organização, respeitando a Constituição Federal (Art. 30, inciso I) e Estadual (Art. 64, inciso I). O Art. 10 da LOMP determina as atribuições de competência privativa do município, dentre as quais são importantes citar nesta pesquisa:

- IX - Dispor sobre organização e execução dos serviços locais;
- XII - Organizar e prestar, diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos;
- XIII - Planejar o uso e a ocupação do solo de seu território, especialmente de sua zona urbana;
- XIV - Estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, definindo as limitações urbanísticas necessárias à ordenação do seu território, observadas a legislação federal;
- XVI - Cassar a licença concedida a estabelecimentos que se tornem prejudiciais à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança ou aos bons costumes, assim como ao ambiente, suspendendo suas atividades ou determinando seu fechamento e estabelecer multas na forma da lei;
- XVIII - Adquirir bens para constituição do Patrimônio Municipal, inclusive por desapropriação de utilidade pública, necessidade ou interesse social;
- XIX - Regular a disposição, o traçado e as demais condições dos bens públicos de uso comum;
- XXIII - Fixar e sinalizar as zonas de silêncio, de trânsito e de tráfego em condições especiais;
- XXVI - Sinalizar as vias urbanas e estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;
- XXX - Regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda;
- XLI - Promover a proteção do patrimônio histórico-artístico-cultural do município, observada a legislação e a ação fiscalizadora dos órgãos federais e estaduais.

Sobre a política urbana disposta no Cap. V da LOMP, o Art. 182 define que a função é “[...] conforme diretrizes gerais fixadas em lei, atendendo aos objetivos estabelecidos no Plano Diretor, têm por finalidade ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais do Município e garantir o bem-estar de seus habitantes”. O Plano Diretor é o instrumento básico da política de ordenamento territorial, sendo obrigatório para municípios com mais de vinte mil habitantes e para cidades que integram áreas de especial interesse turístico, cidades que são tombadas pelo patrimônio histórico e cultural (como é o caso de Pirenópolis) e aquelas inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

O primeiro Plano Diretor de Pirenópolis (PDP) foi aprovado pela Lei Complementar nº 02/2002 (Art. 182 da LOMP). É válido iniciar a análise com o destaque para a data da publicação em 2002, ocorrida em um intervalo de doze anos e

oito meses após a promulgação de LOMP. Durante esse período em que não foi publicado, o poder municipal justificou suas ações amparadas na LOMP, juntamente com as Leis Municipais sobre o Uso do Solo Urbano (nº 141/82: Parcelamento do Solo Urbano de Pirenópolis; e nº 142/82: Zoneamento de Usos do Solo Urbano, dividindo a cidade em cinco zonas e definindo usos e taxas de ocupação) e o Código de Posturas (Lei nº 33/77, atual 09/2006). Este plano foi dividido em duas partes temáticas: sustentabilidade da cidade e instrumentos de controle sobre o ordenamento territorial, parcelamento do solo e instrumentos de política urbana.

Segundo a LOMP (Art. 183), o PDP é o instrumento orientador e básico dos processos de transformação do espaço urbano e de sua estrutura territorial, servindo de referência para os agentes públicos e privados que atuam na cidade. Este instrumento legal visa promover o ordenamento da cidade, determinando as regras de política urbana e regulando o convívio social. A demanda incessante por investimentos no processo de transformação do espaço urbano se reflete em uma crescente competição territorial. A aplicação de medidas de gestão territorial, com uma perspectiva de planejamento urbano, surge de estratégias de marketing para promoção do desenvolvimento turístico e os moradores possuem fundamental importância no processo de tomada de decisão por agregarem suas percepções sobre os impactos do uso do espaço urbano.

O PDP deve respeitar as diretrizes impostas pelo Estatuto da Cidade, responsável pela fiscalização e supervisão e, por isso, durante a sua elaboração e sua implementação são necessários promoção de audiências públicas e debates para a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade (Lei nº 10.257/01, Art. 40, § 4º). Todavia, apesar de existir um espaço para participação social nas iniciativas de planejamentos e projetos urbanos do poder público municipal, a moradora ERS4-36 critica a gestão de Pirenópolis, “as decisões são arbitrárias, pois o comando já está dito”.

Até existem encontros abertos à população que é pouco divulgado, mas não chega até nós, porque é divulgado somente para as pessoas do comando. Por exemplo, por ser um evento público, as reuniões para discussões do novo Plano Diretor deveriam ser divulgadas na rádio, no carro de som e nas mídias, mas quando ficamos sabendo, já aconteceu. As pessoas daqui têm um defeito: não sabem o poder que possuem. (ERS4-36).

Este último trecho permite inferir que os espaços e debates são restritos aos grupos políticos e econômicos, inibindo a participação popular em questões que afetam diretamente o cotidiano dos pirenopolinos. Trata-se de uma estrutura que supostamente

se mostra democrática, mas que é utilizada para chancelar decisões de interesses dos grupos supracitados.

Nesse contexto, o Art. 6º do PDP prevê o desenvolvimento da atividade turística fundamentada pelo “aproveitamento racional” dos recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural. Essa tendência capitalista visa desenvolver o turismo seguindo uma racionalidade econômica, mas, por outro lado, desencadeia problemas, como relatados pela moradora ERS4-25 que expressa um sentimento de descaso por parte do poder público.

Os problemas, como o acúmulo dos lixos, eles jogam para os subúrbios, para os arredores. Eu não vejo muita coisa porque não sou muito engajada, eu só vejo que falam demais, fazem reunião demais, mas não vejo muita coisa acontecendo nessa cidade que beneficie o morador. Só pensam no turista (ERS4-25).

Apesar de não ser engajada nas ações de gestão que influenciam o uso do espaço urbano, a ERS4-25 evidencia problemas referentes à atividade turística, como o acúmulo de lixo. É fundamental destacar no fragmento supracitado antítese ao previsto na LOMP, capítulo V que dispõe sobre a política urbana, Art. 182, que define a obrigatoriedade do município em “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais do Município e garantir o bem estar de seus habitantes”. Todavia, por meio das entrevistas, foi possível identificar que os moradores se sentem coadjuvantes no processo de planejamento urbano, no qual a atividade turística é o principal foco.

Segundo o Art. 7º - I do PDP, a consolidação de Pirenópolis como polo de desenvolvimento do turismo deve resultar no planejamento da infraestrutura necessária e adequada à sua demanda, pressupondo a compatibilização das atividades turísticas com o modo de vida da população. Porém, foi identificado que os espaços cada vez mais vão sendo produzidos no Centro Histórico e no entorno para atender à demanda turística. Há uma dificuldade de compatibilização com o modo de vida da população devido à valorização imobiliária na área central que resulta em segregação social.

Outro dado importante pode ser comparado ao Art. 5º do PDP que prevê a criação do Programa Geração de Emprego e Renda para o desenvolvimento das atividades de turismo, produção mineral e artesanato. A partir do desenvolvimento do turismo na cidade, a atividade passou a ser a principal fonte de relacionamento da população por meio da geração de emprego e renda através da implantação de novos empreendimentos, criação de novos campos de trabalho e demanda de mão de obra qualificada. Os investimentos nas áreas de infraestrutura, marketing e capacitação de

mão de obra passam a ser oriundos de organizações públicas através da apropriação de iniciativa privada (SOBRINHO, 2008, p. 152).

Porém, apesar de o turismo aparentar ser a principal atividade geradora de emprego e renda na cidade (PTP, 2018), foi identificado junto ao poder público que, em termos de arrecadação municipal, o turismo corresponde à terceira atividade mais rentável e a quarta em geração de empregos (de carteira assinada). O maior empregador é a Prefeitura, com 800 empregos, sendo o segundo maior o de abate bovino, com 600 empregos, e a pedreira a terceira atividade que mais emprega.

Para o entrevistado ERS2-4, “isso acontece porque temos um turismo de final de semana que não é emprego formal”. De acordo com a Secretaria de Turismo de Pirenópolis (2018), o principal foco da gestão atual é a regulamentação do setor turístico, de forma a trabalhar com a legislação voltada para o turismo para acabar com a informalidade. Isso envolve também o trabalho sobre o desenvolvimento do aumento da taxa de ocupação dentro do município, no qual a preparação da infraestrutura é o ponto principal. Segundo o agente do poder público, ERS2-3, para que o turismo seja bem desenvolvido,

é preciso ter leis e cabe ao município regulamentar e fiscalizar. As políticas públicas são necessárias para que o negócio em Pirenópolis seja bom. É preciso definir instrumentos como Planos Diretores porque senão a coisa acontece da forma como está aqui: perdendo o controle do crescimento. Se o turismo desenvolve desordenadamente, traz mais desvantagens do que vantagem. A atividade turística tem que ser controlada desde o início e nem todo prefeito e empresariado tem essa visão, pois buscam o imediatismo e isso faz crescer o número de trabalhos clandestinos. Por isso a regulamentação e fiscalização são fundamentais (ERS2-3).

Além disso, a urbanização sem planejamento avança pelas áreas rurais ameaçando o patrimônio ambiental de Pirenópolis. Segundo o PDP, a destinação dos imóveis não poderia, por força de lei e normas do INCRA, perder a caracterização de imóvel rural, que é uma propriedade com destinação agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial, pois não é permitida a instalação de sítios de recreio, pousadas, chácaras, atrativos, restaurantes, comércios e indústrias em geral. Embora haja a necessidade de preservação, de acordo com o portal PTP (2017), “infelizmente, não é isso que acontece, não de forma regular, legal e ordenada. E, pelo jeito, está longe de acontecer”.

Devido à luta pelos interesses econômicos, a revisão do novo Plano Diretor vem sendo discutida há aproximadamente quatro anos, desde a divulgação da revisão do

plano, segundo o Correio Braziliense (2014). Apesar de acreditarem na importância da criação de regras de ocupação, os pirenopolinos defendem a manutenção das características da cidade do interior e, ainda, preocupam-se com a falta de água e com o crescimento urbano desordenado.

É importante destacar que não foi permitido o acesso às atas de reuniões sobre as discussões e ao material em elaboração. A agente do poder público (ERS2-5) ressalta que um dos pontos mais tensos da atualidade na comunidade local é a aprovação do novo PDP, que prevê a ampliação das áreas urbanas. Isso é formado por uma configuração da dinâmica sociedade-espço-tempo expressa no espaço geográfico do território usado (STEINBERGER, 2009) devido ao crescimento da atividade turística e à consequente valorização imobiliária, porém, segundo o entrevistado ERS2-6, não houve regulamentação em Pirenópolis. “Nós não temos uma regularização fundiária e há 16 anos não é revista a planta de valores. A valorização e a especulação foi tão grande e os gestores não fizeram o dever de casa. Houve a valorização, mas não houve regulamentação” (ERS2-6).

Apesar do processo de especulação imobiliária ter sido formado de acordo com o crescimento turístico, a legislação, por meio do PDP, não acompanhou a circunstância atual, prejudicando a regulamentação, pois foi criado em 2002 e está sendo revisado somente em 2018. A parte II do PDP dispõe sobre os instrumentos de controle a respeito do ordenamento territorial delimitando o macrozoneamento urbano de uso e ocupação do solo, por meio do parcelamento do solo e definindo os instrumentos da política urbana.

Em 1981, foi elaborado o Plano de Ação Urbana, pelo Instituto de Desenvolvimento Urbano (INDUR), em convênio com a Fundação Nacional Pró-Memória, Fundação Cultural do Estado de Goiás e Prefeitura Municipal. Esse plano de ação foi usado sobre as atividades urbanas para preservação patrimonial de Pirenópolis (ALMEIDA, 2006).

Por meio do Decreto-Lei nº 25 de 30/11/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, foi definido o processo do tombamento do Centro Histórico, iniciado em 1985 e concluído em 1989, que regulamenta sobre os procedimentos para o controle e a proteção da área tombada e entorno. Além disso, foi definida a Portaria nº 02 de 1º de junho de 1995 da 14ª Coordenadoria Regional do Iphan sobre os critérios e procedimentos regulamentares do Iphan referentes à

organização da proteção do conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico da cidade de Pirenópolis.

O Art. 4º definiu, para efeitos desta Portaria, o que deve ser preservado dentro da área de tombamento, conforme os parágrafos a seguir,

§ 1º- A topografia do conjunto, ou seja, a relação entre o relevo e a implantação do traçado urbano com o conjunto de edificações.

§ 2º- O Rio das Almas, incluindo a vegetação ribeirinha, suas margens e leito natural, em toda extensão urbana.

§ 3º- A volumetria: as alturas das edificações e as composições de telhados.

§ 4º- O traçado urbano: o desenho urbano que define os espaços públicos e privados.

§ 5º- Os logradouros, ruas, praças, jardins públicos, becos e demais espaços públicos livres.

§ 6º- As edificações, em sua integridade, compreendidos os elementos de composição arquitetônica, tais como fachadas, telhados, paredes, pisos, sistema construtivo e implantação no terreno.

§ 7º- Os quintais e jardins, a vegetação e a paisagem.

§ 8º- A taxa de ocupação, ou seja a relação entre os espaços construídos e os espaços livres.

§ 9º- A integridade visual dos espaços de uso público, referenciados no conjunto das fachadas ou limites das propriedades com os logradouros. Todas as formas de publicidade visual ou uso de pinturas, painéis, placas ou acessórios aplicados às fachadas ou em áreas públicas [...] (IPHAN, 1995).

Vale destacar algumas observações que foram relevantes na pesquisa de campo sobre o tombamento, que representam uma forma de resgate do passado e, ao mesmo tempo, uma interpretação do presente. Quando houve o tombamento, Pirenópolis já vinha perdendo os elementos originais dos seus casarios e a maioria dos imóveis do Centro Histórico já estava passando pelo processo de adequação de produção do espaço para novos programas de necessidades vinculados ao atrativo turístico da cidade dos bares, restaurantes, lojas e pousadas. O tombamento, nesse sentido, foi importante para conter intervenções não positivas para o conjunto. O ex-funcionário do Iphan, ERS1-1, alerta que é preciso analisar o contexto histórico da cidade, visto que,

antes, os casarões possuíam cinco janelas e hoje é preciso ter duas janelas e três portas para abrir um comércio. O tombamento precisou acompanhar essas mudanças que foram necessárias, pois o morador não é uma vitrine para os outros ficarem olhando, ele precisa ter algum benefício com o turismo. Então, o comércio foi desenvolvido nessa época e o Iphan trabalhou para não deixar as coisas acontecerem de qualquer jeito. Os técnicos e os arquitetos acompanhavam as alterações e a cidade cresceu formando um cenário (ERS1-1).

Um imóvel tombado pelo patrimônio histórico não se torna propriedade do governo federal, de modo que o Iphan apenas promova a fiscalização e a orientação

visando à proteção do bem patrimonial (CARVALHO, 2018). Quando um bem é tombado, qualquer serviço de manutenção, construção ou reforma nos imóveis, modernos ou antigos, deve ser realizado mediante autorização do Iphan. Com isso, as questões referentes ao uso indevido de publicidade; toldos; ocupação de passeios públicos para expositores, mesas e cadeiras; ocupação de logradouros públicos; e controle de som; estão sujeitas às normas quanto às dimensões, modelos e materiais utilizados. Isso gera polêmicas com os moradores e comerciantes e pode ser identificado por meio da fala da moradora ERS4-21, “A implicância do Iphan é com as placas e banner, dizem que eles vão tirar tudo”.

Ainda assim, o guia de turismo ERS3-9 destaca outra polêmica sobre a forma de regulação.

A minha agência já recebeu uma ameaça da Superintendente do Iphan pelo uso de placas na porta e eu pedi pra ela me mostrar qual regulamentação que ela se baseava. Ela estava ameaçando multar com uma sanção de 50% do valor do meu imóvel. Não é uma sanção baixa para fazer essa ameaça sem dizer qual artigo da lei eu infringi. O Iphan não respeita o princípio da legalidade. Eles não podem querer me multar baseados numa lei de 1939 que dá poder de polícia e pode multar uma pessoa por não tirar o banner da porta do comércio. Eles não apresentaram a normativa que especificava isso, só diziam que o Iphan pode multar. ‘Qual lei que infringi? Só porque você tem esse poder, você diz isso? Eu acho super justo que regulamente isso, mas tem que por num papel, tem que colocar numa regra, eu quero uma portaria assinada pelo presidente e publicada no Diário Oficial’. Foi isso que aleguei e não paguei a multa (ERS3-9).

A forma de atuação do Iphan na aplicação da legislação acaba gerando uma repulsa por parte dos moradores por acharem que o órgão age implicando com determinadas ações. Como a dinâmica das mudanças na cidade é intensa, ocorrem intervenções sem prévia autorização do Iphan ou ainda à revelia do projeto aprovado, sendo necessários esforços maiores nas ações de fiscalização e regulação. Embora a fiscalização perpassasse pelo controle do Iphan, é, em primeiro plano, de competência do município e, por esse motivo, se faz preponderante o efetivo compartilhamento de atribuições e trabalho de forma integrada entre o poder municipal e federal.

As construções, obras e reformas, estão relacionadas à valorização do metro quadrado e, segundo o ex-técnico do Iphan, ERS1-2, apesar da tentativa de fiscalização do órgão, “muitas pessoas não respeitam as normas. É muito comum na cidade acontecerem obras de fundo de quintal nos finais de semana, exatamente quando os fiscais não estão trabalhando”. Isso revela a dificuldade de fiscalização na atuação do órgão regulador.

De acordo com a moradora ERS4-31, “o tombamento traz isso: proíbe, fiscaliza, então há a questão do valor que o tombamento pode trazer e, por outro lado, perder”. Essa contradição evidencia os valores atribuídos aos bens em seus respectivos processos de tombamento, a forma de preservação desses valores e o que esses bens representam para os indivíduos. Segundo um morador da Rua Direita, “o Iphan é bom, mas, por outro lado, é péssimo. É bem dual, assim. Eles são bem duas caras, fazem para um e não fazem pra outro, permitem pra um e não para outro, essa coisa assim” (ERS4-27).

É válido destacar a crítica do empresário ERS3-9 a respeito da atuação da gestão do Iphan, que representa a maioria das críticas dos entrevistados retratando a população local e os empresários.

O Iphan avalia de forma arbitrária e pouco técnica quando lida com o lado subjetivo da noção de volumetria, estética e beleza. Como diz a própria superintendente ‘tem que avaliar cada caso e conversar’. Técnico, pra mim, tem que ser avaliado por meio de norma técnica padrão e isso o Iphan não tem (ERS3-9).

Assim como foi citado por outros entrevistados, o próprio ex-funcionário do Iphan destacou a existência de um problema administrativo que deve ser resolvido, pois “a pessoa responsável está no cargo de gestão há muitos anos. Apesar de sua competência, está na hora de mudar porque já atua com vícios administrativos, protecionismos, perseguições” (ERS1-1). O escritório de coordenação técnica está localizado na cidade de Goiânia, dificultando os trâmites dos processos que correm a nível municipal. Todavia, não se trata apenas do comportamento do indivíduo, nesse caso, o gestor, mas de todo um conjunto de uma estrutura de organização federal.

Nesse contexto, o ERS1-1 afirma que as *politics* de incentivo ao turismo vão além dos processos políticos de restauração e cultura ao patrimônio.

O Iphan nacionalmente busca maior articulação com o Ministério do Turismo, assim como com a Confederação Nacional dos Municípios e a Associação Brasileira de Cidades Históricas. Vários encontros e seminários foram promovidos por esses agentes e pelo Iphan, visando maior sintonia entre as políticas públicas (ERS1-1).

Isso reforça a necessidade de novas formas organizacionais e meios de cooperação a fim de evitar conflitos entre o poder público, o Iphan e os empreendimentos turísticos. Por meio dos depoimentos supracitados, foi possível identificar que o tombamento refere-se a uma forma impositiva de atuação de regulamentação e age de forma arbitrária na tomada de decisão. De acordo com as leis,

uma edificação é tombada com o objetivo de preservar bens de valor histórico, cultural e ambiental, impedindo sua destruição e/ou descaracterização. Porém, deveria, também, haver leis específicas a respeito das reformas, para que os imóveis pudessem funcionar atendendo às necessidades mínimas de conforto e higiene. Por isso, apesar dessa tentativa mencionada, é visível, por meio das análises anteriores, a dificuldade de articulação entre o Iphan e os poderes públicos do estado e município referentes à elaboração de regulamentação e execução de fiscalização. Cabe destacar que esse problema é semelhante em cidades turísticas como Paraty (SILVA, 2015), Fortaleza (CORIOLANO, 2012) e Recife (LEITE, 2007), por exemplo.

Devido a esse motivo, não há interação entre o poder público, empresários e população e nem espaço para participação nas ações da gestão do Iphan. Por isso, mudanças são necessárias para a formação de uma governança visando um bom desenvolvimento turístico no município, sem descartar seus desdobramentos, permitindo um planejamento participativo desses atores.

4.2.2 Diretrizes do turismo para produção da urbanização turística de Pirenópolis

As *politics* de incentivos fiscais, à cultura, divulgação e marketing, são instrumentos para impulsionar ou mesmo desenvolver a atividade turística. O poder público, através das políticas públicas voltadas ao turismo, viabiliza a infraestrutura para instalação de equipamentos e prestação de serviços visando à dinamização da economia local.

A partir de 1989, quando se deu o início do tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico, as políticas públicas de turismo se intensificaram em Pirenópolis. Os dados permitiram identificar a percepção dos agentes envolvidos nesse processo de urbanização turística que foi se formando ao longo dos anos.

Na perspectiva de compreender as diretrizes de infraestrutura urbana, é necessário compreender o contexto atual, conforme detalha a Secretária Municipal, ERS2-5.

Na medida em que o turista vai chegando e ocupando o espaço, o poder público tem que pensar nas políticas para lidar com o lixo que ele gera, no trânsito, no que vai oferecer para recebê-lo, na informação para fornecer, no atendimento, no material de divulgação, no que investir em pousada. Tudo isso motivado pelo movimento turístico (ERS2-5).

Por meio dessa fala é interessante notar que a motivação por parte do poder público em planejar políticas públicas é impulsionada pelo movimento turístico. Ou seja, primeiro há um fluxo de visitantes e depois se planeja e programam-se políticas públicas de divulgação e infraestrutura para a cidade, num caráter estritamente reativo. Essa tendência pode explicar parte dos pontos críticos, considerando que a cidade pode não estar preparada para receber essa demanda.

Acredita-se que as políticas públicas do turismo representam os instrumentos indicando as orientações e procedimentos de curto, médio e longo prazo de planejamento e execução. Nesse sentido, as diretrizes do turismo deveriam funcionar no estímulo e no controle do desenvolvimento turístico assim como deveriam preocupar-se com os interesses sociais.

Dentre as ações motivadas pelo aumento do fluxo turístico, a Prefeitura, por meio da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico e de parcerias privadas, criou, em 1997, um prédio para o Centro de Atendimento ao Turista (CAT) através do Programa de Execução Descentralizada (PTP, 2018). O CAT é um ponto de referência ao turista e objetiva a divulgação dos atrativos locais por meio dos guias locais que se organizaram em uma Associação dos Condutores de Visitantes de Pirenópolis.

No ano de 2013, o SEBRAE instalou a 19ª Agência de Goiás em Pirenópolis para auxiliar na regionalização devido à parceria com a Prefeitura e entidades empresárias. A atuação do SEBRAE é específica na atividade turística, conforme afirma o empresário local, ERS3-15, “o apoio do SEBRAE aos empresários no processo de gestão é focado para a área do turismo”. O proprietário de uma agência, ERS3-14, detalha essa atuação.

O SEBRAE dá muito apoio, oferecendo informações, esclarecendo dúvidas e oferecendo muito curso. Eles organizaram as lojinhas de artesanato, restaurantes, profissionalizaram vários estabelecimentos, desde a pequena até a grande pousada (ERS3-14).

Segundo a gestora do SEBRAE/GO, ERS3-7, por meio de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Pirenópolis e a Secretaria Municipal de Turismo, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento do Turismo de Pirenópolis (2012 – 2016) visando o ordenamento e integração dos esforços para o desenvolvimento da atividade turística no município. Dentre os articuladores da ação do plano, o Conselho Municipal do Turismo (COMTUR) é composto pela Prefeitura, Iphan e recentemente se tornou parceiro do SEBRAE na elaboração e execução de diretrizes das atividades turísticas. O COMTUR,

criado pela Lei nº 305/1997, foi alterado com a tarefa de propor nova composição para transformá-lo representação do setor capaz de normatizar o turismo em Pirenópolis. Assim, por meio da Lei nº 582/2007, o COMTUR deliberou a composição de cinco conselheiros representantes do poder público, indicados pelo Prefeito, e seis conselheiros eleitos pelo setor turístico, representando os segmentos de hotéis e pousadas, bares e restaurantes, atrativos naturais, agências de turismo e transporte, lojistas e artesãos, condutores e guias, com seus respectivos suplentes (COMTUR, 2018).

Em referência às associações dos empreendedores, a dos artesãos representa formas de interação para busca do conhecimento e exposição da arte local. Segundo a gestora do SEBRAE, ERS2-7, existem duas associações em Pirenópolis,

a Associação da Cultura Artesanal incentiva a arte como forma espontânea da expressão cultural pirenopolina, por meio da produção de arte em cerâmica, metal, madeira de demolição, madeira doce (para casa e decoração infantil personalizada), tecelagem, máscaras, artesanato mineral, Quartzito Goiás, pedra sabão. Especificamente, a Associação Cultural e Ecológica dos Artesãos em Prata destina-se aos produtores das joias artesanais em prata (ERS2-7).

Apesar da criação do COMTUR e da existência das associações, a gestão não é participativa, como foi visto anteriormente. Os moradores, e até ex-participantes de associações, disseram desanimados que a tentativa de envolvimento ativo nas ações do município é em vão por não possuírem voz diante dos atores políticos dominantes. Acompanhando o desenvolvimento da atividade turística na região, instalou-se, em 2006, um campus da Universidade Estadual de Goiás em Pirenópolis. A universidade passou a oferecer os cursos superiores de Tecnologia em Gestão de Turismo e Tecnologia em Gastronomia, com o objetivo de atender às demandas socioeconômicas do município e da Microrregião do Entorno do Distrito Federal, fortemente relacionadas à atividade turística (Lei nº 15.804, de 13/11/2006). Em 2013, foi extinto o curso de Gestão de Turismo e inserido o curso de Tecnologia em Gestão Hoteleira (UEG, 2018).

A Secretaria de Turismo tem buscado estabelecer parcerias com o governo do estado de Goiás e instituições de ensino superior de Brasília, Goiânia e Anápolis para implementação de projetos, como: Inventário da Oferta Turística, Museu da Fazenda Babilônia, Interpretação do Patrimônio, eventos e captação de recursos, Projeto de Turismo da Região do Entorno do Distrito Federal do SEBRAE, dentre outros (PMP, 2018). Em relação aos esforços que o poder público municipal têm feito para incentivar

a atividade turística, o funcionário da Secretaria Municipal do Turismo, ERS2-3, salienta:

A gente tenta ao máximo trazer os segmentos organizados para a administração pública numa gestão mais compartilhada. A gente discute com as entidades civis organizadas e tenta discutir o melhor caminho para o turismo. Nós temos um Plano Municipal do Turismo que venceu e estamos traçando novas metas e novas ações agora para que alcancemos os objetivos. Atualmente, nosso objetivo é trazer essas entidades civis organizadas para ajudar a administrar, não com a população em geral, mas com as entidades civis organizadas (como a Associação Brasileira de Indústria e Hotéis, Associação de Guias, Associação de Agência do Turismo – que nós não tínhamos em Pirenópolis e ajudamos a apoiar e implantar dentro desses 10 meses) (ERS2-3).

A Secretaria de Turismo tem como objetivo motivar entidades civis organizadas para ajudar nas discussões do desenvolvimento do *trade* turístico. Nesta pesquisa, entende-se o *trade* através das categorias de análise dos instrumentos turísticos que são os atrativos, serviços e equipamentos, e para os diferentes perfis de visitante. É fundamental destacar a importância da Secretaria de Turismo, como agente responsável e indutor das atividades turísticas planejadas, que deveria agir também evitando os impactos sociais. Para isso, é necessária uma integração entre o poder público, comunidade e turista para execução do *trade*. Todavia, por meio da manifestação do entrevistado acima (ERS2-3), ao afirmar que o “objetivo é trazer entidades civis organizadas para ajudar a administrar”, torna-se evidente a construção coletiva do turismo não integrada sendo feita somente com as associações, como as de hoteleiros, de guias, agências de turismo.

Ao definir quem são os atores mais influentes na gestão municipal, ERS2-3 afirma serem “as entidades civis organizadas são as formadoras de opinião e são as que trabalham com o turismo e estão vivenciando isso no dia a dia”. A gestora do SEBRAE/GO também partilha dessa ideia, “as entidades são os principais atores. Aqui tem as associações de empresários, do pessoal do artesanato e da prata” (ERS2-7).

Nesse sentido, diante das informações supracitadas, baixa participação da comunidade deve-se ao afastamento democrático ocorrido pela terceirização das funções de governança do turismo para organizações do setor privado (PADDISON; WALMSLEY, 2018). Desconsiderar o posicionamento dos moradores do local pode ser entendido como um modo de descaracterizar a formação histórica da identidade da cidade, sobretudo, quando esses passam a ser reativos às políticas do turismo. Os demais agentes do poder público que foram entrevistados também desconsideraram o

cidadão pirenopolino como ator principal do turismo. Contudo, o Secretário Municipal ERS2-4, ressalta que, antes da intensificação turística, as famílias tradicionais possuíam muita força política.

As famílias tradicionais da cidade possuíam força muito grande nas decisões do governo e de gestão. Tem algumas famílias que ainda possuem muita influência, como exemplo a Telma da Fazenda Babilônia. Hoje, as novas gerações das famílias foram perdendo força política ao longo dos anos. Também surgiram os empresários de fora que trouxeram grandes investimentos, mas eles são difíceis porque só vieram pra cá com vontade de ganhar dinheiro (ERS2-4).

Conforme destacado no trecho acima, as famílias tradicionais foram perdendo a autonomia política para os novos empresários que chegaram a Pirenópolis. Nesse processo histórico, percebe-se a substituição de uma elite local pelo empresariado de fora da cidade, cujos poderes transcendem o econômico, perpassando a política local, destaca-se a lógica que se mantém devido à essência capitalista (HARVEY, 2014). Essa substituição agrava o processo de exclusão em Pirenópolis, na medida em que os novos atores assumem um protagonismo díspar no processo de gestão.

O agente da Prefeitura ERS2-6 considera os empresários de fora, que investiram em Pirenópolis, como principais atores devido ao fato de terem ajudado a impulsionar o desenvolvimento econômico na região.

Os empresários, a maioria vinda de fora, principalmente de Goiânia e Brasília. Eu não escolhi ser pirenopolino, eu nasci pirenopolino. Os que vieram de fora são muito mais pirenopolinos do que a gente, porque escolheram investir aqui. Se os empresários não tivessem escolhido aqui para investir, o nível de desemprego seria muito maior. A rede hoteleira é o carro chefe do turismo (ERS2-6).

O fragmento supracitado reforça o peso dado aos empresários do setor de turismo. Não obstante o potencial dos investimentos, terem origens em outros lugares implica diretamente a legitimidade desses diante da população, sobretudo quando as decisões dizem respeito a aspectos históricos e culturais da cidade, fazendo emergir a necessidade de um processo participativo que garanta à população representatividade.

A ausência de um modelo efetivo de governança estruturado que poderia ser pelo COMTUR, incide diretamente no baixo potencial do desenvolvimento local a partir do empreendedorismo endógeno. Reflexo disso é a não conciliação de diferentes usos dos espaços, com preservação do direito de moradia e uso dos espaços pela população, manutenção dos atrativos turísticos e caráter público dos bens tombados.

O potencial conciliatório no desenvolvimento do turismo em Pirenópolis não é recente, tendo se acentuado a partir da década de 1990. O ponto principal nessa dinâmica é o *branding* da produção local (LUO, 2013). Em geral, de acordo com o autor, a identidade socioespacial das cidades turísticas passou a ser construída de forma integrada, mesmo no caso de *branding* sobre o marketing de cidades. A produção de sentido é discutida sob o manto da participação efetiva dos cidadãos. Ao invés do desenvolvimento turístico com foco na produção do espaço urbano para atração de capital, o desenvolvimento baseado em fontes endógenas do poder, como o político, econômico, cultural, pode efetivamente integrar o benefício social utilizando as ideias, fontes para trabalhar com os recursos do próprio município.

Em complemento, Nurytanti (1996) ressalta que para o bom desenvolvimento do turismo nas cidades patrimoniais é necessário que haja governança com um bom planejamento para gerir e comercializar o atendimento às necessidades dos visitantes. O primordial desta governança é que não atinja a herança patrimonial local da população. Em Pirenópolis é visível a falta de interação entre os órgãos públicos (Iphan e, Prefeitura, por exemplo) e privados e a sociedade civil. O entrevistado ERS2-4 do poder público e integrante de dois conselhos gestores expõe, com desânimo, a falta de interesse da população:

Uma vez estávamos discutindo e alguém comentou: “por que o prefeito quer que a gente participe?”. Não é assim que funciona! Isso é uma questão cultural e desde os primórdios somos governados pelas famílias tradicionais pirenopolinas. São elas que comandam juntamente com os empresários de fora que trouxeram grandes investimentos. O resto é o próprio pirenopolino que não tem voz, é gente que veio do garimpo. Não conseguimos planejar, nos organizar e colocar as ideias para tentar promover melhorias (ERS2-4).

Essa é uma lógica inerente ao processo capitalista em que as dinâmicas sociais são excluídas das diretrizes e ações tomadas pelos gestores públicos. Nesse sentido, o poder público precisa trabalhar em função de uma boa governança que permita essa integração, incluindo a comunidade (KISSLER; HEIDEMANN, 2006). Conforme destaca a moradora ERS4-36, “o melhor turismo é aquele que é construído com o todo. Quem é o todo? População, comerciantes e o *trade*. Mas aqui está sendo por um”.

A percepção da construção unilateral das diretrizes da atividade turística foi identificada pela maioria dos entrevistados. Esse processo é fruto da atuação do poder público de não visualizar a população como parte fundamental de participação da elaboração das políticas públicas. Esse fato explica, por exemplo, quando a Secretária

Municipal ERS2-5 define “o ator principal de tudo isso é o turista, na medida em que ele vai chegando e usufruindo do espaço e dos atrativos turísticos”.

Apesar de o turista fazer parte do processo, sua identificação como principal beneficiário da gestão municipal em parte significativa das ações da gestão municipal é sintomática sobre o que permeia as decisões no âmbito público. De acordo com o morador ERS4-29, “apesar de o turista gerar benefícios econômicos para a cidade, ele é o principal responsável dos impactos negativos no ambiente, na cidade e para o povo daqui”.

Nesse contexto, a participação do turista é importante no que concerne à promoção de políticas públicas de melhoria, visando compreender suas necessidades para atender sua demanda e atrair mais visitantes. Além disso, segundo o gestor municipal ERS2-3, “a participação do turista é importante no processo de melhorias do *trade* turístico” quanto à formulação de políticas públicas específicas para o fomento à atividade. Todavia, vale refletir a participação do turista como ator principal da gestão do município, pelo fato deste não possuir raízes de identificação com a cidade.

Visando a melhoria do *trade*, a profissionalização dos serviços é algo que carece de melhorias em Pirenópolis, conforme destaca o gestor municipal ERS2-3, promovendo a “arrecadação fiscal para o município e a diminuição dos trabalhos clandestinos e informais”. A profissionalização tornou-se evidente quando Pirenópolis se enquadrhou no Mapa do Turismo Brasileiro, em 2018, como categoria A pelo Ministério do Turismo. A análise de categorização é feita de acordo com quatro variáveis relativas ao sistema de hospedagem e fluxos turísticos, sendo, número de ocupações formais no setor de hospedagem; número de estabelecimentos formais no setor de hospedagem; estimativa do fluxo turístico doméstico; e estimativa do fluxo turístico internacional (MTUR, 2018).

Conforme destaca ERS2-3, Pirenópolis conquistou classificação de nível A devido ao aumento da divulgação do município no cenário nacional, e apesar de ainda existirem muitos trabalhos informais devido à taxa de ocupação, houve um aumento da formalidade das empresas de hospedagem, ocasionando um aumento de emprego. De acordo com a ERS2-5, atualmente Pirenópolis possui aproximadamente 300 pousadas consideradas pequenos empreendimentos e mais de 100 cachoeiras privadas.

Todavia, apesar de ter havido um aumento dos trabalhos formais, ainda existe uma dificuldade na regulamentação por parte do poder público em relação às empresas cadastradas. Por meio dos relatos nas entrevistas, identificou-se que o problema da

sonegação fiscal envolve fatores como, por exemplo, dificuldade de acesso à internet nos locais mais afastados, propriedades particulares que são alugadas aos finais de semanas para turistas e que não são registradas; comércios, cantinas e lanchonetes que efetuam vendas de produtos não registrados; entre outros. O servidor da Prefeitura, ERS2-6, ressalta que a “sonegação dos atrativos para os cofres públicos é muito grande. Encontramos atrativos, como as cachoeiras, que não tinham nem autorização de funcionamento e isso nunca tinham sido organizado”.

Nesse sentido, o poder público tem trabalhado visando a regulamentação dos estabelecimentos e o aumento da arrecadação fiscal para o município. Segundo o entrevistado do poder público, ERS2-4, a sonegação fiscal dificulta o processo de regulamentação e fiscalização no município, uma vez que,

em receita, o turismo é o 5º gerador de imposto para o município, isso gera uma distorção porque o Prefeito aumenta o alvará e não cobra o imposto sobre os serviços. Isso é gravíssimo, pois o turismo traz problemas de água, luz, asfalto, lixo, policiamento. Isso não é de responsabilidade somente da prefeitura, mas tem que agir em conjunto com o Estado, que não traz recurso. O maior problema que nós temos é a sonegação fiscal, que é escandalosa! (ERS2-4).

De acordo com a pesquisa de campo, foi possível identificar que os impactos negativos gerados pelo turismo, como a sonegação fiscal, provocam distorções como o aumento do alvará. O imposto pelo serviço e venda de produtos destinados ao turismo deveria ser cobrado, porém, a dificuldade de fiscalização e regulamentação justifica esse desdobramento. Consequentemente, a população é obrigada a arcar com altos impostos, aumentando suas despesas. Quando não há arrecadação para o município, as pessoas da cidade ficam somente com o ônus, já que a mão de obra é mal remunerada, conforme destaca a Secretária Municipal, ERS2-5.

A cidade se sustenta praticamente dos repasses da federação e dos impostos estaduais. A arrecadação com o turismo, mesmo, mal dá para pagar o que o turismo produz (as toneladas de lixo, a limpeza urbana, os guardas de trânsito, é dispendioso). A arrecadação não aparece ao ponto de suprir todos os gastos (ERS2-5).

Além de ter que arcar com ônus, os moradores alegam impactos negativos da atividade turística, como o acúmulo de lixo gerado, a falta de energia e abastecimento de água nas épocas de alta temporada, como férias e feriados, devido à falta de planejamento e gestão para atender o público esperado.

Dentre os atrativos turísticos, os eventos que mais se destacam são o Canto da Primavera, Festival de Cinema, Festival Gastronômico, SlowFilm, que contribuem para a divulgação da cidade. Porém, a maioria das pessoas da cidade não participa dos eventos e não utiliza os atrativos da cidade, a não ser os prestadores de serviço. Isso ocorre por alguns motivos, conforme destaca o ERS2-4, “o lazer que o turista vem buscar não é o mesmo lazer da população local. Enquanto o turista está na cachoeira, a população local prefere a chácara da família, pescar, jogar futebol, algo diferente”.

Os pirenopolinos não têm mais o hábito de frequentar as cachoeiras devido ao elevado valor que é cobrado pelos proprietários dos estabelecimentos, devido à falta de ações sociais e educativas que incentivem a utilização destas. Conforme destaca a moradora ERS4-17,

eu vou para algumas cachoeiras só porque conheço os donos e não pago. Acho que deveria ter preço diferente para morador daqui. Na cidade os preços não são variáveis, é a mesma coisa para turista e para morador. Então, o morador sofre muito com isso. Pirenópolis é uma cidade muito cara, então os preços tinham que ser diferenciados. Em uma cachoeira é em torno de R\$ 45,00 e para uma família igual a minha fica caro levar meus filhos (ERS4-17).

Segundo a Secretária Municipal ERS2-5, os espaços como as cachoeiras e a Rua do Lazer são lugares destinados ao público específico dos turistas, os quais a população local não se sente parte integrante. Já a Igreja Matriz, apesar de ser um local aberto à visitação, é considerada um lugar sagrado dos pirenopolinos e representa traços de identidade religiosa.

Existem dezenas de cachoeiras e facilmente encontramos pirenopolinos que não as frequentam e nem conhecem. No dia do aniversário da cidade, a Cachoeira do Abade faz um preço diferenciado para a população local, mas não é um hábito, assim como não é hábito encontrar pirenopolino na Rua do Lazer sábado à noite. Lá é lugar de turista. A Igreja Matriz é um lugar de visitação e funciona normalmente como um templo para a população (ERS2-5).

Em complemento, a moradora ER4-38 destaca que a população local valoriza o festejo tradicional de Pirenópolis. Dentre essas manifestações culturais, merecem destaque a Festa do Divino e as Cavalhadas. A Festa do Divino Espírito Santo acontece em Pirenópolis desde 1819, e foi registrada pelo Iphan em 2010 como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. A festa ocorre 50 dias após a Páscoa com duração de 23 dias de preparação e festejo (IPHAN, 2018). A festa das Cavalhadas teve seu primeiro

registro em 1826 e é um ritual de três dias, cujos preparativos iniciam na primeira quinzena da Festa do Divino, marcando a saída da Folia. Segundo ERS4-38,

nós, pirenopolinos, também damos valor às festas tradicionais da cidade; é um valor profano no qual passamos por um processo transformador. A população se envolve e vira protagonista da história. A Festa do Divino é um patrimônio cultural imaterial que encanta os nossos olhos porque, durante um mês, somos os atores principais da preparação desse festejo (ERS4-38).

Nestes festejos participam indivíduos e grupos da localidade que resgatam os rituais e as tradições culturais que dão sentido à festividade. Essas manifestações populares representam marcas de materialização da população na cidade e, por meio destas, as pessoas se veem parte do lugar. Assim, como frisou ERS4-38, é o momento em que o pirenopolino interage e utiliza os lugares e os bens patrimoniais que, geralmente, são os espaços reservados aos turistas.

Essas festividades interferem no processo de apreensão da memória que se mantém viva na consciência do grupo e faz com que ela se oriente às ações do presente. Por isso, segundo ERS4-19, existe um projeto de salvaguarda das manifestações culturais juntos às escolas de Pirenópolis, que é fundamental, pois com o avanço do turismo, tornou-se desafiadora a manutenção de uma identidade cultural baseada nesse tipo de tradição devido às influências externas.

A gente tá com uma deficiência com a Festa do Divino. Temos que fazer uma ação de salvaguarda para preservação porque, por exemplo, os jovens não querem fazer bandeirinha de papel. Teve a novela do Araguaia aqui na cidade que trouxe bandeirinhas artificiais (de plástico) e colocou na frente da igreja. Ou seja, as de plástico são mais fáceis do que as artesanais, isso tudo tá virando uma industrialização (ERS4-19).

A produção das bandeirinhas representa uma forma de socialização por meio da preparação da festa em que as pessoas se interagem produzindo o artesanato. A festa e a preparação dela é um momento de uso do espaço e, assim, é possível relacionar, de forma integrada, o homem e seu ambiente, uma vez que a festa é uma experiência concreta composta de vários sentidos resultantes da relação entre os participantes que a vivenciam e o lugar em que se insere. Essas festividades representam rituais concebidos de práticas com conteúdo emocional abrigando o sentimento de pertença ao lugar, integrado à cultura e arraigado de história.

De acordo com o agente do poder público, ERS2-3, o Iphan atua mais nas questões estruturais dentro do município.

Recentemente teve um projeto de Salvaguarda para a Festa do Divino, que foi a segunda manifestação religiosa tombada pelo patrimônio histórico artístico nacional como monumento imaterial. Então, eles têm esse projeto para trabalhar com as pessoas, com as crianças da cidade para não perder o costume do fazer. Fazer a máscara do mascarado, a flor do mascarado, os bordados das roupas dos cavaleiros, as Verônicas. Todo esse processo que os avós, tios, pais faziam, tá tendo curso para que essas crianças possam fazer isso para que não se acabe essa tradição do fazer e não perca o modo de fazer, o costume e também para motivar essas crianças (ERS2-3).

De acordo com Santos e Kinn (2009), rituais envolvendo santidades são ainda mais delicados devido aos visitantes não conhecerem os costumes e as tradições e, por isso, acabam promovendo desconfortos e estranhamentos por parte dos festeiros. Projetos como o de salvaguarda são importantes para manter a tradição cultural, uma vez que, cada vez mais a população local tradicional tem se sentido invadida por achar que está perdendo espaço para o turista. Segundo a agente do poder público ERS2-3, a turistificação das tradições tem sido percebida pelos moradores, sendo clara a separação entre o significado para os pirenopolinos e para os turistas, como pode ser visto a seguir.

Principalmente a ala mais tradicional, mais conservadora, de manifestações culturais. Eles sentem que não se fazem mais eventos culturais como antigamente porque em Pirenópolis a tradição cultural é muito forte. É bem forte, como por exemplo, com a saída da Folia do Divino, que vai ter nesses dias, o pessoal fica eufórico e entusiasmado, e as pessoas mais tradicionais falam ‘mas estamos fazendo festa para turista’. Do meu ponto de vista, as pessoas fazem as festas tradicionais e a cultura para si mesmo (ERS2-3).

Apesar de existirem projetos de resgate das tradições culturais, é possível identificar, através do último trecho da fala supracitada, a existência de conflitos de interesses e, por consequência, uma ausência de política cultural que tenha fim na preservação de certas tradições. Ou seja, a política cultural só é interessante na medida em que gera receita para o município.

Isso configura um dos desdobramentos do desenvolvimento do turismo, visto que as festividades são lugares de manifestações culturais locais, identidades e experiências vividas, que são vinculadas a um sentimento de pertença, onde os participantes e os organizadores devem partilhar das situações de existência social e não sentirem-se invadidos e serem somente organizadores de um evento que não podem participar.

A festa é um momento que faz perceber o espaço e, por isso, permite compreendê-lo de forma integrada, além de abranger a dialética entre passado/presente, tradicional/moderno, moradores/turistas. Isso tudo acontece nos lugares onde existem

conflitos internos entre os que chegam para a festa e os que vivem no lugar, os que se envolvem diretamente nos festejos, participando dos rituais, e os que não possuem mais identificação com a festa e não estabelecem limites entre o sagrado e o profano. No momento das festas, de acordo com Santos e Kinn (2009), as comunidades analisam e compreendem as relações de vizinhança e amizade, fortalecendo a religiosidade, as redes sociais e os processos pelos quais foram formando as identidades e pertencimentos aos lugares. Por isso estes autores consideram o festejo uma manifestação cultural privilegiada.

No contexto das diferentes expectativas e motivações dos turistas para a realização de suas viagens, é interessante tentar compreender a necessidade desses perfis para que possam ser ofertados produtos e serviços que atendam às expectativas desse público. Nesse sentido, a taxa de ocupação é um dos desafios da gestão do turismo em Pirenópolis, visto que, segundo o ERS2-4, é somente alta especialmente nos finais de semana.

O tempo de permanência do turista é muito baixo, ele vem passar o dia na cidade, dorme uma noite e volta. Temos pouco turismo de média e longa duração. Temos uma taxa ocupação baixa (média de 42%), temos muita gente no final de semana e pouca durante a semana (ERS2-4).

A taxa de ocupação está relacionada ao perfil de visitante que a cidade atende. Além do turista (“aquele que pernoita”), foram categorizados nesta pesquisa outros dois tipos de perfis, o visitante e o morador temporário. O visitante é aquele que vai passar um dia na cidade (“bate-volta”). Segundo a proprietária de uma antiga pousada ERS3-11, os visitantes são os passantes, mais conhecidos como “farofas, trazem tudo e não fazem consumo em bares e restaurantes”. Já os moradores temporários possuem uma “representatividade significativa”. De acordo com ERS2-5, “eles são os que possuem residência, vem quase todo final de semana e nas férias (ele não é o outro turista, é o ‘José’ ou a ‘Maria’ que já tem relacionamento com os pirenopolinos)”.

Diante da proposta do aumento da taxa de ocupação durante a semana, o projeto Quinta Santa Bárbara *eco resort* se mostra crítico quanto às vantagens e desvantagens do turismo para a cidade, por estar localizado na Rua do Bonfim, número 1, dentro do Centro Histórico, próxima à Igreja do Bonfim. A Pousada Quinta Santa Bárbara foi inaugurada em 1980, sendo um projeto da iniciativa privada com uma estrutura de 30 bangalôs. Entretanto, em 2015, um novo projeto foi implementado com a proposta de instalação de um *eco resort* no mesmo local onde funcionava a antiga pousada (dentro

do Centro Histórico). Conforme a Figura 27, este novo projeto prevê a ampliação da estrutura para 60 mil m² contendo, 192 apartamentos, cuja conclusão está prevista para o ano de 2021.



Figura 27 - Imagem do projeto Quinta Santa Bárbara (Rua do Bonfim, nº 1, Centro Histórico).

Fonte: Página do sítio Quinta Santa Bárbara³

Por se tratar de um projeto localizado no Centro Histórico, é um lugar repleto de identidade e significações, representando um espaço vivido e um espaço concebido (LEFEBVRE, 1991) pela população local, que representam um passado e uma tradição. Por isso, é fundamental identificar o impacto que esse tipo de empreendimento traz para a localidade, como aumento do fluxo de pessoas e de carros, degradação ambiental e interesse no capital e não na população.

³ Disponível em: <<http://www.quintasantabarbara.com.br/projeto/>> Acesso em set. 2018.

Todavia, o impacto positivo do aumento da taxa de ocupação supera os negativos, segundo o ex-técnico do Iphan (ERS1-2), pois,

quando penso no *time-sharing*⁴ apenas ligo a luz de alerta, pois pela localização não será um empreendimento provavelmente muito danoso. O empreendimento talvez traga um aumento da taxa de ocupação para a cidade, pois vai construir uns 200 quartos que não representa um número significativo a ponto de assustar, sendo que a cidade vive só de fim de semana. As pousadas não contratam trabalhadores fixos, não assinam carteira porque o cara só trabalha sábado e domingo e, com isso, a cidade deixa de arrecadar, então o aumento da taxa de ocupação é melhor do que o aumento do fluxo turístico nos mesmos dias (ERS1-2).

Dentre as vantagens de implantação do projeto, o aumento da taxa de ocupação para geração de empregos fixos é uma das justificativas. O contexto atual da demanda turística nas pousadas, restaurantes, lojas do Centro Histórico, etc., reflete na alta taxa de ocupação somente aos finais de semana resultando em contratações de serviços temporários, precarização de empregos, relações de trabalhos, informações e condição de subemprego. Além disso, existe a dificuldade na forma de regulamentação, fiscalização dos estabelecimentos e do ônus causado para a população, como citado no tópico anterior.

Por outro lado, o ex-técnico ERS1-2 é contraditório às diretrizes do Iphan ao afirmar que a localização do empreendimento pode não ser um fator preocupante, visto que o *resort* está localizado dentro do Centro Histórico e causa risco à preservação ambiental, conforme defende o servidor da Prefeitura ERS2-4.

Apesar de ser algo polêmico a ser comentado, não pelo fato de ser um *time-sharing*, mas por ser complicado para o turismo, devido à localização do empreendimento. Como as ruas são estreitas, imaginamos uma sobrecarga de uns 300 automóveis e isso já causa um impacto enorme nas ruas da cidade. Isso foi uma decisão totalmente atropelada, o projeto é construído em cima de cinco nascentes, inclusive tem um riacho de água que nasce ali, então tem um problema ambiental muito sério que estão muito parados e já entramos com vários processos contra. Eu particularmente acho que o nosso turismo com o *time-sharing* é muito difícil porque tem um sistema de comercialização que é terrível para hotelaria que é o condomínio (ERS2-4).

De acordo com o Correio Braziliense (2018), perante as diversas manifestações dos moradores da cidade que se uniram para processar a pousada Quinta Santa Bárbara justificando uma ameaça às áreas de preservação permanente, a construção deste *resort* foi interrompida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás em agosto de 2018. Os responsáveis pela decisão alegaram que os construtores do *resort* praticavam condutas

⁴ É um sistema que permite compartilhar ou fracionar o tempo de uso da propriedade imobiliária.

criminosas ao meio ambiente, uma vez que não houve preservação das nascentes de Pirenópolis. Os relatores da investigação evidenciaram que no local onde o empreendimento está sendo erguido, quatro das cinco fontes sofreram supressão parcial da vegetação. Isso contribui para diminuição do volume de água, podendo, no futuro, destruir as nascentes.

Todavia, em setembro do mesmo ano, uma liminar da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás autorizou a retomada das obras considerando uma proposta por parte do *eco resort* de reflorestamento e correção de solo. Este projeto prevê a restauração da área degradada com o replantio de árvores nativas e correção do solo, visando estagnar o dano ambiental do local que já estava formado há anos (CORREIO BRAZILIENSE, 2018).

Segundo Coriolano (2012), o turismo, assim como as demais atividades econômicas, seleciona e promove a configuração dos espaços de acordo com o jogo de interesses e das classes sociais. Os espaços são modernizados sob a lógica de produção capitalista, troca ou outras relações de interesses unilaterais influenciados por indivíduos, grupos e agentes detentores de poder que disputam territorialidades. Nessa disputa de territorialidades, quem ganha são os detentores do poder, como é o que está acontecendo com o *eco resort*. Isso não acontece somente com grandes empreendimentos, mas devido às falhas na regulamentação, como cita o agente público ERS2-6.

A nossa grande preocupação é que esses empreendimentos não atinjam a parte superior de nossas nascentes, protegendo os nossos mananciais. Nós queremos que a cidade cresça, mas ela não pode crescer desordenadamente. A falta da conclusão do Plano Diretor já fez com que acontecessem vários empreendimentos ilegais, como a Mata Velha e o Barbosa. Temos quatro núcleos urbanos considerados irregulares e precisamos que o Plano Diretor chegue até lá para organizar a casa, essa é a grande demanda (ERS2-6).

O processo de produção do espaço é reflexo da apropriação territorial dos atores que detêm o poder e articulam visando o desenvolvimento capitalista. Essa dinâmica submete a população local a uma regulação externa (da apropriação) que desarticula culturas tradicionais, desapropria moradores e promove a perda da identidade socioespacial. Entendendo o espaço em seu caráter relacional, requer assumir as interpretações e apropriações das significações do espaço urbano por parte dos grupos distintos que o integram. Os grupos compõem o povo que vivencia esse espaço e o povo que utiliza esse espaço de vez em quando, constituindo diferentes trocas culturais. Isso

ocorre devido à constituição das novas dinâmicas que são formadas e invadem o espaço concebido (LEFEBVRE, 1991) do processo de urbanização turística.

Na perspectiva de Luchiari (2004), o processo de formação da urbanização turística não depende exclusivamente de uma vocação natural da localidade, visto que pode ser construída artificialmente pelo poder econômico e político, buscando a valorização de algo que não é real. De acordo com a historicidade de Pirenópolis, o Centro Histórico não teve seu espaço construído artificialmente. Além de ter seu espaço construído socialmente, foi adaptado às exigências do Iphan e dos órgãos públicos e privados, com forte influência, desde o tombamento, na formação de espaço concebido para atender a demanda turística. Como consequência, aspectos decorrentes da transformação espacial provocada por investimentos dessa natureza incidem concreta e simbolicamente, na medida em que os moradores veem sob risco recursos como água e mobilidade, bem como a profunda alteração da paisagem.

4.3 Desdobramentos da Urbanização Turística em Pirenópolis

Como visto anteriormente, as diretrizes da urbanização turística produzem alterações no espaço urbano influenciando as práticas cotidianas das pessoas. Consequentemente, essas alterações provocam estranhamentos em seus aspectos concretos da gentrificação e simbólicos em decorrência do uso do espaço pelo turismo em si. Para ajudar na compreensão desses aspectos, neste tópico, as categorias de análise foram associadas aos seus indicadores, conforme o esquema da Figura a seguir.



Figura 28 - Esquema dos Desdobramentos da Urbanização Turística em Pirenópolis.

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Os aspectos concretos da gentrificação estão materializados no espaço provocando a reconfiguração do espaço urbano e formação de um cenário e reagrupamento social (SANTOS, 2002; SAVAGE; WARDE, 1993). Entendem-se como aspectos concretos da gentrificação as formas de reconfiguração do espaço urbano de transformações do entorno, a privativa e das áreas rurais; a formação de cenário baseado na homogeneização turística para atender esse tipo de demanda; e reagrupamento social devido à valorização imobiliária.

Associados a isso, os indicadores da categoria dos aspectos simbólicos relacionados ao espaço são a identidade, significação e valor, tendo como categoria emergente a reciprocidade do lugar. Nessa dinâmica socioespacial, os aspectos concretos e simbólicos estão diretamente interligados. Quando é feita alguma intervenção no espaço ocasionando em processos de gentrificação, ocorre perda de identidade social relacionada à perda simbólica do valor da construção social do indivíduo com esse espaço. Logo, na Figura 28, os aspectos simbólicos relacionados ao espaço foram representados utilizando-se a forma pontilhada com o propósito de evidenciar a inter-relação entre as categorias. Além disso, optou-se por desenvolver a análise deste tópico de modo não fragmentado.

Vale citar uma singularidade referente à significação do indivíduo em relação ao espaço. Quando um indivíduo se muda de um lugar ou o lugar em que ele frequenta é modificado, há uma perda de significação do espaço. Apesar do estranhamento inicial em seu novo lugar, a tendência é que esse indivíduo ressignifique, criando novos valores e identidades. Essa forma de ressignificação acontece por meio da apropriação, utilizando de forma concreta, materializando suas significações no espaço entre si (LEFEBVRE, 1991).

Nesse contexto, sobre os aspectos concretos da gentrificação, ao ser questionado se o poder público municipal partilha da ideia de formação desse processo em Pirenópolis, o Secretário ERS2-4 descreve a configuração urbana desde o turismo.

A cidade cresceu nos últimos 30 anos, porém a população cresceu muito pouco, é estável. Se analisarmos uma fotografia da cidade de 1980, é impressionante ver o tanto que ela cresceu com a construção de condomínios, casas de aluguel. Então, há um inchaço muito grande que representa um problema, pois estamos perdendo a população dentro do Centro Histórico (ERS2-4).

Esse crescimento passou a ser intensificado desde o início do Ciclo do Turismo, representando a reconfiguração do espaço urbano através do avanço das construções.

Um fator que pode ter ocasionado essa expansão das construções é a dificuldade de regulamentação e fiscalização por parte do poder público. Como o Plano Diretor não definiu as zonas de uso e ocupação do solo, muitas construções irregulares foram erguidas promovendo esse inchaço nas zonas urbana e rural.

O Quadro 1, a seguir, representa a diminuição da população do Centro Histórico em uma década, devido à movimentação para a região do entorno e nas áreas periféricas da cidade.

Tabela 2 - Objetivos específicos e procedimentos da pesquisa

Setor	1999	%	2005	%	2010	%
Centro	2.881	23,3	3.172	21,1	1.738	12,7
Vila Matutina	400	3,2	403	2,7	644	4,7
Vila Pireneus	541	4,4	591	3,9	537	3,8
Vila N. S. do Carmo	927	7,5	540	3,6	817	5,9
Vila Pompeu	316	2,6	456	3,0	208	1,5
Alto do Bonfim	1.056	8,5	993	6,6	-	-
Setor de Meia Ponte	305	2,5	529	3,5	473	3,4
Vila José Aires	253	2,0	316	2,1	272	1,9
Vila Nhonho Godinho	579	4,7	613	4,1	632	4,5
Vila Santa Bárbara	1.283	10,4	1.388	9,2	1.309	9,5
Jardim Santa Bárbara	227	1,8	646	4,3	895	6,5
Jardim Estrela Dalva	69	0,6	182	1,2	194	1,4
Vila João Figueiredo	385	3,1	385	2,6	376	2,7
Vila Nenem Jame	668	5,4	689	4,6	644	4,6
Vila Estrela Dalva II	143	1,2	416	2,8	225	1,6
Vila Jardim Kubitschek	490	4,0	314	2,1	611	4,4
Vila Cintra	304	2,5	450	3,0	558	4,0
Vila Teodoro Oliveira	425	3,5	552	3,7	534	3,8
Vila Marília	52	0,4	95	0,6	115	0,9
Vila Zezito Pompeu	222	1,8	289	1,9	239	1,7
Vila Alto da Lapa	376	3,0	245	1,6	278	2,0
Vila Peia	253	2,4	581	3,9	743	5,4
Vila Boa	44	0,3	90	0,6	56	0,4
Vila V. R. Godin	104	0,8	338	2,2	461	3,3
Jardim Taquaral	-	-	65	0,4	88	0,6
Jardim Esmeralda	-	-	114	0,8	239	1,7
Jardim Pireneus	-	-	123	0,8	197	1,4
Park Jardim Brasília	-	-	98	0,6	200	1,4
Vila Santa Luzia	-	-	22	0,1	218	1,5
Setor Babilônia	-	-	199	1,3	210	1,5
Setor Centro Esportivo	01	-	160	1,1	-	-
Setor Aeroporto	-	-	13	-	30	0,2
Morro Santa Bárbara	-	-	-	-	157	1,1
Total	12.304	100	15.067	100	13.898	100

Fonte: Adaptada de Carvalho (2010, p. 252).

De acordo com o quadro, em 1999, a população do Centro era de 2.881 habitantes, representando um aumento, em 2005, para 3.172. Acredita-se que esse aumento populacional de 2,2% foi impulsionado pelo desenvolvimento do turismo desta época. Já em 2010, houve deslocamento da população do Centro, diminuindo para 1.738 o número de habitantes. Durante a coleta de dados, não foi possível encontrar informações que permitissem a atualização dessa tabela.

Por meio das entrevistas, identificou-se um afastamento cada vez maior dos residentes do Centro para as áreas periféricas da cidade. Devido aos processos de reconfiguração do espaço e reagrupamento urbano, o Centro Histórico, é visto como um cenário para o turista e possui baixa densidade demográfica. Isso acontece devido à especulação imobiliária e intensificação do comércio nessa área valorizada, conforme explica o ex-funcionário do Iphan, ERS1-1, “inflacionou o metro quadrado e várias pessoas começaram a construir escondido aproveitando os espaços que tinham para fazer renda ou venderam suas casas e mudaram para os bairros”.

Foram identificados três tipos de transformações na reconfiguração do espaço em Pirenópolis, sendo, a do entorno, a privativa do espaço e a das áreas rurais. A transformação do entorno representa as edificações de residências modernas e pousadas, como a Vila Zezito Pompeu I e II (conhecida como Alto do Carmo) e Vila Vulpina. Segundo a agente do poder público, ERS2-5, essas áreas periféricas do entorno são caras devido à especulação imobiliária.

Geralmente, como as casas do Centro Histórico possuem alto custo de manutenção, a maioria das famílias acaba vendendo suas propriedades para os empresários de fora da cidade ou as transformam em pousadas. Isso faz com que haja um deslocamento dos antigos moradores pirenopolinos para o entorno da cidade, conforme a agente do poder público, ERS2-5, descreve a configuração do cenário atual.

O pirenopolino só está conseguindo comprar casas na zona rural, porque a periferia está sendo ocupada pelos condomínios fechados ou horizontais dos moradores temporários que costumam comprar lotes na cidade junto com grupos de amigos (ERS2-5).

A transformação privativa do espaço integra parte do entorno e caracteriza-se pelas construções de condomínios fechados, cujos proprietários residem definitiva ou temporariamente na cidade. Esse fenômeno do reagrupamento social é uma formação do território em condomínio cuja fragmentação urbana gera diferentes identidades dentro de uma mesma malha urbana, de acordo com a reconfiguração espacial. Nesse processo,

o espaço é uma propriedade privada de fragmentação, sendo condição para o desenvolvimento do capital e, por isso, as pessoas de menor poder aquisitivo são excluídas dessa área, havendo, portanto, uma de segregação socioespacial (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2012).

Nota-se, de um lado, a segregação forçada pela inviabilidade de compra de terreno na área do entorno devido à especulação imobiliária por parte dos pirenopolinos. E, do outro, a auto segregação, por parte da classe dos moradores temporários e empresários que vivem por opção, longe do centro, das escolas, das unidades de saúde e dos comércios.

Em complemento, cabe destacar que os pirenopolinos estão se afastando cada vez mais para as áreas rurais do município, ocupando as zonas conhecidas como Passagem Funda e Vila Mutirão, por exemplo. Essa transformação da área evidencia dois aspectos singulares da gentrificação, na sua forma concreta e simbólica. A primeira, representada pela movimentação da instalação de residência para a área rural, gera estranhamentos por parte da população que se tornam mais frequentes em razão das constantes mudanças. A simbólica é referente à perda de significação do lugar por ser distinta daquela pretendida pelos que controlam as mudanças espaciais. Esse processo resulta na perda da significação dos moradores e acaba prejudicando o estímulo à interação.

Sobre o processo de gentrificação o agente público ERS2-4, faz uma crítica diante do contexto atual.

Eu participei das discussões do Plano Diretor e, desde a aprovação do primeiro, em 2002, temos muita dificuldade em relação à gentrificação, pelo fato de estar transformando o Centro Histórico em um shopping. As famílias saem e vão para a periferia. Praticamente a população está sendo expulsa da cidade no sentido de que o patriarca morre e os filhos vendem para um terceiro. Esta casa é usada para aluguel ou ao final de semana. Então, temos muitas casas vazias e isso é uma característica interessante, pois a pessoa não declara que aqui é a segunda residência. (ERS2-4).

Em complemento ao trecho acima, o ex-funcionário do Iphan, ERS1-2 é enfático ao afirmar que “Pirenópolis está virando um shopping a céu aberto, a cidade está perdendo a sua essência, se prostituindo, se descaracterizando. Mas onde não aconteceu isso?”. Todavia, ao final de sua fala, ameniza esse desdobramento justificando como normal, sendo um processo de naturalização decorrente do uso do espaço. Afinal, isso ocorre em vários lugares, e não haverá problema se ocorrer em Pirenópolis, conforme demonstra em sua fala.

A caracterização do Centro Histórico como um shopping marca a gentrificação onde houve intervenções que produziram o espaço urbano para a atividade turística, por meio do forte apelo visual construído para os turistas (LEITE, 2007). Essas intervenções são realizadas pelos agentes do governo federal, através do Iphan, estadual e municipal que trabalham juntamente com os empresários na busca da homogeneização dos espaços para atração dos turistas, visando o desenvolvimento econômico para a cidade.

Porém, essa tendência à homogeneização, decorrente da gentrificação, gera desdobramentos concretos quando afasta moradores para as áreas periféricas, situados longe dos comércios, escolas, postos de saúde e outros estabelecimentos que oferecem serviços e tendem a serem concentrados no centro da cidade. Além disso, promove a perda dos elementos identitários da população local, quando se trata desse local que possui um contexto patrimonial histórico cultural envolvido.

O afastamento da população para áreas mais periféricas é uma questão preocupante. Segundo a agente do poder público ERS2-5, devido à especulação imobiliária e às condições de subemprego oferecidas pelo mercado turístico, o pirenopolino não possui poder aquisitivo para comprar lotes no entorno e tampouco no Centro Histórico, ocasionando um afastamento cada vez maior da população para as áreas rurais.

O pirenopolino está indo para a área rural, que é mais afastada ainda, para pequenos lotes, muitas vezes irregulares, que não estão dentro da metragem que a lei obriga. É por isso que o PDP está nesse impasse e, ainda, as áreas que mais se valorizam estão subindo para as nascentes. O PDP deveria barrar isso, mas tem envolvido todo um jogo de interesse econômico, político e muito pouco voltado para essa população que está sendo expulsa, e expulsa com vontade, para áreas cada vez mais distantes do centro (ERS2-5).

Essa exclusão acaba isolando, segregando e gerando conflitos negativos, como esfacelamento da identidade social, que dificilmente é reconstruída pelos indivíduos frente a áreas que a eles são negadas ou negligenciadas. Toda essa dinâmica desencadeia no alijamento da população marginalizada às periferias. Essa diáspora decorre em perda da significação socioespacial fazendo com que os marginalizados tenham que ressignificar, social e economicamente, nesses novos locais.

A desigualdade socioespacial e a precariedade dos modos vida são produtos da urbanização turística (LUCHIARI, 2004), consequentes do modo de produção capitalista (HARVEY, 2014). É fundamental para a análise da produção do espaço urbano, da desigualdade socioespacial, que se compreendam os desdobramentos desse processo.

Dentre os problemas do Centro Histórico identificados pelo diagnóstico do Plano Diretor no ano de 2002, a baixa densidade demográfica já representava uma movimentação da população para o entorno, característica proveniente da mudança da utilização dos casarios. As residências passaram a ser usadas para fins de outras atividades, reconfigurando-se em pousadas, bares, restaurantes, lojas de artesanatos e diversos comércios que foram se incorporando em função do desenvolvimento do turismo (PDP, 2002).

A dinâmica urbanização turística provoca o reagrupamento social causado pela gentrificação. A moradora da Vila Matutina, ER4-36, contextualiza esse processo apontando que o ganho financeiro dos pirenopolinos associa-se à construção civil.

Eles constroem uma boa casa, não para viverem dentro, mas para alugarem aos finais de semana e vão para uma roça para se esconderem. Alugando sua casa por R\$ 1.500,00 todo final de semana, sua vida tá ganha. Muita gente tá vivendo assim, porque o poder público está deixando ser assim. Quem tem poder aquisitivo para transformar sua casa em pousada, o faz. Quem não tem, é obrigado a conviver com essa anarquia, bagunça barulho, lixo, e, no dia seguinte, é obrigado a acordar cedo para trabalhar. Às vezes você liga para polícia 10 vezes e ela não vem mais; liga na Central da Postura e ninguém atende. Aí, o povo daqui fica louco pra mudar pra roça porque não aguenta mais viver na rua. Isso está virando cidade fantasma (ERS4-36).

Dentre os desdobramentos da urbanização turística em Pirenópolis, ocorre a substituição da vida cotidiana pela transação comercial. As pessoas estão saindo da sua própria casa transformando-as em pousadas para receber os hóspedes e investindo como uma oportunidade de negócio. A entrevistada ERS4-36 ainda destaca uma característica peculiar sobre esse desdobramento: alguns pirenopolinos alugam suas residências aos finais de semana e vão para locais mais afastados. Com isso, eles ganham dinheiro e se afastam da bagunça causada pela invasão turística.

A falta de controle e planejamento, por parte dos gestores, induz a população local a buscar lugares afastados, fugindo do centro e da desordem provocada pelos turistas. Não existe uma diligência para conter abusos relacionados a descartes indevidos de lixo, som acima do limite tolerável, posturas indevidas, trânsito caótico. A tranquilidade de morar em lugares afastados do fluxo turístico e a possibilidade de aumentar a renda com o aluguel das casas no Centro é um estímulo para o pirenopolino enfrentar os percalços de morar nas periferias e nas áreas rurais.

Esse reagrupamento social e reconfiguração do espaço revela uma cidade praticamente abandonada durante a semana. Aos finais de semana e feriados, os turistas

ocupam as casas da área central. Nessa perspectiva, de acordo com a gestora pública ERS2-5, é fundamental pensar nas políticas públicas de atração turística, uma vez que,

O turista vai chegando e usufruindo de todo o espaço que é construído pra população local. Ele está na rua, no posto de gasolina, no restaurante, na igreja. Ele ocupa o espaço que normalmente deveria ser ocupado pela comunidade que vive na cidade (ERS2-5).

A partir do momento em que o turista traça a sua rota de viagem, escolhe os atrativos para visitar, os restaurantes que irão fazer suas refeições e em qual local irá se hospedar. É válido notar se há algum interesse em conhecer as pessoas que vivem nesse destino e quais são suas tradições. Em geral, o visitante não absorve e nem cria relação com o lugar, conforme evidencia a empresária ERS3-12.

Em datas específicas, como Reveillon, dá vontade de sumir daqui. O que essas pessoas vêm fazer aqui? Por que elas vêm para cá? Virou um lugar de vandalismo, libertinagem e farra não saudável. O que eu tenho feito? Fecho as portas do meu comércio, porque não tenho segurança. Se entrarem dez pessoas no meu estabelecimento, eu não tenho controle de nada. Quando a cidade lota, acaba tudo, a água, energia, os itens do supermercado esgotam, o trânsito não funciona, não tem condição. Nos feriados eu não coloco os pés para fora de casa. Infelizmente precisamos selecionar o tipo de turista para valorizar o que temos aqui. A cidade está perdendo a sua característica e o seu contexto social. Onde está aquela cidade linda, cultural e histórica? (ERS3-12).

É válido citar que esta empresária tem a população pirenopolina como público alvo devido à localização de seu estabelecimento. Notou-se em sua fala um sentimento de aprisionamento ao local relacionado ao medo revelado nas épocas de datas comemorativas e feriados, como “fecho as portas do comércio” e “não coloco os pés para fora de casa” (ERS3-12). Como destaca a entrevistada, depredar e praticar vandalismo na cidade são atos característicos de abandono às atividades que envolvem as tradições culturais e patrimoniais.

Esse tipo de comportamento também foi facilmente identificado nas entrevistas da população local, como relatado: “o carnaval e o Reveillon são festas atormentadoras, pesadas, a cidade fica tomada, não dá pra sair de casa” (ERS4-34). E pela moradora ERS4-29,

a festa de final de ano foi o horror: no dia seguinte tinha caco de vidro pra todo lado. Você pensava que a rua tinha sido construída por caco de vidro, foi um exagero e acho que não teve quem não ficasse horrorizado com o que viu. Era tanta gente que não sabíamos de onde tinha saído aquilo e a cidade não comporta isso tudo (ERS4-29).

Por meio dessas falas, percebe-se a inexistência de reciprocidade do visitante com o lugar formado por um tipo de comportamento que se mantém distante do local receptor. Esse comportamento gera um sentimento de repulsa por esse tipo de visitante que, além de não trazer nenhum benefício para a cidade, ainda marca sua passagem com lixo, desordem no trânsito e comportamentos não aceitáveis.

Nesse contexto, a moradora do Centro Histórico, ERS4-42 ressaltava que a dificuldade de convivência com os turistas se tornou uma experiência amedrontadora, visto que já foi ameaçada de agressão.

Para completar minha alegria, agora, ao lado da minha casa tem um *Hostel*. Aos finais de semana eu praticamente não durmo, os jovens que ficam hospedados lá ficam com o som ligado 24 horas e na maior altura. Meus filhos têm até com medo porque eu sempre vou lá reclamar, teve gente que já até tentou me agredir quando estava bêbado. Quem é daqui às vezes nem percebe porque mora afastado da cidade e vai para a chácara, mas como eu não tenho isso, sou obrigada a ficar aqui (ERS4-42).

Esse fluxo turístico é visto pelos pirenopolinos como movimentos de invasões, sendo uma das restrições do desenvolvimento urbano. Conforme descreve a moradora do Centro, ERS4-40,

apesar de existir o bom turista, que traz dinheiro para a cidade, tem o farofeiro que vem de ônibus e só vem para fazer bagunça e trazer lixo. Esse não traz nada de bom para a cidade. Nas festas de carnaval e Reveillon é o inferno. O comerciante tem que ganhar dinheiro sem prejudicar os moradores. O turista estaciona onde quer, o Centro Histórico vira o caos e a prefeitura não faz nada. O pirenopolino que estaciona errado no meio da semana é multado, já turista pode fazer o que quiser. Já demos opinião para fechar o Centro Histórico impedindo a passagem de carro, mas não adiantou (ERS4-40).

Observou-se, por meio da pesquisa de campo e das entrevistas que, apesar do turismo trazer algumas melhorias para o espaço urbano e aumento da renda para a população, o pirenopolino sente-se acuado no seu lugar, desenvolvendo um sentimento de falta de pertença em seu ambiente e, conseqüentemente, criando uma animosidade com os forasteiros.

O fragmento acima é característico de uma conduta que exprime o modo superficial do turista perante a localidade visitada. A princípio, não há reciprocidade entre os visitantes e os moradores, não existindo troca de experiências. Isso pode resultar em um descompromisso de ambas as partes e, conseqüentemente um comportamento reprovável dos turistas e antipatia por parte dos moradores.

Por meio das entrevistas com os turistas, percebeu-se um contato efêmero com o local. De acordo com o turista ERS5-52, “são tantas cachoeiras para conhecer e um Centro Histórico que me deixou com vontade de passar semanas apenas caminhando pelas ruazinhas e apreciando as belezas naturais”. A turista ERS5-53 partilha da mesma concepção: “só estou passeando pelo Centro Histórico para conhecer a cidade, que, por sinal, é encantadora e possui uma riqueza histórica e cultural”.

Na atividade turística a relação com as especificidades do local captadas no encontro com os moradores ainda permanecem em segundo plano ou são negligenciadas. Isso demonstra que não há um interesse por parte do turista em conhecer a população local. Desse modo, há um contato breve do turista com o lugar, podendo gerar descompromissos elencados pelos moradores, como, por exemplo, o desrespeito com o barulho.

Além disso, foi possível identificar um sentimento de pertença em relação ao espaço utilizado pela comunidade que pode gerar conflitos quando outros atores, neste caso os turistas, fazem o uso desse espaço. Esses conflitos se formam devido à construção histórica do morador e à sua vivência no espaço que acabam criando um ressentimento em relação à invasão do turista.

O distanciamento formado entre o turista e o morador não deriva de um processo voluntário. Há na própria estratégia de desenvolvimento turístico um conjunto de especificidades que não favorece esse encontro entre turistas e moradores, e que mesmo os primeiros visitantes que chegam na cidade sentem essa carência. Exemplo disso são os espaços para eventos, citados anteriormente. A cidade não oferece uma infraestrutura adequada que permita um espaço para essa interação entre o morador e o turista e isso foi relatado por alguns turistas como um fator negativo da atividade. Segundo ERS5-48, “a cidade precisa incentivar a população a conversar com a gente. Nós, turistas, apenas queremos desfrutar do que a cidade pode proporcionar”.

Percebeu-se nesse relato que não há espaço para participação dos turistas na comunidade. Nesse sentido, as ações são implementadas de forma desordenada, sem planejamento das diretrizes, provocando insatisfação da população local e, também, do turista que busca diversão. Isso ocorre devido à inexistência de um direcionamento com foco turístico que permita a integração, visto que há uma necessidade de planejar o turismo no sentido de valorizar os costumes da cidade. Envolver o turista na história de Pirenópolis, na importância da sua cultura, festejos e tradições o que poderia abrandar a falta de reciprocidade entre o morador local e o visitante.

Na ocupação dos espaços, que normalmente são apropriados pela população local, podem surgir tensões entre eles e os moradores por esses se sentirem invadidos. Isso se deve em razão do complexo processo de produção do espaço que é formado ao longo dos anos, não somente em razão da presença do turista, mas, sobretudo em relação às transformações espaciais para atender as demandas do turismo, implicando a necessidade de ressignificação quanto aos “novos lugares” produzidos a partir dessa dinâmica.

O caráter invasivo desvelado através da atividade turística transforma também o caráter relacional do lugar. Um lugar só é como tal para aqueles que o frequentam e experienciam suas ações e interações por meio de ações e significações, constituídas de símbolos que representam seus valores e identidades (LEITE, 2007; AUGÈ, 2010). Uma moradora do Centro Histórico ressalta sua insatisfação quanto ao crescimento do turismo, considerando que “antes aqui era uma paz, o meu cantinho, agora com esse barulho não é mais” (ERS4-40). Assim como acontece em Pirenópolis, a urbanização turística desenvolvida para atender a demanda do contexto atual, além de não ser experienciada pela população local, mostra-se diametralmente oposta aos sentidos historicamente imputados, como calma e agitação, ordem e desordem, paz e baderna.

O elemento simbólico forma-se por meio de práticas constituintes do caráter relacional que acontecem dentro do território e podem gerar sentimento afetivo positivo ou negativo. Conforme menciona o morador ERS4-31, “se pegarmos uma foto antiga da Rua Direita, vemos o quanto descaracterizou do original e não temos mais lembrança da nossa infância de quando brincávamos nessa rua”. A partir desse pensamento é possível entender que o caráter afetivo existe quando remete às experiências cotidianas, reforçado também pela fala da moradora ERS4-36.

O turismo até tinha uma vantagem da parte econômica para quem vive disso, mas agora já está entrando na linha da desvantagem porque transforma a minha cidade em algo que não reconheço. A minha cidade já não é mais minha. Eu gosto de uma coisa mais organizada: a cidade é minha, você vem aqui e usa com cuidado. Eu, como moradora, durante a semana ainda estou na rotina normal, estou trabalhando, preciso do meu carro (“ah, porque não larga seu carro em casa?”); e porque o turista não larga o carro dele em casa? Eu tenho que ir para casa fazer almoço, deixar meu filho na escola e voltar para o trabalho. Como é corrido, preciso do meu carro! O povo começa a chegar aqui na quinta. A população é obrigada a correr e aumentar o percurso porque não tem ninguém no trânsito para organizar isso. A bagunça tá feita e o pau tá quebrando. Eu me sinto invadida e acuada o tempo todo (ERS4-36).

Devido aos estranhamentos frente às mudanças espaciais, a população local visualiza o Centro Histórico como um cenário, ou seja, um espaço concebido para o

turismo o qual não há mais espaço para sua vivência. Por isso, o Centro Histórico é interpretado por essa mesma entrevista em outro trecho acima como uma “cidade fantasma”, na qual ela não se sente integrante e não possui sentimento de pertença.

Para além das edificações e logradouros, mudanças profundas foram observadas, também, no uso dos quintais. Ao perguntar para o morador ERS4-19 sobre o que o espaço urbano representa para ele, a resposta foi: o espaço é o “meu mundo. O meu quintal é meu mundo!”. O apego sentimental aos quintais representa a referência aos sistemas de signos e significações do cotidiano do indivíduo e, por isso, expressam a identidade do indivíduo com o lugar. Essa formação da identidade do indivíduo com o lugar é fruto de uma construção social, consoante com as experiências individuais e que influenciam no processo de disputa do território. A territorialidade pode ser entendida como uma síntese identitária de um caráter relacional de significações e valores em relação. Ou seja, segundo Carlos (2017), a disputa pelo território expressa uma significação construída pelo indivíduo em relação ao lugar.

Vale mencionar que, segundo a Portaria do tombamento (Art. 4º, § 7º), os quintais das casas coloniais do Centro Histórico devem ser preservados. De acordo com PDP (2002), os quintais representam um grande patrimônio paisagístico. Eles asseguram uma densidade considerável de área plantada por quadra. Neles predominam as árvores frutíferas de grande porte como cajueiros, mangueiras e outras (que atraem os pássaros). A preservação desses espaços verdes é fundamental para o equilíbrio da temperatura e contribui, também, para a imagem urbana. Visando sua integridade e perpetuação, os quintais devem estar estabelecidos na forma de incentivo fiscal.

Todavia, apesar do incentivo fiscal por parte do poder público, o relato do proprietário de um imóvel que possui um quintal, o morador ERS4-19, a sua percepção em relação aos órgãos reguladores.

Antigamente, os quintais eram utilizados como fonte do próprio sustento da família com a criação de animais, frutas e verduras. Eu ainda consigo manter o meu, com minha plantação, mas os vizinhos implicam com minhas plantas por causa de infiltração, acredita? Hoje, infelizmente, como dão acesso para a outra rua, esses lugares estão sendo perdidos para abertura de comércios para o turismo (ERS4-19).

Por meio das entrevistas, foi possível identificar como os proprietários dos casarios sentem-se tolhidos para usar e adaptar suas próprias residências. Isso revela a obrigatoriedade de seguirem as exigências do Iphan podendo ser confirmado através do

trecho da moradora ERS4-18, que não se sente dona do próprio imóvel, por possuir um patrimônio tombado.

Depois que tombou ficou ruim para o morador, principalmente para os que não têm uma situação econômica financeira muito boa, porque o Iphan implica com tudo. Aí você não pode fazer mais nada porque você já não é mais dono do seu próprio imóvel (ERS4-18).

Basicamente, a regulamentação do Iphan em relação aos casarios pode ser resumida seguinte forma: os quintais são considerados constituintes da beleza do Centro Histórico e, por isso, a alteração e construção nestas áreas são autorizadas somente dentro de um limite estabelecido por um percentual específico pelo Iphan. Nos casarios, só é permitida a instalação de portas, portões e janelas de madeira e telhas de barro (coloniais ou comuns). Nas áreas do entorno, pode ser utilizada a telha tipo “plan”, sendo proibido o uso da telha de amianto (CARVALHO, 2010).

A moradora ERS4-42 destaca a dificuldade do alto custo de vida no Centro e da manutenção das casas coloniais.

As casas foram projetadas antigamente com fossas sépticas para atender as famílias do século XVIII. No *Hostel* acontece isso direto, o dono aluga para qualquer um, daí enchem a casa de gente e a fossa transborda descendo tudo de ruim para minha casa. Além da gente não ter dinheiro para as reformas conforme as exigências do Iphan, ele não permite as obras de adaptação das casas para o contexto atual (ERS4-42).

Novamente, percebe-se o comportamento unilateral por parte do poder público em relação à falta de infraestrutura e planejamento da cidade. Não obstante a importância do tombamento para manter o patrimônio da cidade, é preciso apontar a necessidade de mudanças na gestão do patrimônio material, sobretudo em relação à comunicação e à forma impositiva de atuação. Segundo o morador ERS4-44, o Iphan “não comunica nada, ele não quer nem saber a opinião pública, só quer mandar. No *Facebook* até que divulga um pouco, mas nada muito benéfico para a população”.

A falta de comunicação, segundo o empresário ERS3-9, é também uma crítica do empresariado que alega a importância do trabalho em conjunto, incluindo a sociedade e o poder público municipal, para o bom desenvolvimento do turismo.

Não existe comunicação e nenhum canal de discussão com a sociedade. A minha crítica é: a quem pertence o nosso patrimônio? Como o próprio nome já diz: é aquilo que nós herdamos, é um legado dos nossos pais. Então, a cultura, a arquitetura, tudo aquilo que nos foi herdado e é o que eu recebi (e não construí). Mas ele de quem ele é? É de quem detêm e mantêm: o técnico. Minha crítica não é sobre o tombamento, mas sim sobre a gestão do Iphan que é mal regulamentada, de baixa comunicação, publicidade e legalidade (ERS3-9).

Através desta fala, entende-se que a não permissividade de comunicação do Iphan com a população faz com que haja uma apropriação do patrimônio para o órgão de proteção. Ele deixa de ser relacional, fluido, mutável, para algo engessado, contemplativo e fixo no tempo-espço.

É necessário que o poder público compreenda que a preservação patrimonial faz parte do conhecimento da história e memória representadas por meio de lembranças materializadas na existência da preservação desse patrimônio (MENESES, 2004). Nesse sentido, é fundamental a construção dos lugares de memória que são constituídos a partir da criação de um papel social, concebendo sentidos e significações à coletividade e permitindo o desenvolvimento do patrimônio histórico. Os lugares de memórias permitem a interpretação do patrimônio e a realização da leitura crítica dos mesmos. Dessa forma, a preservação histórica não deve representar simplesmente uma coletânea de objetos raros no espaço-tempo. A preservação deve ser interpretada de modo que consiga cumprir o seu papel formador de identidade social e cultural, do qual a população se sinta integrante no tempo passado e consiga se situar no momento atual identificando seus símbolos e percebendo seus valores.

Vale refletir sobre o modo arbitrário da aplicação das leis do tombamento que determina o modo de vida de quem habita em uma edificação arquitetônica patrimonial. O Iphan, segundo o ex-funcionário do órgão ERS1-2, não segue uma padronização. Os técnicos atuam avaliando cada caso, sempre regulando para evitar a descaracterização dos bens imóveis.

Sou o proprietário desta casa, mas só com a autorização do Iphan consigo fazer intervenções. É claro que não dá para ter muito rigor em relação à preservação do uso habitacional porque preciso de um banheiro (quando comprei essa casa não tinha banheiro na parte de dentro), preciso de uma cozinha que permita a utilização dos eletrodomésticos que trazem conforto à vida cotidiana. Então, o Iphan possui uma tolerância no sentido dos imóveis particulares. Já com os imóveis públicos, a lente aumenta, a gestão atua com mais rigor às características essenciais. Resumidamente, do ponto de vista da habitação particular o Iphan faz uma gestão sobre o cenário do espaço público sobre as fachadas e volumetria. Isso, na verdade, é um grande cenário, quando você entra, sente a ambiência que não vê nas cidades grandes que são as casinhas coloridas, pequenas, as ruas tortas e isso é o que agrada (ERS1-2).

Por meio desse trecho, percebe-se como é a relação do espaço com o modo de vida do indivíduo a partir do momento em que o entrevistado descreve sobre a adaptação do banheiro e da cozinha. Através da pesquisa de campo e visitação a algumas casas coloniais, identificou-se que, antigamente, as construções, edificadas há quase duzentos anos, possuíam uma estrutura básica de um corredor de entrada, dormitórios, varanda, banheiro (único), a pia na sala, jardim interno e quintal nos fundos. Devido ao desenvolvimento turístico, houve a reconfiguração do espaço e consequente descaracterização dos imóveis, como o corredor que passou a ser porta de acesso para os novos quartos das pousadas; foram construídos mais banheiros na casa; a grande varanda foi dividida para a inclusão de mais quartos; o quintal passou a ter piscina.

A visão tecnicista dos órgãos públicos e da própria população em manter um cenário é muito comum nas cidades turísticas. Isso foi identificado nas próprias falas supracitadas: “isso é o que agrada” (ERS1-2) e “se é para ficar bonito para o turista” (ERS4-18). Dentre as vantagens do turismo para o município, uma das questões recorrentes mencionadas nas entrevistas, principalmente por parte dos moradores, foi em relação à geração de emprego e renda. O empresário ERS3-10 evidencia que “se não tivesse o turismo, a gente não teria trabalho e a cidade já teria se acabado. O turismo impulsionou o desenvolvimento da cidade, movimentou a economia, empregou e emprega muita gente”. Além disso, a moradora ERS4-38 frisou a vantagem do patrimônio cultural,

Como a nossa cidade é histórica e tombada pelo patrimônio, já temos um mercado turístico. Para os comerciantes é excelente. Antigamente, só tinha funcionário de pedreira ou funcionário público, precisávamos sair da cidade para ir ao médico, fazer compras; hoje não mais. O turismo movimentou a cidade, fortaleceu a renda local e valorizou a cidade (ERS4-38).

Nesse sentido, o modo de regulamentação do Iphan trazem definições que fazem parte do processo de homogeneização do espaço urbano para constituição dos cenários o que, de fato, atrai o público turista em uma cidade histórica. Nesse aspecto, de acordo com a moradora ERS4-24, “o tombamento trouxe visibilidade, responsabilidade, além de promover o resgate do patrimônio. Os casarões estão bem conservados. O tombamento produziu um cenário lindo!”. Essas ideias positivas quanto à produção do cenário foram identificadas nas entrevistas dos turistas, como “a beleza do cenário de Pirenópolis é o que nos faz ter vontade de voltar na cidade” e “é uma cidade muito atraente e encantadora” (ERS5-47). E também foi identificada por empresários, como o proprietário de uma pousada: “cada dia que passa tá melhorando para receber o turista. A gente vê de longe e parece até uma maquete” (ERS3-13).

No Centro Histórico as tradicionais casas coloniais, cujos elementos caracterizavam o patrimônio pirenopolino foram perdendo a sua essência se transformando em um cenário turístico. Devido ao processo de gentrificação, os casarões foram adaptados transformando-se em comércios e fragmentando-se perdendo a essência colonial, de acordo com a especulação imobiliária.

Um exemplo claro do processo de gentrificação é a Rua do Rosário, reconhecida como Rua do Lazer, conforme destaca o agente do poder municipal ERS2-6 e ex-morador dessa localidade.

A casinha que nós tínhamos na Rua do Lazer era na beira Rio das Almas e foi vendida quando meus pais morreram. Meus irmãos não quiseram segurar porque o local valorizou tanto que não serviu mais pra gente e não nos coube mais. A valorização vai de encontro com a situação atual e a especulação imobiliária foi muito berrante na nossa cidade (ERS2-6).

No trecho da fala acima é possível compreender os desdobramentos dos aspectos concretos e simbólicos da gentrificação. A referência do local da casinha perto do Rio das Almas representa o caráter relacional do morador (ERS2-6) com o lugar. Neste local, em que ele morava com a família desde quando nasceu, percebe-se um valor simbólico, porém devido à morte dos pais precisou desocupar o imóvel para venda, havendo a perda da significação.

O interesse dos irmãos em vender a casa na Rua do Lazer foi devido à especulação imobiliária existente no local derivada do fluxo turístico. Consequentemente, houve realocação da população para áreas periféricas da cidade. Antigamente, a rua que era residencial foi “de encontro com a situação atual” do desenvolvimento turístico, transformando-se em cenário. Atualmente, neste local é onde

se encontram os principais pontos de comércio e restaurantes. Esse espaço, assim como outros locais do Centro Histórico, foi modificado com a pretensão de despertar o interesse do turista através da homogeneização, realçando as formas estéticas e as casas coloniais.

Entretanto, a constituição desse cenário, segundo a moradora ERS4-21, revela problemas para a população.

Cidade turística é um problema muito sério. O Iphan não está interessado nos moradores e sim nos turistas, então, o que é para beneficiar o morador, tanto faz e o que é para beneficiar o turista vale tudo. Eles querem aquela cidade linda, as casas com as paredes limpinhas, tudo bem bonitinho para tirar foto (ERS4-21).

Novamente, a fala da moradora evidencia a falta de interação entre os órgãos públicos e a população. A ERS4-21 afirma que o órgão responsável pela gestão do patrimônio público preocupa-se em beneficiar os atrativos turísticos, proporcionando uma cidade aparentemente bonita. Entretanto, as externalidades negativas acabam sendo alocados para as áreas periféricas, como as construções irregulares que estão avançando para as nascentes e foi citado anteriormente pela gestora pública ERS2-5.

Além disso, é fundamental compreender os sentimentos de pertença e de identidade da população. Por meio das entrevistas com os moradores, foi possível identificar o valor sentimental em relação à riqueza patrimonial da cidade dos bens materiais “os casarões, as ruas e igrejas são encantadores” e imateriais, conforme destaca ERS4-38. Os bens materiais do município significam, segundo o Art. 99 da LOMP, “todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam”. Os bens de natureza material e imaterial do patrimônio cultural de Pirenópolis estão dispostos no Art. 178, parágrafo único desta lei conforme disposição abaixo.

É considerado patrimônio da cultura pirenopolina as manifestações artísticas e populares tradicionais cultivadas em Pirenópolis, devendo o Município garantir sua preservação e promover, junto com a população, seu desenvolvimento, como também evitar sua folclorização e mercantilização (LOMP, Art. 178, 1990).

Na perspectiva do desenvolvimento estratégico turístico, essa riqueza patrimonial só se torna um potencial atrativo, a partir do momento em que a localidade apresenta instrumentos de cooperação e gestão que colaboram para a resolução de problemas inerentes ao turismo dos bens patrimoniais (TROITIÑO, 2004). Tais

problemas referem-se à ocupação irregular e expulsão dos moradores que se desdobram em processo de gentrificação.

Da mesma forma que a atividade turística promove o desenvolvimento local, causa, em contrapartida, destruição das comunidades, das tradições e da natureza, ocasionando em processos de gentrificação. O turismo não deve ser tratado somente como uma atividade econômica, pois é materializado no espaço através da representação de um conjunto de signos, valores sociais e resistências. Por isso, as ênfases econômicas do desenvolvimento de essência capitalista, não deveriam preponderar sobre as humanas (HARVEY, 2014).

No cenário turístico, a disputa espacial representa uma experiência contraditória pelo fato do indivíduo ter que dividir seu espaço de vivência com o outro. A maior consequência negativa do turismo, segundo a Secretária Municipal ERS2-5, se resume dividir o espaço com o desconhecido, pois, “uma coisa é dividir o espaço de vivência com as pessoas que compartilham com você a mesma existência, como os vizinhos, amigos e parentes, a outra, é ter que dividir o mesmo espaço com o turista”.

Nessa urbanização turística do contexto atual, vale compreender o que de fato representa para a população pirenopolina, identificando a preservação patrimonial como parte constituinte do conhecimento da história e memória representadas por meio de lembranças materializadas na existência da preservação desse patrimônio (MENESES, 2004). Nesse sentido, é fundamental a construção dos lugares de memória que é constituído a partir da formação de um papel social que formam sentidos e significações à coletividade permitindo o desenvolvimento do patrimônio histórico.

Os lugares de memórias permitem a interpretação do patrimônio e a realização da leitura crítica dos mesmos. Dessa forma, a preservação histórica não deve representar simplesmente uma coletânea de objetos raros no espaço-tempo. A preservação deve ser interpretada de modo que consiga cumprir o seu papel formador de identidade social e cultural do qual a população se sinta integrante tempo passado e consigam se situar no momento atual identificando seus símbolos e percebendo seus valores.

Todavia, as transformações ocorridas pelo processo de urbanização turística acabaram convertendo os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural em mercadoria, colocando o Centro Histórico nas dimensões de reprodução capitalistas. Seguindo a perspectiva de Troitiño (2004), apesar de a localidade tentar apresentar instrumentos de cooperação que visam contribuir para resolução dos problemas turísticos referentes ao patrimônio, de nada adianta, visto que, segundo relatos de

entrevistas, não existe conversa com a população local para auxiliar no desenvolvimento estratégico turístico.

Dentre as desvantagens da atividade turística, a moradora ERS4-17 diz que a “gente perde a privacidade da cidade”. O empresário ERS3-15 destaca os três maiores problemas: ocupação irregular, segurança e qualidade ambiental, considerando a geração altíssima de resíduos. Sobre a destinação do lixo, a moradora ERS4-18 foi mais específica,

a gente tem um problema seríssimo de lixo ali na beira do Rio das Almas, onde todos os botecos da Rua do Lazer fazem o descarte. É uma sujeira, uma moscajada, um nojo, uma coisa horrorosa. Então era a primeira coisa que tinha que ter tomado uma providência porque ali é o centro, é onde o turista circula o tempo todo. Se for pra ficar bonito para o turista, então tá perdido (ERS4-18).

Resumidamente, o aumento do fluxo turístico veio acompanhado da extrapolação da capacidade de carga de veículos e consequente desorganização do trânsito, visto que as ruas do Centro Histórico foram edificadas em uma época em que não havia automóveis; aumento da violência e roubos, prejudicando a segurança urbana; e ocupações irregulares devido à valorização imobiliária marcada pela reconfiguração espacial.

Por meio das análises, foi possível compreender que a produção espacial, desenvolvida para atender a demanda turística, provoca desdobramentos concretos (como os processos de gentrificação e de valorização imobiliária); e simbólicos (como a perda da identidade socioespacial). No Centro Histórico de Pirenópolis, o turismo patrimonial é uma forma de apropriação turística, construída na espacialidade e caracterizada por dois fenômenos contraditórios que são único e universal, tendo cada um os seus atributos específicos (NURYTANTI, 1996). Materializada no espaço-tempo, a herança do patrimônio histórico é reinterpretada e recriada pela sociedade de acordo com o contexto, os valores sociais e culturais. Associado a isso, ocorre a ressignificação socioespacial causada pelo processo de gentrificação, fruto da urbanização turística.

Assim, dentre os desdobramentos da urbanização turística de Pirenópolis, os processos de gentrificação e aumento do custo de vida se destacaram no Centro Histórico. A Figura 29 representa um resumo sobre os desdobramentos da urbanização turística. Esse processo promove a reconfiguração do espaço e consequente afastamento da população local das áreas centrais, já as áreas do entorno passaram a ser ocupadas pelos moradores temporários e pela população de maior poder aquisitivo.

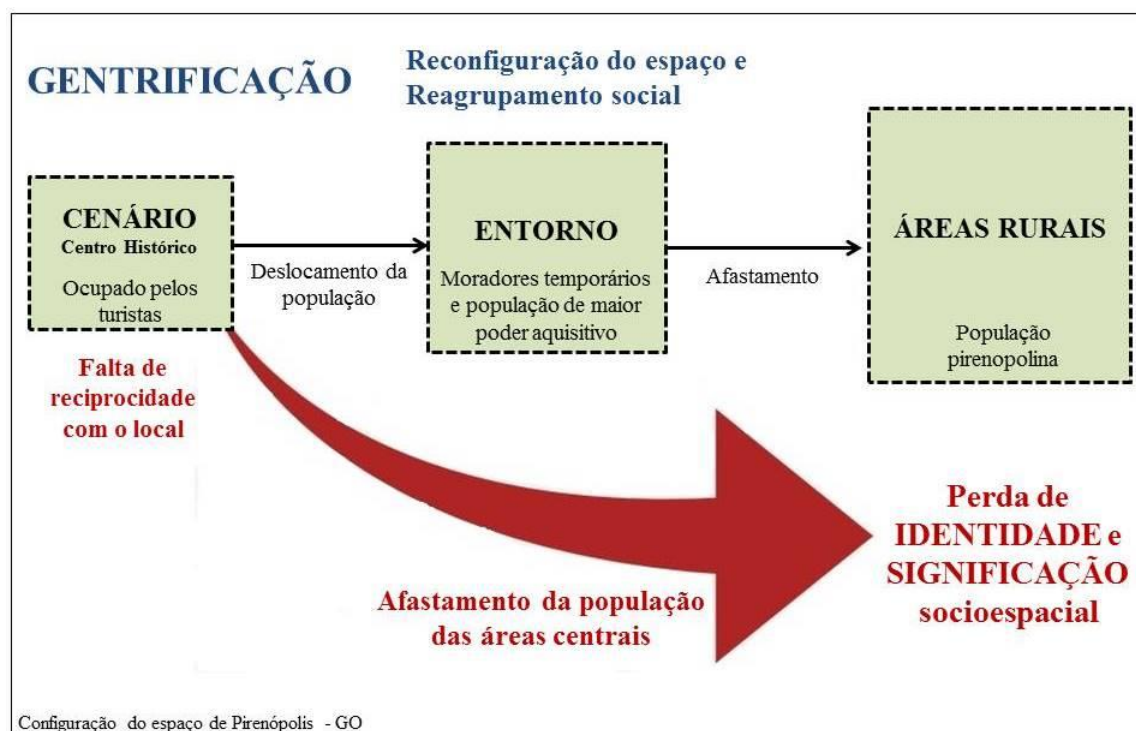


Figura 29 - Resumo dos desdobramentos da urbanização turística

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

O Centro Histórico foi sendo configurado para o turismo representando uma forma de cenário para os visitantes e isso acabou gerando uma falta de reciprocidade dos visitantes e dos próprios moradores com o local por não se sentirem parte daquele lugar. Todo esse processo de distanciamento da população local gera perda da identidade e significação do socioespacial devido às questões simbólicas dos indivíduos e grupos em relação ao lugar em que viviam. Logo, ocasionam um processo de ressignificação e construção de identidade socioespacial em relação ao novo lugar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo compreender os desdobramentos da configuração espacial de Pirenópolis-GO diante do desenvolvimento do turismo, a partir do seu tombamento. À medida que o espaço urbano passou a ser intensificado para o desenvolvimento turístico desde 1989, passou valorizado e fragmentado para a sua comercialização. Nesse sentido, os desdobramentos que constituem o objetivo da pesquisa, revelam um meio de segregações definidas no espaço. Além disso, por ser um microterritório tombado, as *politics* patrimoniais e culturais de Pirenópolis subsidiam reflexões e conscientizam a população sobre Pirenópolis, que é alvo da atividade turística.

Com relação aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa foi classificada como descritiva, cuja abordagem foi essencialmente qualitativa. Os dados foram coletados através das pesquisas bibliográfica e documental, entrevistas com roteiro semiestruturado e observação não participante com anotações em diário de campo, sendo empregada a técnica da análise de conteúdo. As entrevistas foram aplicadas a cinco tipos de agentes diferentes, sendo: Iphan, poder público municipal, empresários, população local e turistas. Dentre as limitações deste trabalho, destacam-se a dificuldade ao acesso aos documentos solicitados parte do poder público e a negativa de entrevista do Iphan.

Para compreensão do contexto atual do município, foi considerado o recorte temporal do Ciclo do Turismo (1989 – 2018), que marca o tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico do Centro Histórico e entorno. O recorte territorial estudado representa essa área tombada pelo Iphan que recebe investimentos de iniciativa pública e privada para o desenvolvimento turístico.

Historicamente, o espaço urbano de Pirenópolis foi sendo construído a partir das relações sociais e das lutas territoriais entre os nativos e os imigrantes portugueses. Para que fosse possível compreender o Ciclo do Turismo, que define o recorte temporal da pesquisa, foi preciso recorrer ao passado, buscando a identificação dos demais ciclos que produziram o espaço urbano, sendo eles o Ciclo do Ouro; da Agricultura e do Comércio; da Arte e da Pedra.

O período atual do Ciclo do Turismo foi iniciado pelo tombamento do conjunto arquitetônico, em 1989, remetendo a intensificação de investimentos do governo federal e municipal em parceria com instituições privadas que produziram o Centro Histórico para o turismo.

A cidade passou por adaptações frente às necessidades dos turistas e, dessa forma, modificou-se em muitos aspectos, sobretudo, sua rotina e seu desenvolvimento. Casarios foram transformados em lojas, restaurantes, bares, hospedarias. Novas formas de profissionalização dos trabalhos relacionados ao turismo foram surgindo, assim como associações dos artesãos e entidades de parcerias com o governo, como o SEBRAE. Nesse contexto, foi fundamental a atuação do poder público do poder público integrando com os demais órgãos, entidades civis e comunidade visando à valorização da cidade e a solução dos problemas inerentes ao turismo.

Dentre os instrumentos dos processos políticos desenvolvidos, as diretrizes legais e da urbanização turística destacam-se pela dificuldade de regulamentação e pela falta de fiscalização por parte do poder público. Fundamentalmente, isso se deve pelo empasse da aprovação do novo Plano Diretor, em vigor desde 2002, e pela arbitrariedade na aplicação das leis do tombamento por parte do Iphan. É nítido o descompasso entre a atuação do Iphan e o poder público municipal, em razão da falta de comunicação entre os agentes do instituto e os gestores.

Diante do intenso fluxo de visitantes aos finais de semana e feriados, a movimentação incide diretamente em diversas nuances, principalmente ambientais, culturais e sociais, tendo como consequência desdobramentos socioespaciais. O aumento do fluxo turístico intensificou visitas durante os finais de semana, fazendo com que na cidade prevaleça um caráter efêmero nessa visitação.

A singularidade do lugar evidencia as identidades ali constituídas e resultam do envolvimento pessoal, das experiências dos indivíduos e da troca de experiências entre moradores e turistas. Notórias entrevistas desvelaram a carência de espaços na cidade que permitam a inter-relações entre os atores envolvidos, possibilitando a promoção de ações de desenvolvimento local, combinando os vários usos possíveis dos espaços e firmando a necessidade de enxergar o turismo em sua totalidade.

Nesse contexto, foram analisados os principais desdobramentos que se configuram no caráter relacional da produção do espaço, envolvendo questões de ordem concreta e simbólica do indivíduo com o próprio espaço onde vivencia. Dentre as modificações causadas pelo espaço-tempo na produção do cenário para o turista, houve a reconfiguração transformando o entorno com a construção de condomínios privados, assim como a promoção da expulsão da sociedade para áreas rurais devido à valorização imobiliária. Vale ressaltar que esse processo representa um reflexo da política do

desenvolvimento geográfico desigual da produção do espaço que se configura na relação socioespacial.

Ao fim deste estudo, foi identificado que as ênfases do desenvolvimento econômico sobrepõem as relações sociais, culturais, históricas e ambientais no processo de urbanização decorrente da atividade turística. Esse fato explica, por exemplo, a aprovação da construção do projeto *eco resort* Quinta Santa Bárbara. Por meio das entrevistas com o poder público foi possível identificar, que, apesar da vantagem do aumento da taxa de ocupação durante os dias da semana, esse projeto evidencia risco à preservação ambiental por estar localizado em cima de nascentes. Além disso, há um risco ao patrimônio da cidade no que se refere ao aumento do fluxo de pessoas e consequente aumento do uso de veículos. Segundo a população, por estar localizado no Centro Histórico, lugar que é repleto de valor devido à identidade e significação para a sociedade, o *resort* não condiz com o contexto da cidade perante a dialética da tradição e modernidade que esse megaprojeto representa.

Desde a intensificação turística, as transformações no espaço urbano decorreram em processos de gentrificação promovendo uma valorização imobiliária no Centro Histórico e no entorno. Consequentemente, houve um afastamento da população marginalizada desse centro para áreas cada vez mais distantes em substituição pela classe dos empresários vindos de fora da cidade.

Vale ressaltar que, esse processo de marginalização social decorrente da gentrificação, gera desdobramentos concretos na medida em que afasta os moradores dos comércios, escolas, postos de saúde e estabelecimentos que oferecem serviços e geralmente estão concentrados no centro da cidade. Além dos desdobramentos concretos, há perda do aspecto simbólico relacionado aos elementos da identidade socioespacial, uma vez que os indivíduos passam a sentir perda do valor do patrimônio histórico cultural e não se sentem parte integrante do novo espaço concebido para o turismo.

Em Pirenópolis, inexistem governança e cooperação entre o poder público, empresariado e sociedade civil. Essa falta de interação prejudica sobremaneira os processos e a elaboração de políticas públicas de planejamento urbano e da atividade turística, assim como as ações de promoção e apoio à comercialização de forma integrada. Esse contexto não se revela de modo semelhante em cidades turísticas do país como Paraty (SILVA, 2015), Fortaleza (CORIOLANO, 2012) e Recife (LEITE, 2007).

Vale ressaltar que todo esse conjunto de diretrizes atinge, de fato, a população local, justificando a necessidade de participação desses atores nas *politics* e na elaboração das políticas públicas para auxílio nos processos de tomada de decisões.

Como futuras pesquisas, a partir dos desdobramentos socioespaciais, sugere-se uma imersão no campo de pesquisa de modo que seja possível analisar os mecanismos de governança de desenvolvimento do turismo e as transformações espaciais. Dessa forma, espera-se que, a partir dos desdobramentos na configuração espacial provocados pela urbanização turística, seja possível compreender um contexto do desenvolvimento do turismo municipal, comparado a outras localidades, regional e nacional. E, com isso, traçar diretrizes turísticas em conjunto com os atores (governo, empresas e sociedade civil) que sofrem influência direta na configuração do espaço.

Durante a elaboração das políticas públicas de desenvolvimento turístico, os atores sociais (agentes do poder público, empresários, população local e os turistas) são revelados expondo as suas diferentes expectativas. Cabe ao poder público articular esse jogo de interesses, não raro divergente em termos políticos, econômicos, culturais e sociais. Afinal, ressalta-se que tal conciliação é formada diante do ordenamento territorial, pelo uso do espaço, e acaba seguindo a perspectiva do desenvolvimento do turismo, tomado, atualmente como mola propulsora de desenvolvimento em Pirenópolis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. L. **A cidade de Pirenópolis/GO e o impacto do tombamento**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2006.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Texto, contexto e significado**: algumas questões na análise de dados qualitativos. Cadernos de Pesquisa, (45), p. 66-71, 1983.
- ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. **Turismo e Dinâmica Territorial no Eixo Brasília-Goiânia**. 447 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós Graduação em Geografia, Instituto de Geografia. Uberlândia-MG, 2008.
- AUGÈ, M. **Não Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 8ª Ed, p. 43-106, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Pinheiro. São Paulo: Edições: 70, 2011.
- BOTELHO, A. **A produção do Espaço e o Empresariamento Urbano**: o caso de Barcelona e seu fórum das culturas de 2004. GEOUSP-Espaço e Tempo, n. 16, p.111-124, 2004.
- CAMPOS, C. J. G. **Método de análise de conteúdo**: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Rev. Bras Enferm, v. 57, n. 5, p. 611-4, 2004.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. In: CARLOS, A., SOUZA, M. SPOSITO, M. B. (org). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2017.
- CARVALHO, Adelmo de. **Pirenópolis**: coletânea 1727-2000 – História, turismo e curiosidades. Goiânia, Kelps, 2ª edição, 2010.
- CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes (Coleção Sociologia), 2008.
- Conselho Municipal do Turismo**. Disponível em: <http://pirenopolis.comtur.info/> Acesso em: 19 dez. 2018.
- CORIOLO, L.; VASCONCELOS, F. **Turismo, Território e Conflitos Imobiliários**. Eduece Fortaleza, 2012.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Política Pública do Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.
- FERREIRA, Luciene Braz; TORRECILHA, Nara; MACHADO, Samara Haddad Simões. **A técnica de observação em estudos de administração**. In: XXXVI Encontro da ANPAD, 2012, Rio de Janeiro. Anais do Encontro Nacional da Anpad, 2012.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 6ª Ed, 2008.

Google Earth. Disponível em:

<<https://www.google.com/maps/place/Piren%C3%B3polis,+GO,+72980-000/@-15.854228,-48.9609262,3020m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x935c6bf7ce026fd3:0xb6f6b3e0a2fafbd1!8m2!3d-15.8514301!4d-48.9585642>> Acesso em: 20 out. 2018.

GLASS, Ruth. **Introduction to London**: Aspects of change. Center for Urban Studies: London, 1963.

GOULART, J. O; TERCI, E. T; OTERO, E. V. Planos diretores e participação política: políticas públicas de planejamento entre o empresariamento e o estatuto da cidade. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 50(3):455-476, maio/jun. 2016.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento**: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In Espaço & Debates, Número 39, NERU, p. 48-64, 1996.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2ª ed., 2005.

_____. **Le capitalisme contre le droit à la ville**: neoliberalisme, urbanisation, résistances. Paris, Éditions Amsterdam, 2011.

_____. **Contradição 11**: Desenvolvimentos Geográficos Desiguais e Produção do Espaço. In: HARVEY, D. 17 Contradições e o Fim do Capitalismo. São Paulo: Boitempo. p. 139-152, 2014.

HENZ, A. P.; LEITE, F. C. L.; ANJOS, F. A. **Refletindo as Políticas Públicas para Turismo**: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60. In: 6º Semintur – Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2010, Caxias do Sul. Anais do 6º Semintur, Caxias do Sul, 2010.

IESA – **Observatório Geográfico de Goiás**, Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/p/2343-mapas>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

JAYME, J. **Esboço Histórico de Pirenópolis**. Ed. UFG, Goiânia, 1971.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. **Governança pública**: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública, v. 40, n. 3, pp. 479-99, maio-junho 2006.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O Fenômeno Urbano**. In: LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 49-74, 1999.

_____. **Economia e Política**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEITE, R. P. **Usos e Contra-usos**: a construção dos lugares no espaço público. In: LEITE, R. P. Contra-usos da Cidade. Campinas: Editora Unicamp, 2ª Ed, p. 212-283, 2007.

LÔBO, S. B.; LÔBO, T. C. Turismo como vetor das transformações urbanas de Pirenópolis, Goiás. **Building the way**, v. 3, n. 1, 2013. pp.9-19.

LUCHIARI, Maria Tereza. **“Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo”**. In: SERRANO, C; BRUHNS, H; LUCHIARI, M (orgs): Olhares contemporâneos sobre o turismo. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2004, p. 105.

LUO, Zhendong. **Urban scaling-up and endogenous development promoted by continuous city marketing**: A case study of Xuyi County, China. College of Architecture and Urban Planning, Nanjing University, Nanjing, China, 2013.

MANZINI, E. J. **Considerações Sobre a Elaboração de Roteiro para Entrevista Semiestruturada**. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: Eduel, 2003.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processo. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NURYANTI, Wiendu. **Heritage and postmodern Tourism**. Gadjah Mada University, Indonesia Annals of Tourism Research, Vol. 23, No. 2, pp. 249-260, 1996.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira. 1997.

Organização Mundial do Turismo. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

PIRENÓPOLIS, **Lei Orgânica do Município de Pirenópolis** de 5 de abril de 1990.

PIRENÓPOLIS, **Leis nº. 141, 142 e 143** de 20 de dezembro de 1982.

PIRENÓPOLIS, **Lei nº. 009/2003** de 28 de junho de 2006.

PLANO DIRETOR DE PIRENÓPOLIS. **Lei Complementar nº 02/02** de 12/12/2002.

Portal do Turismo de Pirenópolis. Disponível em: < <http://www.pirenopolis.tur.br/index>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

Prefeitura Municipal de Pirenópolis. Disponível em: <<http://www.pirenopolis.go.gov.br/>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília**: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Anablume, 2005.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

_____. **Ecoturismo**: Limites do Eco e da Ética. In RODRIGUES, Adyr B. Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e Limites. São Paulo: Contexto, 2003.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. “**As Abordagens das Políticas Públicas**” (Unidade V), In: Para Aprender Políticas Públicas – Volume 1 Conceito e Teorias. Brasília: IGEPP, 2014.

SAINT-HILAIRE. **Viagem à Província de Goiás**. Tradução: Junqueira R, R. Itatiaia. Editora: USP, Belo Horizonte - São Paulo, 1975.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Ed USP, 6ª Ed, p. 67-81, 2008.

SANTOS, R. J; KINN, M. G. **Festas: tradições reinventadas nos espaços rurais dos cerrados de Minas Gerais.** Espaço e Cultura, n. 26, jul/dez, p. 58-71, 2009.

SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais.** Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Rev. Bras. de História & Ciências Sociais. n. I, p. 1-15, jul., 2009.

SAVAGE, M; WARDE, A. **Urban sociology, capitalism and modernity.** Londres, Macmillan, 1993.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2º Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, F, C. **A formação de agenda de políticas públicas de turismo em âmbito local: os casos de Ouro Preto (MG) e Paraty (RJ).** Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

SMITH, Neil. **The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City.** New York and London: Routledge, 1996.

_____. **A gentrificação generalizada.** In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2007, p. 59-87.

SCHMITTER, Philippe C. **Ciência Política Reflexões sobre o conceito de “Política”.** Rev. Dir. Público e Ciência Política - Rio de Janeiro - Vol. VIII, nº 2 - Maio/A, 1965. SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução à crítica ao planejamento e à gestão urbana.** 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

STEINBERGER, M. (Org.). **Territórios Turísticos no Brasil Central.** LGE Editora, Brasília, 2009.

TROITIÑO VINUESA, M. A. **La protección, recuperación y revitalización funcional de los centros históricos.** Instituto de Estudios Socioeconómicos de Cajamar. Ciudades, Arquitectura y Espacio Urbano. Almería, Colección Mediterráneo Económico, n. 3, p. 131-160, 2003.

Universidade Estadual de Goiás. Disponível em: <http://www.pirenopolis.ueg.br/conteudo/3809_historico>. Acesso em: 03 dez. 2018.

VAINER, C. **Mega-Eventos e a Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro.** In: VI Encontro Nacional da ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. Anais do VII EnANPUR, 2011.

VIEIRA, V. A. **As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing.** Curitiba. Revista da FAE. v. 5, n. 1, p. 61-70, jan/abr. 2002.

WEBER, FLORENCE. **A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo?** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens do século XXI**: notas sobre a mudança social e o espaço urbano, in A. A. Arantes (org.), O espaço da diferença, Campinas, Papirus, 2000.

_____. **The Culture of Cities**. Oxford: Blackwell Publishers, 10th ed, cap. 1, p. 1-47, 2010.

APÊNDICES E ANEXO

APÊNDICE A - ERS1: Iphan

BLOCO 1 – Identificação do entrevistado

- 1- Nome:
- 2- Cargo/função:

BLOCO 2 – Caracterização do Iphan em Pirenópolis:

- 3- Qual é a função do Iphan na gestão de Pirenópolis?
- 4- O que o tombamento do Centro Histórico representou para a cidade?
- 5- Quais são as políticas públicas de incentivo ao turismo? As políticas públicas do município e do Estado de Goiás têm situações de conflitos ou de parceria com o Iphan? Quais seriam essas políticas?
- 6- Como funciona a produção do espaço urbano relacionada à infraestrutura e à forma de apropriação? O Centro Histórico de Pirenópolis apresenta situações de descaracterização provocadas pela atividade turística? O turismo contribui ou não para a preservação do patrimônio histórico em Pirenópolis? De quais formas?
- 7- Como foi formado o processo de gentrificação na cidade? O Iphan partilha da ideia de que há um processo de gentrificação no Centro Histórico de Pirenópolis?
- 8- Quais as vantagens do turismo?
- 9- E as desvantagens?

APÊNDICE B - ERS2: PODER PÚBLICO LOCAL

BLOCO 1 – Identificação do entrevistado

- 1- Nome:
- 2- Cargo/função:
- 3- Qual é o objetivo/foco da instituição?

BLOCO 2 – Caracterização da atividade de turismo em Pirenópolis:

- 4- Quais são os processos políticos (*politics*) de incentivo ao turismo no âmbito do município e do governo do Estado de Goiás?
- 5- Quais esforços o município tem feito para incentivar a atividade turística?
- 6- Quem são os atores mais influentes na gestão do município?
- 7- As áreas turísticas são utilizadas pela população local? De que forma?
- 8- Sabe o que é o processo de gentrificação? A prefeitura municipal partilha da concepção de que há um processo de gentrificação em curso no Centro Histórico de Pirenópolis?
- 9- Quais são os problemas relacionados à gestão do turismo em Pirenópolis?
- 10- Quais as vantagens do turismo?
- 11- E as desvantagens?

APÊNDICE C - ERS3: EMPRESÁRIOS

BLOCO 1 – Identificação do entrevistado e da empresa

- 1- Nome:
- 2- Nome do empreendimento:
- 3- Cargo/função:
- 4- Qual é o objetivo/foco do empreendimento?
- 5- Há quanto tempo reside em Pirenópolis?

BLOCO 2 – Caracterização da atividade de turismo em Pirenópolis:

- 6- Quais são os processos políticos (*politics*) de incentivo ao turismo? O empreendimento recebeu algum incentivo de política pública seja municipal, estadual ou federal? Se sim, qual(is)?
- 7- Há alguma forma de associação dos empreendedores do turismo em Pirenópolis? Essas associações contribuem para a gestão e desenvolvimento do turismo local? De quais formas?
- 8- As áreas turísticas são utilizadas pela população local? De que forma?
- 9- Quais as vantagens do turismo?
- 10- E as desvantagens?

APÊNDICE D - ERS4: POPULAÇÃO LOCAL

BLOCO 1 – Identificação do entrevistado

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Instituição que trabalha:
- 4- Atividade desenvolvida:
- 5- Nasceu em Pirenópolis? Ou qual seu local de nascimento (no caso de outro município)?

BLOCO 2 – Identificação do local de moradia

- 6- Local de residência:
- 7- Há quanto tempo mora nessa residência?
- 8- Por que decidiu morar aqui?
- 9- Quais são os benefícios de morar neste bairro? E as restrições?
- 10- O espaço urbano do seu bairro representa algo para o(a) senhor(a)?

BLOCO 3 – Percepção e interação com as atividades de turismo na cidade

- 11- Como o(a) senhor(a) percebe a atividade turística da cidade? O(a) senhor(a) utiliza das áreas turísticas da cidade?
- 12- Quais as vantagens do turismo? E as desvantagens?
- 13- O(a) senhor(a) participa da gestão local?
- 14- O tombamento do Centro Histórico representou algo para a sua vida?
- 15- Qual é a sua percepção sobre uma produção do espaço urbano?
- 16- Sabe o que é gentrificação? O(a) senhor(a) percebe que há um processo de gentrificação em curso na cidade?

APÊNDICE E - ERS5: TURISTAS

BLOCO 1 – Identificação do entrevistado

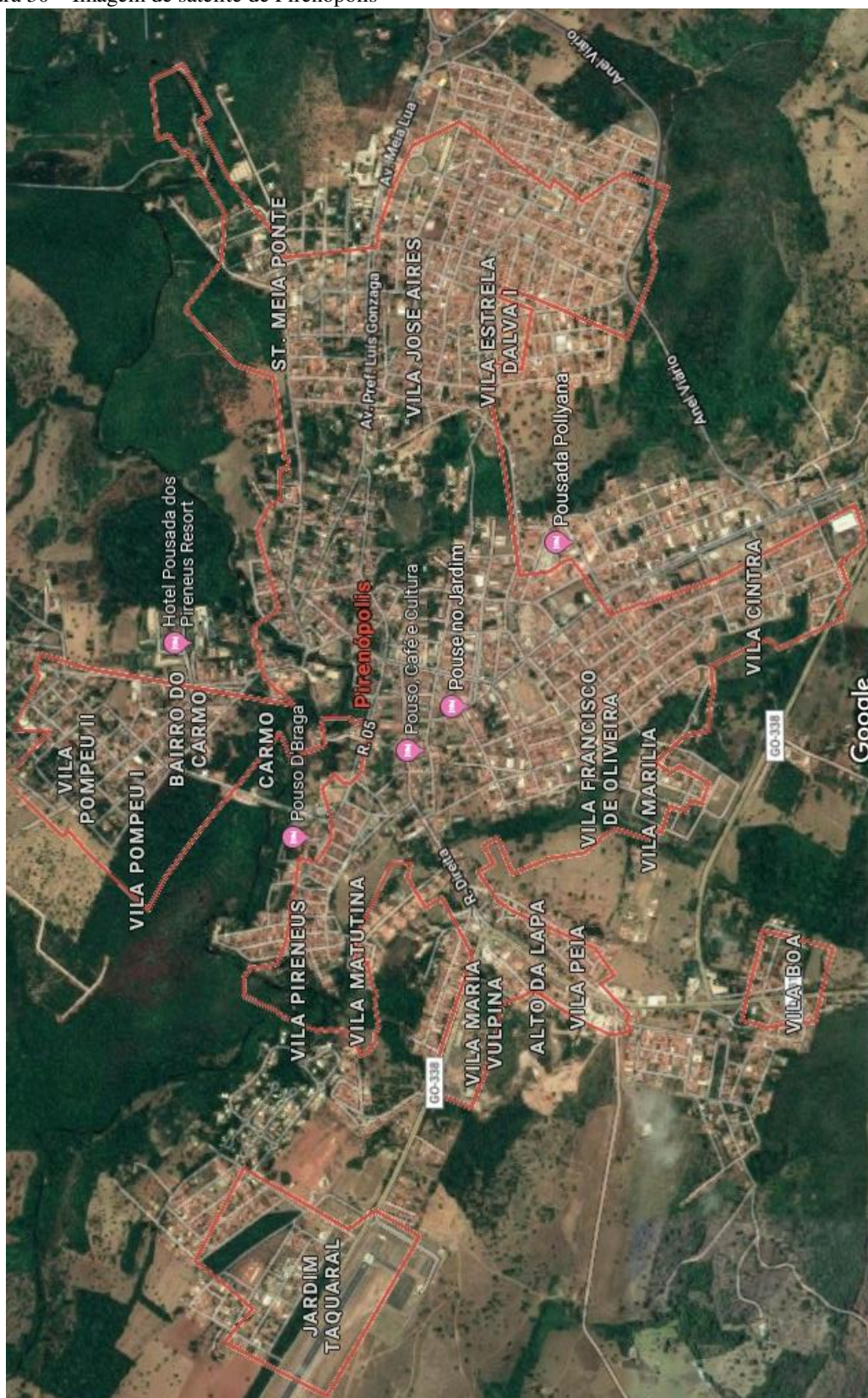
- 1- Nome:
- 2- Cidade:

BLOCO 2 – Percepção e interação com as atividades de turismo na cidade

- 3- Por que escolheu visitar Pirenópolis?
- 4- Como o(a) senhor(a) percebe a atividade turística da cidade?
- 5- O que mais gostou na cidade?
- 6- O que não gostou?
- 7- O espaço urbano representa algo para o(a) senhor(a)?
- 8- Tem interesse em residir na cidade?

ANEXO F – Imagem de Pirenópolis

Figura 30 – Imagem de satélite de Pirenópolis



Fonte: Google Earth (2018).